



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Noemi Diniz Sacramento

“Do dendê eu tenho medo até dos espinhos”: resistência cotidiana à integração à agroindústria do dendê pelos camponeses de Maçaranduba – Tomé Açu, no Nordeste Paraense.

Belém
2016

Noemi Diniz Sacramento

“Do dendê eu tenho medo até dos espinhos”: resistência cotidiana à integração à agroindústria do dendê pelos camponeses de Maçaranduba – Tomé-açu, Nordeste Paraense.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientador: Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra

**Belém
2016**

Noemi Diniz Sacramento

“Do dendê eu tenho medo até dos espinhos”: resistência cotidiana à integração à agroindústria do dendê pelos camponeses de Maçaranduba – Tomé Açu, Nordeste Paraense.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Data da aprovação: Belém – PA: ___/___/___

Banca Examinadora

Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra
(Orientador)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Dr^a. Leonilde Servolo de Medeiros
(Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro –
UFRRJ/CPDA

Dr. William Santos de Assis (Examinador
Interno)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Dr^a. Dalva Maria da Mota
(Suplente)
Universidade Federal do Pará – UFPA

À Sofia, que de tanta sabedoria se fez presente.

Quando o amor transbordou em mim, ela veio fazer morada nos meus braços. Pensei: que esperto esse amor, agora sabe correr, faz rimas de brisas suaves, desenhos de nuvens perfeitas,
o amor virou gente, eu me tornei mãe!

Sofia é música, a música que embala meus sonhos!

DEDICO!

De tarde, bem no finalzinho dela,
quando a luz do sol ia se apagando,
mamãe gritava: meninas peguem a lamparina!

Lamparina era sinônimo de luz!
Luz que vinha das orações de minha mãe!

Depressa a meninada corria,
se ajuntava ao redor da mesa.

A “bóia” era pouca, e tinha o cheiro do canteiro de hortaliças de mamãe.

O feijão era forte!

Sustentava doze e quantos mais se achegassem!

Foi assim... Foi assim que mamãe sustentou onze filhos

Depois da refeição, mamãe se sentava conosco!

A roda de crianças no chão!

A roda de crianças bailando no vão do quintal!

Era reza!

Era canto!

Era conto!

De tudo sábiemos do nosso pequeno universo!

Mamãe era o centro, era dela que vinha o sustento.

Foi dela que me vieram os sonhos!

Para mamãe, tua doçura resistente me ensinou a viver!

AGRADECIMENTOS

Penso no conhecimento como uma estrada, que ao ser trilhada vai nos mostrando quem somos. O caminhar é difícil, os passos são curtos, as vezes paramos, ficamos estáticos, cegamos com medo que o próximo trecho, dessa longa e tortuosa estrada, seja inseguro. Mas fechamos os olhos e podemos alcançar, com um lance de mãos, os companheiros, aqueles que tornam a jornada mais suave. Eles nos são dados de graça, e por graça faço deles inspiração. Caminhar sozinha? Que triste!

À Deus, cuja fé em sua presença me dá energia suficiente para prosseguir!

À minha Mãe. Tuas mãos enrugadas me mostram que a resistência tem forma. Não te prendestes ao peso da enxada, nem ficastes chorando ao sol do meio dia. Fostes à luta e é por ti que estou aqui. Gratidão e amor!

Ao Vergílio (*in memoriam*), cuja presença me foi tirada pela ganância de poucos. Teu exemplo é alento, teu colo de pai me foi negado, porém teus ideais não serão esquecidos.

Ao Pedro (*in memoriam*), por ter me recebido e me amado como filha. Cuja lembrança se mantém.

Ao Leonardo Paradella, meu companheiro, que, desde a graduação, tem me acompanhado durante algumas idas a campo e elaborando os mapas que utilizo. Obrigada pelo amor compartilhado!

À Lurdes, minha irmã, e a meus sobrinhos Eduardo e Vinícius, cuja casa me serviu de abrigo durante o período de mestrado, na conturbada, doce e agitada Belém.

Aos meus irmãos Dorival, Dinalva, Edna, Sandra, Elias, João, Marlene, Ilene e Virgílio (ufa! Quase não cabe na folha, de tantos que são! rs) pelo apoio e inspiração que transmitem, por me fazerem acreditar que família é isso: união!

À Dulce e Dayse, por terem aconchegado minha filha em seus braços. Pelo cuidado, amor e respeito que sempre demonstraram. Apoio fundamental para que esse sonho fosse possível.

Aos camponeses de Maçaranduba, por terem aberto suas casas e um pouco de suas vidas, para que eu as transformasse em traços científicos. Suas vidas me inspiram, graças a vocês a ideia se materializou e se mostrou possível. Obrigada!

À Lucimar, Vando e ao pequeno Mateus, por terem me acolhido em sua casa, me acompanhando pelos caminhos de Maçaranduba e possibilitado que eu encontrasse um lar provisório enquanto pesquisava!

Aos meus queridos “bonitos”: Genisson Chaves, Edfranklin Moreira, Rafaela Sales, Laiane Ribeiro e Sandolene Ramos. Amigos que deram à vida acadêmica a suavidade dos bares de Belém, das conversas descontraídas cheias de assuntos críticos e triviais. O mestrado foi melhor experienciado com a companhia de vocês. Até o próximo encontro, seja no “bar do ceará” ou nos caminhos acadêmicos e profissionais que traçaremos!

À TURMAFDS 14: Fagner, Josiele, Amália, Luís, Jorge, Suellen, Thiago, Walmiro, Natacha, Kelly, Anny, Cesário e Adriano, pelos proveitosos debates durante o curso.

Às professoras Sônia Magalhães, Noemi Porro, Dalva Mota, Lívia Navegantes e Tatiana Sá. E ao professor Osvaldo Kato, pelos conhecimentos compartilhados ao longo das disciplinas.

Às professoras Leonilde Medeiros e Regina Bruno, por toda gentileza com que me receberam durante o intercâmbio no CPDA/UFRRJ. Mergulhar no universo desconhecido foi mais suave graças à sabedoria que as duas transmitem. Obrigada!

Agradeço à coordenação do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ, por terem aceitado a solicitação para a realização de intercâmbio. Aproveito para agradecer ao professor John Wilkinson, por ter compartilhado um pouco de seus conhecimentos comigo.

Aos caros colegas que fiz durante a breve e demorada estada no Rio de Janeiro: Annagesse Feitosa, Marcius Coutinho, Elisa Sensato e tantos outros. Viver aquele momento foi uma aventura edificante, gratidão companheiros!

À tia Beth Paradella (querida), tio Guará (querido) e Pamela, por terem me recebido e aberto a porta de sua casa em Irajá, para que lá eu tivesse um recanto. Obrigada pelo carinho!

À Paula do STTR, por todo carinho (galinha caipira e açaí) com que sempre me recebeu em Tomé-Açu.

Ao Michinori Konagano e Padre Célio por terem, gentilmente, cedido um tempo em suas agendas para o fornecimento de informações.

À amiga Mariana Avelar, que responsabilizou-se pelos tramites burocráticos da minha licença do trabalho em Macapá. Obrigada!

Ao Governo do Estado do Amapá, pela concessão da licença remunerada, que me possibilitou realizar essa empreitada.

E por fim, compartilho tudo o que trago nessa dissertação com Gutemberg Guerra, orientador que me conduziu durante o mestrado. Por toda paciência, sabedoria e cuidado com que encaminhou suas orientações, que foram além das questões teóricas e metodológicas. Obrigada por compreender seus orientandos como sujeitos de carne e osso, com emoções e valores!

RESUMO

SACRAMENTO, Noemi Diniz. “Do dendê eu tenho medo até dos espinhos”: resistência cotidiana à agroindústria do dendê pelos camponeses de Maçaranduba – Tomé-Açu, no Nordeste Paraense. 100 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas). Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

Construí esta dissertação com o objetivo de analisar as formas cotidianas de resistência à integração à agroindústria do dendê, a partir dos camponeses da colônia Maçaranduba, localizada no município de Tomé-Açu, região nordeste do estado do Pará. As formas cotidianas de resistência não são assuntos costumeiros dentro das pesquisas sobre resistência por estarem inscritas no cotidiano das sociedades camponesas que nem sempre permitem aos pesquisadores tomá-las como objeto de análise. Maçaranduba está geograficamente inserida na zona de expansão do monocultivo de dendê, em que a integração é um mecanismo utilizado pelas agroindústrias para a expansão das áreas cultivadas com dendezeiro, subsidiada pela criação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo (PSOP). Destarte assumi que os sujeitos não são estáticos, mas que desenvolvem justificativas, opiniões e atribuem sentido às suas escolhas baseados nos projetos que a família possui e no “medo” que a integração possa reduzir a autonomia a que estão habituados possuir. Utilizei como base teórica as reflexões de James Scott, autor que considera o cotidiano o lugar onde a resistência camponesa se torna plausível e concreta. A metodologia partiu de um estudo de caso, que permitiu compreender como os sujeitos de Maçaranduba empreenderam a resistência à integração, para conceber os dados foram aplicados trinta questionários cuja organização das perguntas se centrou sobre o conhecimento das famílias sobre o programa e de seus posicionamentos acerca da integração, além de entrevistas a informantes-chaves para conhecimento da história local e a agentes públicos envolvidos no debate. Com a pesquisa constatei que as famílias elaboram suas justificativas para a resistência a partir de suas experiências cotidianas, sempre pensando em projetos produtivos que garantam a permanência da família no estabelecimento agrícola, rejeitando projetos que assumam riscos para a manutenção das gerações futuras. Observei ainda que as famílias adquirem conhecimento sobre a integração a partir de uma rede invisível de informação que tecem entre os sujeitos que fazem parte dos seus cotidianos, entre eles estão as famílias residentes em localidades próximas e que aderiram ao projeto. Apesar da resistência à integração, os camponeses de Maçaranduba sentem os reflexos da expansão dos cultivos de dendezeiro, através da aplicação de agrotóxicos nos cultivos próximos e na modificação da paisagem a que estavam habituados.

Palavras-chave: resistência cotidiana; camponeses; dendezeiro.

ABSTRACT

SACRAMENTO, Noemi Diniz. "The dende palm I'm afraid even of the thorns": daily resistance to the oil palm agribusiness by peasants of Maçaranduba – Tomé-Açu, in the northeast, Pará. 100 f. Dissertation (Masters in Amazon Agriculture). Federal University of Pará, Belém, 2016.

I've built this dissertation in order to analyze the daily forms of resistance to the integration into the agricultural industry of dende palm from the farmers of the colony Maçaranduba, municipality of Tomé-Açu, northeast of Pará State. The daily forms of resistance are not usual subjects within researches on resistance because they are subscribed in the daily life of the peasant societies that do not always allow the researchers to take them as object of analysis. Maçaranduba is geographically inserted in monoculture expansion zone of dende palm, where integration is a mechanism used by agribusinesses, to the expansion of areas planted with oil palm, supported by the creation of the National Program for Production and Use of Biodiesel (PNPB) and Sustainable Production program of Oil Palm (PSOP). As a result, assumed that individuals are not static, but develop justification, opinions and attribute meaning to their choices based on the projects that the family has and into the "fear" that integration might reduce the autonomy that are used to possess. I've used as a theoretical basis the reflections of James Scott, author that considers the daily life the place where the peasant resistance become plausible and real. The methodology was based on a case study, which allowed to understand how the subjects of Maçaranduba undertook the resistance to the integration, to design the data were applied thirty questionnaires whose organization of the questions focused on the knowledge of the families about the program and their positions about the integration, as well as interviews with key informants to understand local history and public agents involved in the debate. With the research I observed that the families elaborate their justifications for resistance from their everyday experiences, always thinking about productive projects that guarantee the family's permanence in the agricultural establishment, rejecting projects that take risks for the maintenance of future generations. I also observed that the families acquire knowledge about integration from an invisible network of information that they weave among the subjects that are part of their daily lives, among them are the families residing in nearby localities that have joined the project. Despite the resistance to integration, the peasants of Maçaranduba feel the reflexes of the expansion of oil palm plantations, through the application of agrochemicals in the nearby crops and in the modification of the landscape to which they were used to.

Keywords: everyday resistance; peasants; dende palm

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa de localização da colônia Maçaranduba e seu entorno.....	19
Figura 2 Croqui da colônia Maçaranduba	25
Figura 3 Transporte disponibilizado pela Prefeitura para os feirantes	29
Figura 4 Moradia típica em Maçaranduba.....	29
Figura 5 Copa das árvores do cultivo em Safs	30
Figura 6 Escola desativa em Maçaranduba	30
Figura 7 Escola Polo EMEF Nossa Senhora de Aparecida.....	31
Figura 8 Alicerce que fundamenta a elaboração do PNPB	57
Figura 9 Mapa de influência da dendeicultura no entorno da colônia Maçaranduba.....	87

LISTA DE SIGLAS

ACS – Agente Comunitário de Saúde

APROFAM – Associação dos Produtores Familiares de Maçaranduba

BBB – Belém BioEnergia Brasil

CAMTA – Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEPLAC – Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DENPASA – Dendê do Pará S/A

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IAN – Instituto Agrônômico do Norte

IRHO – Institut de Recherche pour les Huiles et Oléagineux

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG – Organização Não Governamental

PCB – Partido Comunista do Brasil

PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

PSOP – Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma

RSPO – Roundtable Sustainable Palm Oil

SAFs – Sistema Agroflorestal

SCS – Selo Combustível Social

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFPA – Universidade Federal do Pará

WRS – Wildlife Research Society

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
2.1 O MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU E O CONTEXTO DA PESQUISA: A COLÔNIA MAÇARANDUBA.....	18
2.2 AS ETAPAS DA PESQUISA	32
2.3 AMOSTRA E COLETA DE DADOS.....	Erro! Indicador não definido.
3. DA CONDIÇÃO CAMPONESA: AUTONOMIA E RESISTÊNCIA	38
3.1 DA CONDIÇÃO CAMPONESA.....	38
3.2 REFLEXÃO SOBRE (IN)VISIBILIZAÇÃO CAMPONESA NOS ESCRITOS SOBRE RESISTÊNCIA.....	40
3.3 DA RESISTÊNCIA INVISÍVEL À RESISTÊNCIA ORGANIZADA	49
3.3.1 Dos grupos organizados no Brasil	51
4. DO CONTEXTO: CONTRA O QUE SE FAZ A RESISTÊNCIA?	53
4.1 PALMA DE ÓLEO E DENDÊ: OPÇÃO CARREGADA DE SENTIDO	53
4.2 GERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS?.....	54
4.3 O DENDEZEIRO NA AMAZÔNIA: CULTIVOS PARA PRODUZIR BIODIESEL?	58
4.4 A ENTRADA DO DENDEZEIRO EM TOMÉ-AÇU E O APELO À INTEGRAÇÃO	62
5. A RESISTÊNCIA EM MAÇARANDUBA	64
5.1 OS CAMPONESES DE MAÇARANDUBA: RESISTÊNCIA NA HISTÓRIA. 65	65
5.2 A RESISTÊNCIA NAS ENTRELINHAS DO DISCURSO.....	67
5.2.1 As reuniões não convenceram	68
5.2.2 A reunião após a reunião	74
5.2.3 A penosidade do trabalho com o dendê.....	75
5.3 A LIBERDADE DA ESCOLHA PARA QUEM SE VENDE E PARA ONDE VENDE: A AUTONOMIA POSSÍVEL	77
5.3.1 “A pimenta [do reino] eu também não como, mas a pimenta eu vendo pra quem eu quiser”	79
5.4 O QUE PENSAM DOS QUE SE INTEGRARAM?.....	82
5.5 REFLEXOS DA DENDEICULTURA NO COTIDIANO DAS FAMÍLIAS.....	83
5.6 RESISTIR PARA CONTINUAR.....	88

5.7 19 DE MAÇARANDUBA	91
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS	95

1.INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação é a resistência cotidiana à integração à agroindústria do dendê (*Elaeis guineensis*, Jacq.), empreendida por camponeses que se encontram na zona de expansão dos cultivos de dendezeiro no município de Tomé-Açu. As formas cotidianas de resistência não são assuntos costumeiros dentro das pesquisas sobre resistência, por estarem inscritas no cotidiano das sociedades camponesas que nem sempre permitem aos pesquisadores tomá-las como objeto de análise.

No estado do Pará, mais precisamente na Região Nordeste paraense, muitas pesquisas tem sido desenvolvidas sobre temas relacionados a expansão dos cultivos de dendezeiro (ALVES, 2011; ABRAMOVAY E MAGALHÃES, 2007; CHAVES, 2016; SAMPAIO, 2014; SILVA, 2015), propiciado por incentivos governamentais através de políticas públicas, que estimulam o fortalecimento das agroindústrias e a integração de agricultores familiares através de contratos de parceria, com o pretexto da produção de matéria prima para a geração de combustível renovável. Entretanto, ainda é incipiente a verificação de situações em que os camponeses se puseram na contracorrente da política e, ao invés de se transformarem em integrados, resistiram e seguiram desenvolvendo os projetos familiares a que estão habituados. Destarte esta dissertação se insere a partir dessa necessidade de averiguação.

O tema deste trabalho tem origem em um conjunto de reflexões elaboradas durante o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), construído no âmbito da graduação em Agronomia (2005 – 2010) que cursei na Universidade Federal do Pará (UFPA), campus de Marabá. O TCC sob o título “descrição do projeto agricultura familiar e o cultivo de dendezeiro para a produção de biodiesel na Amazônia”, tratou das conformações do projeto que incentiva a integração de agricultores familiares à agroindústria de dendê. Desenvolvi a pesquisa no Projeto de Assentamento (PA) da reforma agrária Calmaria II, que margeia a área de cultivo do grupo Agropalma, entre os municípios de Moju e Tailândia. Na realização deste trabalho foi possível perceber que nem todos os assentados do PA Calmaria II foram favoráveis ao projeto. Houve os que se posicionaram como contrários, o que me instigou a pensar sobre resistência, e se haveriam situações em que a negação ao projeto foi assumida amplamente como resistência pela sociedade camponesa que estaria no foco do projeto. Este assunto me acompanhou no trabalho de realização da dissertação, sendo repensada à luz de

teorias incorporadas ao longo da revisão de literatura sobre resistência e sobre temas concernentes ao amadurecimento da ideia e da pesquisa.

A segunda fonte de inspiração para a realização desta pesquisa diz respeito à trajetória social da minha família. Meus pais são camponeses, minha mãe até hoje (2016) vive na zona rural do município de Moju. Meu pai ingressou no movimento sindical em meados da década de 1970, mobilizado pela renovação da direção sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, até então presidida por indicação dos militares, pertencentes ao governo militar. Em 1987 meu pai foi assassinado e o cerne da mobilização sindical que culminou em seu martírio diz respeito (também) à entrada de empresas capitalistas assentadas na produção de dendê no cenário local.

Ao tomar Tomé-Açu como *locus* propício para a pesquisa considerei a possibilidade de ampliar o olhar de pesquisadora, e sair do locus familiar e mergulhar em outro universo, até então desconhecido. Tomé-Açu desde o início da projeção da pesquisa demonstrava aspectos positivos, o primeiro dizia respeito à história sindical do município. Desde a minha infância escutei histórias sobre o líder sindical Benezinho (Benedito Alves Bandeira). Minha mãe contou que quando Benezinho foi assassinado (em 1984), meu pai sentou na frente de nossa casa e chorou, dizendo que o próximo seria ele. O segundo é a projeção agrícola que o município possui, o que dá visibilidade às sociedades camponesas e a pequenos e médios produtores do município. Essas questões familiares, para além do interesse acadêmico já exposto, me instigaram a conhecer as justificativas e motivações que os camponeses utilizaram para resistirem a proposta de integração dadas pelas agroindústrias e pelo poder público.

Diante do complexo panorama que se apresenta com a expansão do cultivo do dendezeiro é que apresento como objetivo desta dissertação, a análise de como os camponeses de Maçaranduba justificam a resistência à integração à agroindústria do dendê. Defini como escala de análise os camponeses de Maçaranduba, colônia localizada em Tomé-Açu, município que está circunscrito na zona de expansão de cultivos do dendezeiro sob a égide de políticas públicas. A pergunta que orientou a pesquisa foi: como os camponeses justificam a resistência à agroindústria do dendê em Maçaranduba?

A literatura que deu suporte à análise da empiria fundamenta-se sobre o conhecimento dos sujeitos de Maçaranduba enquanto camponeses, conforme os estudos de Wolf (1976) e Woortmam (1990). Por meio de Scott (2002, 2013), Thompson (1998), Menezes e Malagodi

(2009), e Abramovay (1989), me aproprio da teoria sobre formas cotidianas de resistência. Comungo da análise dos autores sobre processos de resistência que são empreendidos no interior dos grupos e das famílias, e que são considerados “a luta mais vital”(SCOTT, 2002), que permitem aos grupos permanecerem em ambientes em que há o avanço de empreendimentos do capital no campo. Essa leitura permitiu ver os camponeses como sujeitos ativos diante das transformações que afetam suas sociedades, retirando-os da invisibilidade histórica em que por vezes são colocados, por serem considerados passivos.

Sobre a análise da expansão do cultivo de dendezeiro considerei pertinente utilizar autores que tratam sobre o tema, já que é esse o contexto que instigou a resistência aqui analisada.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: esta introdução, em que apresento a pesquisa; o primeiro capítulo em que apresento o município de Tomé-Açu, reconstitui um pouco da história do município, trazendo aspectos relevantes para a compreensão do contexto atual. Apresento, também, o *lócus* empírico da pesquisa: Maçaranduba, permitindo a aproximação do leitor da realidade que os camponeses de Maçaranduba experimentam dirariamente. Mostro como se deu a imersão no campo e as etapas que permitiram a realização desta dissertação.

No segundo capítulo analiso o conceito de resistência cotidiana e, para isso, me fundamento em Scott (2002; 2013), Thompson (1998), Ploeg (2013) e Menezes e Malagodi (2009). Considerei pertinente essa análise por compreender que era necessário conceituar sobre qual resistência trataria. Distante dos eventos públicos, as formas cotidianas de resistência se constituem com as luzes apagadas, encobertas pelo cotidiano vivido pelos camponeses. São consideradas a luta mais vital, e inscritas em eventos que ocorrem sem a necessidade de uma liderança, permeadas pelo modo de viver dos camponeses que as empreendem.

Em seguida estabeleço uma reflexão sobre o contexto geral, responsável pela indução da resistência. Contra o quê os camponeses resistiram? Considerei que os camponeses resistem porque há a elaboração de políticas pautadas sobre a inclusão social e desenvolvimento sustentável, mas que possibilitam a transformação dos espaços utilizados pelas sociedades camponesas e gera o fortalecimento de setores pautados na produção de commodities. Com essa observação, pontuei algumas políticas elaboradas nacionalmente,

com a intenção de indicar importantes períodos históricos em que as políticas públicas para o campo foram constituídas sobre as mesmas diretrizes, especialmente para a região amazônica.

Ainda no segundo capítulo, aprofundo o debate sobre a criação do PNPB e do PSOP, programas voltados para a produção de biodiesel a partir de fontes vegetais oleaginosas. Apresento o Selo Combustível Social, instrumento que motiva as agroindústrias a procurar “parceiros” camponeses para integrarem o projeto de cultivo de “palma de óleo”, no caso paraense.

Se no segundo capítulo faço a análise sobre a teoria que justifica a resistência cotidiana, no quarto me debruço sobre a análise da resistência cotidiana a partir dos camponeses de Maçaranduba, meu estudo de caso. Nesse sentido, faço primeiro a discussão sobre a história de formação da colônia Maçaranduba. Depois analiso a interpretação que os camponeses fizeram das reuniões promovidas pelas agroindústrias com a presença de entidades públicas, na tentativa de integrá-los ao complexo agroindustrial do dendê. E as justificativas que utilizam para não adentrarem em projetos que podem lhes retirar a autonomia que estão acostumados a possuir.

Com esta dissertação espero contribuir para o reconhecimento das formas cotidianas de resistência empreendidas por camponeses em contextos de avanço da agroindústria do dendê, informando que a resistência cotidiana é uma luta prosaica, mas que possui um espaço fundamental dentro das sociedades camponesas.

2. DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 O MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU E O CONTEXTO DA PESQUISA: A COLÔNIA MAÇARANDUBA

A pesquisa foi realizada na colônia¹ Maçaranduba, zona rural do município de Tomé-Açu (figura 1), que pertence à Região Nordeste Paraense e Microrregião de Tomé-Açu, juntamente com os municípios de: Moju, Tailândia, Concórdia do Pará e Acará.

A área total do município de Tomé-Açu é de 5.145,361 Km², e a população, segundo o Censo 2010, é de 59.795 habitantes (IBGE, 2010). Foi elevado à categoria de Município em 17 de março de 1959, sob a Lei 1.725, que o desmembrou do município de Acará, através de um processo conflituoso entre seus moradores e os de Acará, ao qual era integrado sob a condição de distrito (PREFEITURA DE TOMÉ-AÇU, 2013). O Município faz limite ao norte com os municípios de Acará e Concórdia do Pará, ao sul com o de Ipixuna do Pará, a leste com Tailândia e Acará e a oeste com Ipixuna e Aurora do Pará.

No mapa abaixo (figura 1) é possível analisar a localização de Tomé-Açu, como um município estratégico, próximo a capital do Estado e ladeado por municípios que possuem na agricultura familiar um dos grupos de importância econômica para a geração de alimentos e renda. A microrregião foi substancialmente influenciada pela expansão do cultivo do dendzeiro, sendo possível encontrar cultivos empresariais e familiares em todos os municípios.

¹ O termo colônia é utilizado, localmente, para designar os povoados rurais. Ao serem indagados se eu poderia utilizar a denominação comunidade para me referir a Maçaranduba fui informada que não, já que eles compreendem comunidade como designação religiosa.

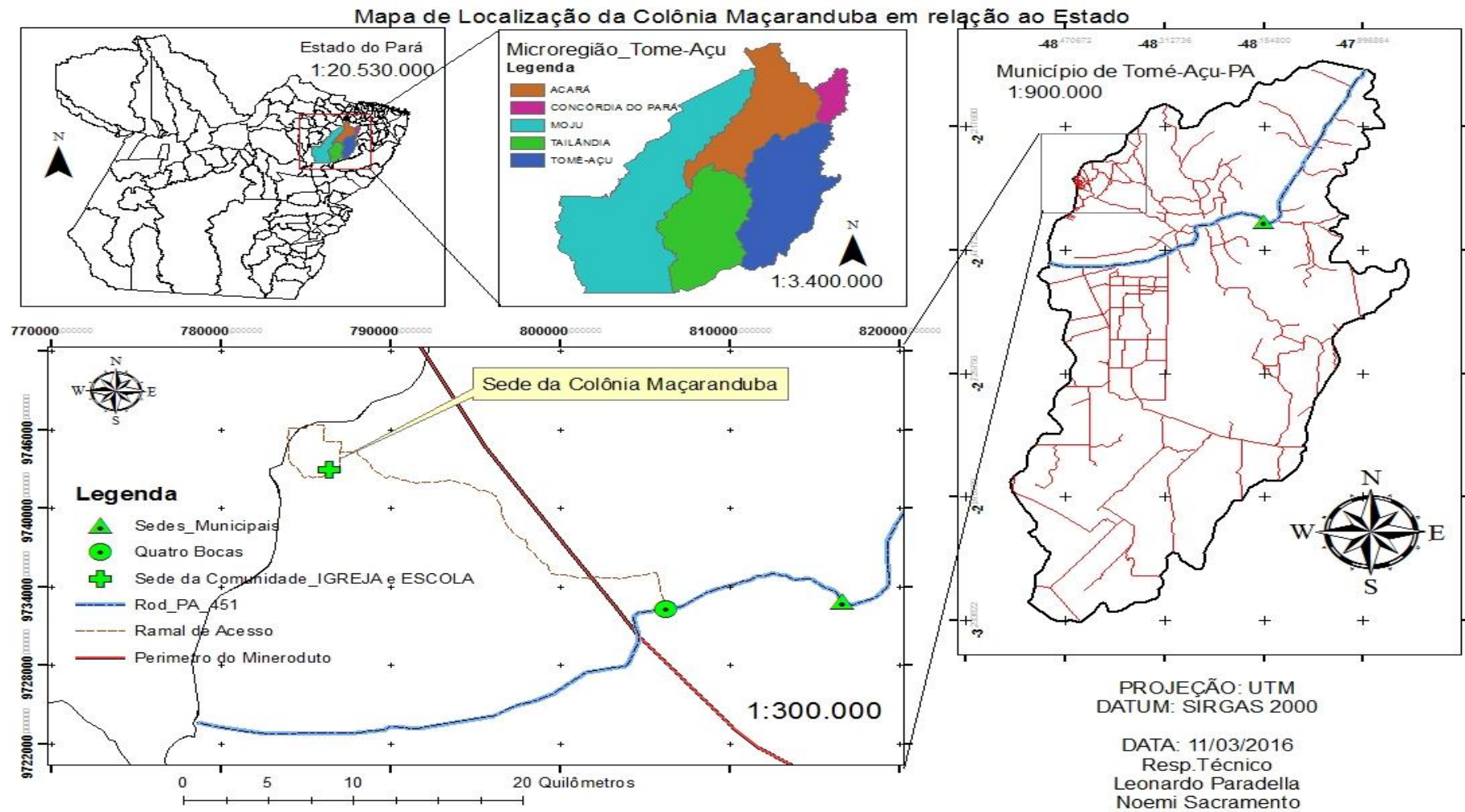


Figura 1 Mapa de localização da colônia Maçaranduba e seu entorno.

Elaborado por: PARADELLA, 2016.

Segundo lenda local, o nome Tomé-Açu faz menção a um dos primeiros habitantes da região onde se encontra o município, um indígena da etnia Tembé, os quais foram os primeiros a habitar as terras de Tomé-Açu. Tomé era um indígena alto e robusto, na língua Tupi e tais características eram identificadas com a palavra açu, que quer dizer grande, portanto TOMÉ ERA AÇU (PREFEITURA DE TOMÉ-AÇU, 2013).

Banhado pelo rio que carrega o mesmo nome do município, foi a partir da rota que o rio percorre que começou o povoamento do município, utilizado para o transporte de mercadorias. Comerciantes foram se instalando às margens do rio, motivados pelo comércio e exploração de madeira (PREFEITURA DE TOMÉ-AÇU, 2013). Foi assim que surgiu a fazenda Bela Vista, cujas terras cederam espaço à sede do município.

Em seu processo de formação, o território correspondente ao município de Tomé-Açu pertenceria, primeiro, aos índios Tembé. Segundo um relatório solicitado pela empresa Pará Pigmentos²:

Os Tembés teriam chegado ao Pará a partir da segunda metade do século XIX, vindos do Maranhão, onde juntamente com os Guajajara, autodenominavam-se Tenetehara, que em Tupi-Guarani significa “nós somos gente verdadeira” (CEPEMAR, 1995).

No ano de 1928 teve início a imigração japonesa no município, o que influenciou a cultura e as atividades agrícolas. Sampaio (2014, p. 25) afirma que a chegada dos japoneses ao município foi um fator decisivo para a construção da identidade local. O que é possível constatar visualmente nas faixadas dos comércios com nomes japoneses, geralmente sobrenomes de famílias japonesas que atuam desde a formação da colônia japonesa no município, além da forte presença de pessoas com traços genotípicos japoneses.

Segundo Tafner Jr. e Silva (2012, p. 5) a chegada dos japoneses no Brasil e posteriormente na Amazônia não foi um acontecimento isolado ou que se deu ao acaso. Mas o resultado de uma cooperação entre os dois países (Brasil e Japão), que visava em comum acordo a política de imigração. O Brasil precisava de mão-de-obra para que houvesse o “desenvolvimento na Amazônia” e o Japão necessitava emigrar parte da sua população devido ao excesso de camponeses que estavam vivendo em condições precárias.

Violeta Loureiro (2012) afirma que a escolha das áreas para a formação de colônias japonesas na Amazônia foi resultado de uma incursão à procura de áreas propícias à formação

² A empresa Pará Pigmentos é uma mineradora pertencente ao grupo Imerys, desde 2010. O grupo é uma corporação francesa com destaque mundial na extração de caulim. O referido relatório começou a ser elaborado na segunda metade da década de 80, do século XX, quando a empresa Pará Pigmentos pertencia ao grupo Vale, o objetivo do relatório foi mapear as comunidades indígenas e quilombolas que seriam atingidas pelo mineroduto que transporta o caulim extraído em Ipixuna do Pará até Barcarena, onde é beneficiado e embarcado para a exportação.

de colônias e à implantação de cultivos agrícolas com aplicação de técnicas modernas, se comparadas às técnicas utilizadas pelos camponeses da região. As áreas identificadas pelo grupo estavam localizadas no estado do Amazonas (Manacapuru) e no Pará (Santarém e Tomé-Açu). Em Tomé-Açu foram identificados cerca de 600.000 hectares, nos quais 43 famílias se instalaram em 1929.

Com o estabelecimento dos imigrantes e a formação da colônia japonesa, os camponeses da região foram substancialmente influenciados pelas técnicas empregadas nos cultivos desenvolvidos pelos japoneses, e posteriormente pelo cooperativismo iniciado por eles, com a criação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA) em 1949.

Além da influência japonesa na formação de Tomé-Açu, houve ainda a de colonos vindos de outros municípios paraenses, e a de nordestinos e sulistas³. Para Sacramento (2012), a chegada de migrantes no final da década de 1960 e década de 1970, foi influenciada pelas políticas de ocupação e de desenvolvimento da região amazônica, promovidas pelo Governo Militar, o que estimulou a implantação de projetos agropecuários na região de Tomé-Açu, cujas consequências se refletiram na chegada dos “peões”, trabalhadores braçais que chegaram ao município a procura de terras e emprego. Já havia no município os migrantes que foram estimulados pelo trabalho como empregados nos pimentais dos japoneses, vindos de municípios próximos.

A chegada dos migrantes e imigrantes ao município propiciou a formação de colônias agrícolas e povoados rurais. Segundo o IBGE (2016), atualmente (2016) existem em torno de 11.000 estabelecimentos agrícolas no município, sendo que destes cerca de 10 mil são familiares. É possível verificar no município a presença de atividade agrícola e pecuária, exploração madeireira (em declínio havendo dentro da sede municipal algumas empresas madeireiras), além de atividades comerciais diversificadas, que contribuem para a geração de empregos no município.

A partir de 2010, com o lançamento do Programa para a Produção Sustentável do Óleo de Palma – PSOP, no município, ocorreu a entrada no cenário local das agroindústrias que utilizam como matéria prima o dendê, fruto do dendezeiro, como é popularmente conhecido. No município de Tomé-Açu, assim como nos demais municípios da Microrregião de Tomé-Açu, é possível verificar na paisagem já às margens das estradas indícios da expansão dos cultivos dessa palmeira em escala industrial e em pequena escala. Contudo, o município é conhecido pelo cultivo em SAF's (Sistemas Agroflorestais), prática que teve início com os

³ Sulista é uma designação local usada para indicar pessoas que vieram dos estados localizados nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil.

japoneses e se popularizou para os demais camponeses do município, transformando Tomé-Açu em referência nesse tipo de cultivo na Mesorregião Nordeste paraense, e rendendo destaque ao município tanto nacional quanto internacionalmente.

Existem duas empresas atuando em Tomé-Açu que utilizam o dendê como matéria prima fundamental: a Belém Bioenergia Brasil – BBB e a Biopalma/Vale. Há, também, empresas de pequeno porte que cultivam o dendezeiro para entregar para as empresas com as quais possuem contrato ou acordo de venda.

A agroindústria Biopalma/Vale comprou terras de pequenos e grandes proprietários, enquanto a BBB possui como método de apropriação de áreas para o cultivo o arrendamento, por um período longo, estabelecido em contrato, no término do prazo a área é restituída ao proprietário original. Além de cultivos em áreas próprias ou arrendadas, há os cultivos realizados através da integração produtiva com agricultores familiares. Segundo Sampaio (2014, p. 26), em Tomé-Açu o número de adesões de agricultores familiares é baixo, comparado com outros municípios da Região, devido à diversidade produtiva. Esse fator consiste em uma das características do município, visto fortemente em Maçaranduba.

Maçaranduba

A colônia Maçaranduba carrega em seu nome a referência a uma árvore típica da floresta amazônica (*Manilkara huberi* (Ducke) A. Chev.), cujo porte alto e frondoso servia de ponto de referência para o encontro de grupos de caçadores e pescadores que vinham de outras colônias de Tomé-Açu e de outras localidades.

O Maçaranduba existe há muito tempo! Quando nós chegou aqui já existia esse nome, e os antigos, os vizinhos da gente, que tinha um senhor bem antigo, que ele contava muito pra nós. O nome dele era seu Raimundo, e ele falava que devidamente ele era muito caçador, que não tinha acesso a outras coisas. Então ele dizia que Maçaranduba era porque eles vinham das outras colônias mais distantes, tinha muita caça, não tinha morador, então tava uma área aí sem ninguém. E eles agendavam, marcavam com os colegas: “nós vamos caçar no Maçaranduba”, porque tinha uma árvore grande, né, um pau por nome de Maçaranduba e ela era uma das maiores e também porque tinha muita maçaranduba aqui, nesse local- Lá era o igarapé, que tinha essa árvore grande, lá naquela maçaranduba, lá que a gente vai chegar, lá é nosso ponto de chegada e de saída, faziam o lanche deles lá e se dividiam pra caçar. O retorno de novo, conforme a hora combinada, era ali. (E.R. 46 anos, cearense, há 32 anos em Maçaranduba).

Sua história de ocupação pelas famílias tem início na década de 1960 e ocorreu devido ao fracasso de um projeto desenvolvido pelo primeiro dono da área, um japonês conhecido por Iobó⁴, cujo pimental que havia plantado fracassou e ele acabou abandonando a área, o que resultou no apossamento por colonos, vindos dos mais diversos locais. O declínio do pimental desenvolvido pelo primeiro dono da área remete ao período de ataque do fungo

⁴ Esse processo será detalhado no capítulo 4.

fusariose, que acometeu os cultivos em todo o município e gerou perdas aos produtores. Segundo Konagano⁵ (2015), os cultivos de pimenta do reino foram acometidos pelo fungo devido se tratarem de monocultivos, o que permite ao fungo a propagação e fortalecimento, foi a partir da fusariose que os japoneses passaram a cultivar pimenta em cultivos diversificados. Foi possível conhecer, durante o processo de pesquisa, alguns dos primeiros moradores dessa área: um vindo de Cametá, outro de Santa Maria do Pará, cidades paraense, outros do Ceará.

A maior dificuldade para os primeiros moradores estava no acesso e permanência na área. Não haviam estradas, escolas, poucos eram os vizinhos. Quando adoeciam tinham que ir a pé até a estrada principal, cerca de 28 quilômetros. Segundo eles muitas vezes tiveram que dormir na mata e seguir viagem no dia seguinte. Quem contou essa história foi dona Luiza, 60 anos, lavradora (de acordo com o que informou sobre sua profissão): “Quando adoecia um a gente saía daqui de pé, dormia em viagem, ia de pé pra Quatro Boca, porque não tinha transporte. O único transporte que tinha era um trator aqui! Era do Seu João!”. Os primeiros moradores viviam da caça, da pesca e possuíam como primeira atividade a extração da madeira, para a abertura da área para a moradia e cultivo das primeiras roças.

Vinte e oito das trinta famílias de Maçaranduba com as quais apliquei os questionários, mais as que foram entrevistadas, compraram as áreas que foram originalmente ocupadas, e se intitulam compradores. Apenas se declararam posseiros.

Se no início não haviam estradas, hoje (2016) são vários os ramais que dão acesso à colônia, sendo o mais utilizado pelos camponeses o de acesso à Vila Socorro, saindo de Quatro Bocas, distando 28 Km até Maçaranduba. Do distrito de Quatro Bocas, até chegar a colônia, passamos por algumas localidades, com casas na beira das estradas, igarapés, igrejas católicas e evangélicas. Pelo caminho vemos pessoas trabalhando nos diversos cultivos de palmeiras da empresa Biopalma, lavando louça na beira dos igarapés, trafegando em motocicletas, um dos principais meio de transporte utilizado na região.

A colônia Maçaranduba forma quase um labirinto de estradas: há o ramal Livramento, ramal do Ubim, ramal do Maçaranduba, ramal do 19 e em todos há moradores que se consideram da Colônia do Maçaranduba. As estradas são de piçarra, estão sob responsabilidade da Prefeitura de Tomé-Açu. Segundo os moradores, o ramal do 19 pertence ao Município de Acará, mas os moradores recorrem à Tomé-Açu para fazerem compras, venderem seus produtos e quaisquer outras necessidades.

⁵ Informação oral.

O croqui desenhado por uma criança de onze anos (Figura 2), demonstra o sentimento de pertencimento e conhecimento da área da colônia e das famílias que lá vivem. Enquanto desenhava ele relatava sobre as famílias, quem eram, os apelidos, além de informar sobre a chegada de alguns ou saída de outros, o que demonstra domínio e pertencimento ao território, o que apresenta características de pertencimento, sentir-se parte daquele universo, compreender que seu modo de viver, apesar da pouca idade, está circunscrito àquela realidade da qual faz parte. O croqui feito por Mateus me ajudou a perceber como as crianças conhecem a realidade que vivenciam em Maçaranduba, e como concebem esse universo. O desenho funciona para ele como um esboço das relações que estabelecem, seja através dos vizinhos, dos parentes, da igreja ou do campo de futebol.

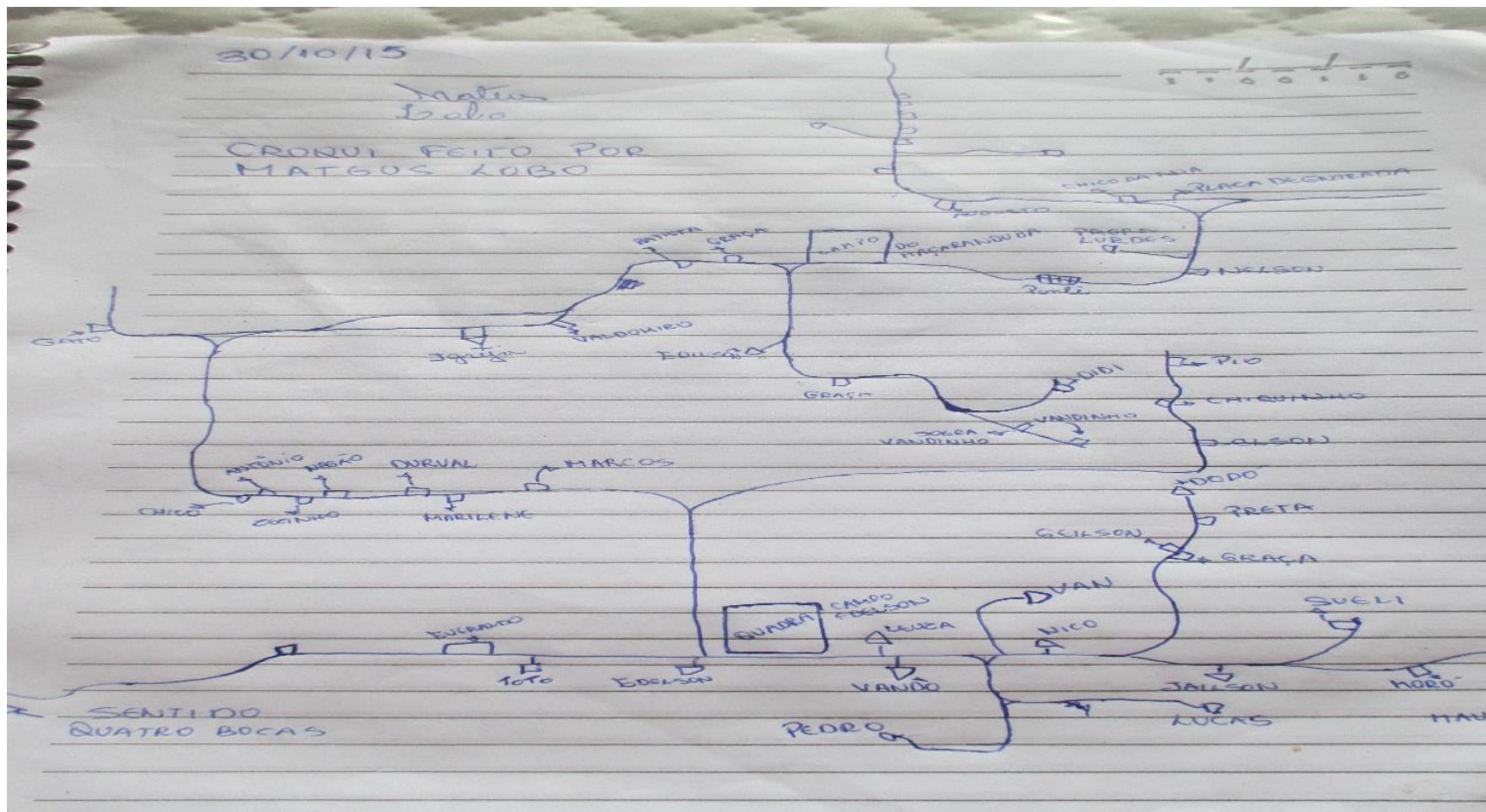


Figura 2 Croqui da colônia Maçaranduba

Croqui feito por Mateus Lobo, 11 anos, morador da Colônia Maçaranduba.

Foto Noemi Sacramento, Outubro de 2015.

Os dias em Maçaranduba são com manhãs com temperatura amena, tardes quentes e noites geralmente chuvosas, mesmo quando não estamos no período chuvoso, o que é motivo de orgulho para os moradores que dizem ter muitas chuvas porque preservam suas matas, e que esse seria um dos motivos pelo qual a agricultura praticada por eles é tão próspera. Não existe comércio em Maçaranduba e se as pessoas precisam comprar alguma coisa como óleo, bolacha, ou qualquer outro produto, se deslocam até o 19, que fica próximo, cerca de 8 km até a venda.

Para o lazer, as famílias utilizam os igarapés e existem dois campos de futebol: um é particular, o outro é mais frequentado pelos moradores que gostam de praticar o jogo de bola, mas já houve um desentendimento por conta da utilização do campo e alguns moradores deixaram de frequentar esse espaço para jogar. Para as crianças o lazer é brincar nos fins de tarde, jogar bola, pedalar em alguma bicicleta, correr, subir em árvores, comer frutas e assistir televisão.

As famílias católicas vão aos cultos, que ocorrem aos domingos às 8:00h. Aos sábados a noite há os encontros de jovens, novenas em honra de Nossa Senhora às terças feiras a noite na igreja e estudo bíblico às quintas, nas casas das famílias. Há uma igreja evangélica com cultos semanais.

Se no início haviam dificuldades para os primeiros moradores saírem até a cidade, hoje (2016) há transporte público, destinado ao serviço escolar, duas vezes ao dia, pela manhã e à noite. Os moradores que não possuem veículos próprios podem utilizar os ônibus como transporte. A maioria dos moradores possuem motocicletas, outros utilizam bicicletas, alguns poucos possuem carros. Há ainda o transporte (figura 3) disponibilizado pela prefeitura para os que comercializam na feira em Quatro Bocas, duas vezes por semana, às quarta-feiras e sábados. Os que vão vender organizam os produtos no dia anterior e acordam cedo para esperar o caminhão ou ônibus que farão o transporte.

Segundo uma contagem feita juntamente com dois moradores, em que eles iam lembrando os nomes e a posição das casas ao longo dos ramais que existem em Maçaranduba, somou-se cerca de 80 famílias que fazem de seus lotes locais de trabalho e moradia em Maçaranduba.

As moradias são, em sua maioria, construídas de madeira com piso de cimento (figura 4), há também moradias de alvenaria, de barro, cobertas com telhas de fibra de cimento ou de barro. Ao redor das casas há sempre flores, árvores frutíferas como mangueiras (*Mangífera indica* L) e laranjeiras (*Citrus sinensis* (L) Osbeck). O abastecimento de água é feito através

de poços estilo amazonas e cacimbas com sucção de água através de bomba “sapo”. Quando falta energia as famílias que possuem igarapés próximos às casas os utilizam para tomar banho e fazer atividades domésticas, como lavar louça e roupas. No centro da comunidade há um poço artesiano, escavado *para* abastecer a escola, a igreja e o viveiro da associação e que é utilizado por uma família que mora próximo a ele.

A energia elétrica em cerca de 80% das casas é do programa Luz Para Todos⁶, do governo federal. No restante das casas a energia foi adquirida através do esforço dos moradores, que cansaram de esperar e se organizaram, compraram fiação, cortaram árvores de seus lotes para servir de postes e usaram trator de esteira para limpar a área que serviria de estrada para a energia passar. As despesas por família saiu em torno de 5 mil reais, fora os trabalhos nos mutirões. Devido à improvisação do sistema, quando chove ou em algum outro evento, a energia se torna instável e passível de suspensão, o que desagrada os moradores, que acabam perdendo polpas de frutas e alimentos.

As famílias em Maçaranduba se ocupam da atividade agrícola (figura 5) e da criação de pequenos animais: os cultivos mais rentáveis são: pimenta do reino (*Piper nigrum*, L), cacau (*Theobroma cacao*, L), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*, Schum), açaí (*Euterpe oleracea*, Mart.). Cultiva-se, em menores proporções o maracujá (*Passiflora edulis*, Sims), abacate (*Persea americana* P. Mill), banana (*Musa paradisiaca*, L), acerola (*Malpighia emarginata* DC.), mandioca (*Manihot esculenta*, Crantz), manga (*Mangífera índica*, L), milho (*Zea mays*, L), melancia (*Cucurbita melon*, L), arroz (*Oriza sativa*, L), feijão (*Phaseolus vulgaris*, L). Os pequenos animais criados são aves (galinhas caipira, galinhas de Angola, patos, perus) e cabras, para a alimentação e em eventuais necessidades para a venda. A assistência técnica é ofertada pela prefeitura, através do pagamento de um técnico responsável pela assistência a projetos feitos por agricultores organizados em Associações. Em Maçaranduba a associação está sem projetos, mas no período em que funcionava o projeto de viveiro e financiamentos de agricultores via associação, havia o suporte técnico fornecido pela Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI. Em 2015, o técnico continua atendendo aos agricultores que solicitam assistência. Segundo o técnico, são poucos em Maçaranduba que

⁶ Lançado por Decreto 4.873 de 11/11/2003 o Programa Luz para Todos se propõe a “acabar com a exclusão elétrica no país e tem como meta dar “acesso à energia elétrica, gratuitamente, para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008”, “...é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobras e executado pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em parceria com os governos estaduais”. Programa Luz para todos. Disponível em https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp. Acessado em 07/03/2016.

solicitam assistência, já que os cooperados da CAMTA recebem assistência da Cooperativa, quando necessitam. O técnico da SEMAGRI atende agricultores das colônias Ubim, Mariquita Rosário, Maçaranduba, Breuzinho e São João. Oferece, também, assistência na Escola Pólo, onde desenvolve trabalhos educativos com os alunos.

A educação para as crianças e jovens é oferecida desde a educação infantil ao ensino fundamental na Escola Nossa Senhora Aparecida, localizada no ramal do Ubim. Havia uma escola em Maçaranduba, que funcionou de 1996 até 2012 com o nome de Escola Nossa Senhora Aparecida, nome referente à padroeira da comunidade católica local. O prédio que abrigava a escola era rústico, construído em madeira (figura 6), com piso de cimento recoberto de “vermelhão”⁷. O terreno onde foi construída foi doado por seu Valdomiro, um dos moradores mais antigos de Maçaranduba. Mas a escola foi desativada em um processo de reestruturação do sistema de administração escolar, em que houve a formação de escolas pólos em todo o Município com o intuito de atender várias comunidades em um único local.

Segundo o funcionário G. (informação oral)⁸ o objetivo para a nucleação escolar foi facilitar o transporte e a otimização de recursos. Para alguns moradores de Maçaranduba foi gratificante ver mantido o nome da escola antiga na escola “nova” (figura 7).

Em 2015 havia 472 alunos matriculados regularmente e 16 professores. As colônias que fazem parte dessa escola pólo são: Repartimento, Livramento, Maçaranduba, Vista Alegre, Ubim, Cupiúba, Urucuré, 19 do Maçaranduba e Turé. O transporte das crianças é realizado por ônibus e as aulas são pela manhã e à tarde. O ensino médio é fornecido na zona urbana, há transporte para o deslocamento dos alunos pela manhã e a noite, e qualquer morador pode utilizar esse transporte.

⁷ Piso feito com cimento e argamassa, tingido com tinta vermelha.

⁸ Servidor público lotado na Escola Pólo. Conversa realizada na noite do dia 28/10/2015, na comunidade Repartimento.



Figura 3 Transporte disponibilizado pela Prefeitura para os feirantes

Foto: Noemi Sacramento, 2015.



Figura 4 Moradia típica em Maçaranduba

Foto: Noemi Sacramento, 2015.



Figura 5 Copa das árvores do cultivo em Safs

Foto: Noemi Sacramento, 2015.



Figura 6 Escola desativa em Maçaranduba

Foto: Noemi Sacramento, 2015.



Figura 7 Escola Polo EMEF Nossa Senhora de Aparecida

Foto: Noemi Sacramento, 2015.

De acordo com dados extraídos na pesquisa de campo, o nível de escolaridade dos camponeses de Maçaranduba é de 89% de alfabetizados contando com 64% de jovens com o fundamental incompleto (gráfico 1) sendo que a média de filhos por família é de 4.

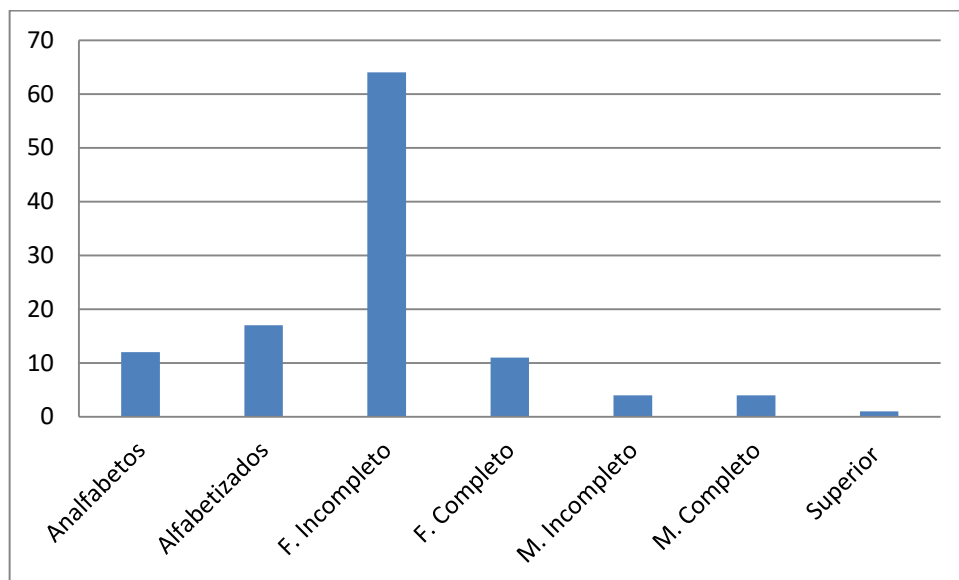


Gráfico 1 Número de entrevistados x nível de escolaridade

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Dentre as pessoas com o ensino fundamental incompleto, cerca de 40% estudaram até a terceira série, cerca de 30% ainda estão estudando e os outros 30% estudaram da quarta até a sétima série. Dos que se disseram alfabetizados, cerca de 90% conseguem apenas assinar o nome. Os jovens de Maçaranduba consideram a atividade agrícola mais proveitosa, por isso

deixam os estudos. Alguns pais informaram que seus filhos “*continuam estudando, quase que obrigados*” (E.R., 46 anos, cearense, há 32 anos em Maçaranduba), mas que o desejo deles é prosseguir na agricultura, o que traz aspectos de resistência porque estudam, mas desejam permanecer na agricultura, empregando a força de trabalho no estabelecimento da família.

Em Maçaranduba não há Agente Comunitário de Saúde – ACS, e algumas famílias são atendidas pelo ACS da Colônia Ubim. Os moradores recebem atendimento médico no hospital de Quatro Bocas e, para isso, precisam sair de suas casas por volta das 3:00 da madrugada para percorrer cerca de vinte e oito quilômetros, de carona no ônibus escolar, com algum vizinho, ou em motocicletas e carros próprios.

2.2 AS ETAPAS DA PESQUISA

Para conhecer Maçaranduba e os camponeses que lá vivem, e assim fosse possível dar luz à pesquisa, compreendendo como eles construíram a resistência à integração produtiva do dendezeiro, foi necessário escolher um caminho que levasse à possibilidade de efetuar a pesquisa e que permitisse a problematização crítica do que ali ocorreu. De acordo com Demo (1989, p. 11), esse caminho que escolhi é a metodologia que usei para responder à pergunta inicial. Para isso, considerei essencial olhar os sujeitos, dando vozes a eles. Foi a partir de suas percepções e relatos que construí o entendimento do que foi a resistência que eles empreenderam e que se manifesta no seu cotidiano.

A pesquisa foi, majoritariamente, qualitativa, mas cabe ressaltar que a interpretação se deu a partir dos camponeses, do que eles manifestam compreender sobre a expansão dos cultivos de dendezeiros sob contratos de integração com as empresas, suas justificativas e opiniões, as informações sobre suas organizações, de como conceberam o “não” que deram às empresas. Segui a concepção trazida por Geertz (1989), segundo a qual são os sujeitos, os camponeses, que fazem a primeira interpretação de suas realidades. Aos pesquisadores cabe uma interpretação secundária, apesar de eu ter estado em Maçaranduba e compartilhado um pouco de suas experiências. As informações que trago para a pesquisa foram fornecidas pelos sujeitos que as construíram socialmente. Foram eles que deram significados à resistência, restando-me a interpretação de “segunda mão”.

Foi a partir do que Geertz indicou que elegi a pesquisa como qualitativa. Eu queria compreender a resistência ao cultivo de dendezeiros em Maçaranduba a partir da reflexão dos sujeitos sociais e, para isso, fiz uso de entrevistas não diretivas. Segundo Michelat (1987, p. 191), as entrevistas não diretivas possuem como objetivo provocar produções verbais nos indivíduos, de tal modo que elas possam gerar informações sintomáticas. Produzem-se os

dados em um diálogo em que o entrevistado encontra-se livre para falar e expor suas simbologias, sentimentos e história.

Era preciso conhecer mais de Maçaranduba, ter uma compreensão ampla sobre os camponeses que ali vivem e trabalham, saber quem são, o que plantam, para onde vendem. Para isso resolvi organizar um questionário simples, um instrumento que possibilitou conhecer mais da realidade do grupo social com o qual eu estava trabalhando.

Para alcançar os resultados e obter material suficiente para a escrita, resolvi dividir a pesquisa em duas fases, acordando com Geertz (1989): a primeira, o “estar lá” (partilhando da realidade dos sujeitos sociais), e a segunda o “estar aqui” (no ambiente específico para o tratamento e análise das informações).

Apesar da minha intenção como investigadora de compreender um fenômeno, de nada adiantaria o levantamento preliminar de informações sobre o tema da investigação, se o campo me fosse negado. Para Oliveira (2000, p. 25), a primeira etapa, é o “olhar e o ouvir”. Olhar e ouvir só é possível se estivermos lá, no ambiente deles, de quem viveu a resistência, mas é preciso transformar o material coletado, e é a partir daí que devemos iniciar a segunda etapa o “escrever”, um trabalho longo, que pode ser feito várias vezes, seja para o aperfeiçoamento formal do texto, ou para torná-lo o mais verossímil possível.

Desde o início do mestrado eu já sabia o que pretendia estudar. Se o complexo panorama ocasionado pela expansão dos cultivos de dendezeiro se intensificava na região, alicerçado em políticas governamentais de apoio à integração de agricultores familiares, vislumbrava instigante conhecer locais onde os camponeses disseram “não” à integração. O “não” não é reducionista, mas enfatizado por ser a primeira expressão utilizada pelos camponeses como resistência à agroindústria. Dizer “não” é compreendido como primeiro enfrentamento, primeiro ato dissidente.

Pensei em vários municípios da microrregião de Tomé-Açu onde há atuação de agroindústrias de dendê, mas Tomé-Açu sempre me chamou a atenção pela diversificação da agricultura, dos cultivos em SAF que dão visibilidade ao município (tanto em nível estadual, quanto nacionalmente). Segundo Tafner Jr. e Silva (2012, p. 15):

Ao longo do desenvolvimento da CAMTA (Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu), o sistema agro-florestal foi ganhando força e hoje atrai a atenção de várias partes do mundo. Os estudiosos de implementação agrícola e inclusão social na Amazônia organizam eventos e workshops com agrônomos de todos os países da Amazônia e de outros lugares do mundo – principalmente Estados Unidos e Japão – para que estes conheçam e participem de treinamentos e aprendam a executar o sistema agro-florestal desenvolvido pela CAMTA. Assim, todos conseguem conhecer esse sistema e dessa forma podem tentar implementá-lo em suas regiões e aumentar as condições sociais e econômicas sem prejudicar o meio ambiente.

A escolha do local em que realizei a pesquisa se deu com dificuldade, obrigando-me a manobras arriscadas na definição da área de estudo. Não possuía conhecimento sobre a zona rural de Tomé-Açu. Nunca havia estado lá, até julho de 2014, quando, durante a disciplina Agroecologia e Sistema Agroflorestal, tive a oportunidade de visitar experiências diversas sobre transição agroecológica em diferentes municípios da Região Nordeste paraense e, dentre esses municípios estava Tomé-Açu. Lá fomos à Associação da 4ª Região de Tomé-Açu, que é formada por agricultores de quatro comunidades (Parauá, Bom Jardim, Jamique e São Raimundo Nonato), a cerca de 20 km de Quatro Bocas. Conhecemos as lideranças e alguns associados, e ficamos sabendo que a associação foi diversas vezes procurada pela empresa Biopalma para que os associados se integrassem, mas que a maioria foi contra o projeto e não houve adesão da associação. Considerei, inicialmente, que ali seria o local indicado para realizar a pesquisa. Entrei em contato e fiz duas visitas após a disciplina, em novembro de 2014 e a outra em janeiro de 2015⁹.

Na primeira fui acompanhada pelo professor Osvaldo Kato, que além de me levar até a 4ª Região, também me levou até Santa Luzia, uma colônia de Tomé-Açu, como uma possível opção para a realização da pesquisa. Na segunda visita, fui sozinha. Foi na segunda ida que descobri mais detalhes sobre os associados. Dois associados se integraram ao projeto de cultivo de dendezeiros, mas como a maioria dos associados foi contra, os dois agricultores que se integraram resolveram se afastar da associação, continuam associados, mas sem envolvimento nos projetos coletivos. A liderança da associação, apesar de citar aspectos negativos ao cultivo do dendezeiro, indicando baixo preço na venda do dendê, além do trabalho ser cansativo e a empresa controlar o processo produtivo, estabeleceu uma parceria com a empresa para receber projetos sociais.

Presenciei duas reuniões entre empresa e associação. Apesar de alguns associados terem dito não à integração, a presença constante da empresa os influencia de alguma forma, especialmente na condução dos projetos em conjunto, já que a partir do momento em que há investimento dos recursos da empresa, todas as conformações dos projetos são direcionados por ela¹⁰. Comecei a analisar que a pesquisa não seria atendida devido à proximidade dos

⁹ O material levantado serviu de base para a elaboração do projeto de qualificação. As duas visitas e o material elaborado posteriormente, resultaram, ainda, em um artigo sob o título: As estratégias produtivas camponesas frente ao avanço do agronegócio do dendê: O caso da Associação da 4ª Região de Tomé-Açu/PA. Este artigo foi publicado no Terceiro Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente, realizado pela Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR, em São Carlos/SP.

¹⁰ Os projetos desenvolvidos em parceria com a empresa eram de piscicultura e avicultura caipira, a empresa investia o recurso e os associados entravam com a mão de obra.

associados com a figura da empresa, que era tida como parceira. Havia ainda o fato de serem quatro colônias que compunham a associação, todas geograficamente distantes uma das outras, o que gerou desconforto, pois eu deveria fazer o trajeto a pé e sozinha. Surgiu então o questionamento: como eu iria desenvolver a pesquisa ali, com todas as limitações que o campo havia mostrado?

Foi então que em março de 2015 fui convidada a participar do congresso do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Tomé-Açu, em que muitos sindicalizados expuseram suas opiniões sobre a integração produtiva de agricultores familiares ao agronegócio do dendê, houve a possibilidade através do diálogo com informantes, de vislumbrar outra possibilidade de local para a realização da pesquisa, a Colônia Maçaranduba. Segundo um sindicalizado, liderança em Maçaranduba, a colônia foi diversas vezes procurada por duas empresas, Biopalma e BBB, mas todos os camponeses disseram não. Disse ele que lá os camponeses eram organizados e havia unidade nas escolhas realizadas, que viviam da agricultura, enfim, mostrou-me um pouco do que era Maçaranduba. Tive a impressão que Maçaranduba seria o campo ideal, embora fosse apenas uma colônia na qual realizaríamos um estudo de caso.

Optei por realizar a pesquisa em Maçaranduba. Peguei o contato da liderança que havia repassado as informações, ele havia dito que eu poderia ficar em sua casa, mas após marcada a primeira ida a campo, em outubro de 2015, ele me informou que não seria mais possível conceder a hospedagem. E agora? Para onde eu iria? Foi então que procurei outra liderança local, e comecei a estabelecer entendimentos para que eu pudesse chegar em Maçaranduba.

Marquei a primeira ida para o dia 05 de outubro! Cheguei em Quatro Bocas pela manhã e fiquei aguardando dentro do carro¹¹, até que seu R. e dona L. entrassem em contato, o que ocorreu por volta das 17:00 horas. Encontrei-os em frente à praça, nos apresentamos pessoalmente e fui orientada a seguir o carro em que estavam. Chegamos em Maçaranduba por volta das 19:30 horas, encontrei cinco crianças à porta, aguardando os pais, mais uns três ou quatro cães. A casa estava sem energia elétrica, por causa de alguma árvore que havia caído sobre a fiação. Fui instalada em um dos quartos. Lá havia diversos sacos com pimenta do reino, o cheiro era bastante forte e perfumava toda a casa. Jantamos e dormimos.

¹¹ Na primeira ida fui acompanhada de meu marido, o que foi muito relevante, pois serviu para que os camponeses me marcassem socialmente, estabelecendo uma relação respeitosa, que possibilitou a anulação da desconfiança por parte das mulheres, percebidas nas vezes em que fui sozinha, em que sempre havia perguntas sobre meu marido e minha filha.

No dia seguinte acordei por volta das 4:00 da madrugada, horário em que a família se levanta todos os dias. A casa em que eu estava era afastada das demais. As casas em Maçaranduba são distantes uma das outras, mas a de seu R. é muito mais afastada, por isso as crianças acordam cedo para pegarem o ônibus que as leva até a escola pólo. O pai as leva até o ponto onde o ônibus passa.

Pela manhã fui guiada pelo senhor R., para conhecer o lote e os cultivos nele existente. Enquanto mostrava tudo, ele contava sua história de vida. Após a incursão no lote, fui conhecer Maçaranduba. Passei por várias estradas que fazem parte da colônia. Tive o primeiro encontro com a realidade que serviria de material para a realização da pesquisa.

Durante a primeira ida, fiz cinco entrevistas: com dois moradores antigos na área, com uma senhora que tem o lote vizinho de um cultivo de dendezeiros e com duas lideranças locais. Os entrevistados foram escolhidos dentre os que poderiam fornecer informações sobre a história local, para tanto entrevistei moradores mais antigos na área, cuja chegada data da década de 1970. No dia 06 a noite, fui à celebração da novena, na capela de Nossa Senhora Aparecida. Após a celebração fiz uma apresentação pessoal para os presentes, falei da pesquisa e pedi autorização para tornar suas realidades instrumento para a realização desta dissertação. Fui bem recebida! Os que estavam presentes falaram sobre a importância dos pesquisadores fazerem uma apresentação prévia, deixando muito claro que muitos chegam, fazem a pesquisa e “somem”. Peguei o contato de alguns dos que estavam presentes e informei que voltaria no final de outubro.

No dia 26 de outubro, iniciei a segunda ida a Maçaranduba. Dessa vez eu ficaria na casa de seu V. e dona L. Cheguei de ônibus em Quatro Bocas por volta do meio dia, saí de Belém às 8:00 da manhã. Seu V. foi me buscar em sua caminhonete. No caminho, durante uma conversa, ficamos sabendo que seu V. era o filho mais novo do casal que havia comprado o sítio que fora de meus pais. Minha mãe havia me informado sobre o período em que havia morado em Tomé-Açu, nos fins da década de 60 até meados da década de 70 do século XX. Meus pais foram para lá para trabalhar nos pimentais dos japoneses, mas por um infortúnio tiveram que vender o lote e se mudaram para o município de Moju. Os pais de seu V. compraram o lote e, após muitos anos, com a morte de sua mãe, o tal lote foi vendido e o recurso dividido entre os filhos. O que se apurou dessa venda foi investido nos lotes dos filhos em Maçaranduba. Essa ligação do passado, serviu para reforçar laços de confiança, o que gerou um inesperado sentimento de que eu fazia, de alguma forma, parte de suas realidades.

Durante a semana que passei em Maçaranduba foram aplicados 15 questionários com famílias escolhidas aleatoriamente, com questões estabelecidas e colhendo informações não

especificadas em questões, mas que julguei relevantes quando das falas dos informantes. Houve a realização de cinco entrevistas com lideranças locais, uma ida à feira, local onde muitos camponeses de Maçaranduba comercializam suas produções, para observação e conversas que pudessem dar informações pertinentes ao tema.

Era comum durante as visitas, que houvesse interrogações do tipo: você é parente de quem? É prima da L.? Nesses momentos, dona L., que nos acompanhou durante as visitas, pois as casas são distantes e fazer o percurso a pé é penoso, ela nos levava em sua motocicleta vermelha e branca, e sempre dizia: descobrimos que ela é quase parenta do V.! O que quase sempre gerava mais questionamentos, e ela contava a história do terreno que fora de meus pais e que posteriormente pertenceu aos pais de V. Ao final da semana toda a colônia já havia tomado conhecimento de minha presença e do que eu estava fazendo lá.

Agendei uma terceira ida, no final de novembro de 2015, por mais uma semana. Eu já estava familiarizada com o local e com as famílias, não haviam mais os estranhamentos que enfrentamos no início e apliquei mais 15 questionários. Dessa forma, o estudo deteve-se em 30 famílias camponesas de Maçaranduba, cuja repetição das informações gerou dados suficientes para a elaboração da análise que eu havia proposto. As famílias, embora escolhidas aleatoriamente, traziam consigo características que eu julguei relevantes foram pessoas que haviam participado das reuniões promovidas pelas empresas, de outras que não haviam, de quem tinha conhecimento sobre os projetos de cultivo de dendezeiros sob contratos de integração entre agricultores familiares e agroindústrias.

Durante as conversas com os camponeses, percebi que eles indicavam algumas figuras cuja presença teve alguma influência no processo de resistência. Da investigação local partiu-se para a investigação geral, que consistiu em entrevistas¹² com agentes considerados públicos: um representante da igreja católica, o pároco¹³, citado pelos católicos por proferir durante as missas nas comunidades discursos incentivando os camponeses a prosseguirem com os cultivos diversificados ao invés de se integrarem à agroindústria. Em entrevista ele nos informou que:

... nunca a gente apoiou a entrada do dendê, foi o povo, foi o governo que exaltou o dendê como o lucro! Sem dúvida para o governo é uma melhoria para o povo. De fato, quem trabalha como empregado do dendê, tem o papel [dinheiro] no fim de semana. Que depois vai deixar no supermercado, ele vai pra casa com a galinha

¹² Nem todas as entrevistas tiveram trechos expostos durante a dissertação, mas as informações levantadas serviram de apoio para a análise do tema.

¹³ Padre Célio Torresan, 78 anos, é Italiano. Missionário da Ordem de São Francisco de Assis, está no Brasil há 47 anos, os últimos 14 anos dedicados ao trabalho pastoral em Tomé-Açu. Seu nome já integrou uma lista de marcados para morrer, em virtude do trabalho de conscientização que desempenhou com as comunidades urbanas e rurais de Tomé-Açu.

congelada da ‘Sadia’, quando ele podia ter criado no seu quintal! Então ao fim de semana ele recebe, segunda-feira a economia volta à estaca zero, porque gastou tudo ou parar comer ou para beber. Nós [Paróquia] não somos favoráveis desse jeito ao dendê, porque são as multinacionais que ganham! Interessante uns 30 anos atrás o Brasil fez uma grande campanha de defender a propriedade da Amazônia, agora ele vendeu a Amazônia para as multinacionais e a multinacionais implantou o dendê! (Informação oral, entrevista realizada no dia 12/01/2016).

A representação que Padre Célio assume diante das comunidades camponesas, o destaca na fala dos católicos de Maçaranduba. Daí surgiu a necessidade de conhecer o teor do discurso proferido pelo padre.

Foi entrevistado, também, um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, representação dos agricultores e que possui atuação crítica ao cultivo do dendezeiro no município de Tomé-Açu; e da CAMTA, cooperativa que tem um papel fundamental para a economia do município. Fiz diversas tentativas para conseguir uma entrevista formal com os representantes das agroindústrias para saber as justificativas do “outro lado”, mas não houve resposta para os ofícios enviados e para os pedidos feitos pessoalmente. Consegui fazer duas conversas informais com técnicos da Biopalma, em que eles se detiveram a respostas rasas, não aprofundando os esclarecimentos.

Em todos os momentos da investigação houve a utilização de caderno de campo, gravador de voz, câmera fotográfica, gps, considerados relevantes para a coleta de informações e auxílio para a pesquisa.

3. DA CONDIÇÃO CAMPONESA: AUTONOMIA E RESISTÊNCIA

Este capítulo trata da análise teórica do conceito que situa a resistência a partir do discurso cotidiano das famílias camponesas, a ser explorado como base da pesquisa, como uma forma de dar visibilidade aos sujeitos da ação, nesse caso os camponeses.

3.1 DA CONDIÇÃO CAMPONESA

Para iniciar a reflexão sobre resistência cotidiana em Maçaranduba faz-se necessário indicar sobre quem estamos falando. Não se trata de uma tentativa de enquadrar os indivíduos em conceitos inflexíveis, mas de permitir ao leitor compreendê-los como sujeitos ativos, que alicerçam suas escolhas a partir de seus modos de viver.

Construí a análise sobre os sujeitos da pesquisa a partir da teoria de Wolf (1976), para quem o modo de viver camponês é complexo e imbricado de relações sociais que

transformam o indivíduo em um ser social, que só pode ser compreendido em sua totalidade, ou imerso na sociedade camponesa ao qual pertence.

Distante das conceituações formais, que compreendem o campesinato pela ótica econômica e propõe um conceito que pode ser aplicado com rigor a diferentes contextos, Wolf (1976) considera que as sociedades camponesas não são amorfas, mas ordenadas, e possuem diversas formas de organização a depender dos contextos e das relações que estabelecem. Wolf desmistifica a noção de camponês como produtor de subsistência, propondo a noção de “mínimo calórico”. Para o autor há um grande número de camponeses que sequer produz o mínimo calórico necessário para a subsistência, portanto a existência dos indivíduos não se reduz à busca do mínimo calórico, mas deve ser pensada para além, buscando especialmente compreender que essas sociedades estabelecem relações diversas.

Para Wolf (1976, p. 31) o modo de viver camponês é marcado por relações com o mundo exterior, principalmente com o mercado. Segundo o autor não é possível analisar a sociedade camponesa sem considerar que ela está imersa em outras sociedades, com as quais estabelece relações, e é influenciada. Considerando que cada sociedade possui seu conceito de comunidade, julguei pertinente alicerçar os estudos em Maçaranduba corroborando com Wolf, para quem no estudo das sociedades camponesas, faz-se necessário perceber que o estabelecimento agrícola não possui um caráter puramente de subsistência, mas que acima de tudo trata-se de uma família.

Considerando a resistência à agroindústria do dendê em Maçaranduba, percebi que assim como analisado por Wolf (1976) a terra assume uma dimensão que vai além da produção de valores econômicos, ela ganha sentido para os camponeses a partir das relações e da função que assume nos seus modos de viver. Destarte, além de Wolf, assumi a perspectiva de Wootmann (1990, p. 12), que concebe que os camponeses compreendem a terra como uma dádiva, um “patrimônio, não é simples coisa ou mercadoria”. Nela, além da manutenção da família, estão inscritos valores imensuráveis, aos quais são condicionantes do modo de viver camponês. Em Maçaranduba não se integra à agroindústria para o cultivo do dendezeiro, se deu, também, pelo medo de um futuro incerto, que poderia acarretar em prejuízos para a família, como a perda do domínio sobre a terra.

Utilizar o termo agricultor familiar, alcunha pela qual os camponeses são tratados dentro do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), contexto que estimulou a resistência, poderia ser compreendido como o termo ideal para tratar dos

indivíduos. Mas corroborando com Neves (2012), para quem o termo agricultor familiar nada mais é do que uma tentativa de enquadrar os indivíduos dentro de uma política maior. Um termo homogeneizador, que não consegue cobrir as peculiaridades que os indivíduos comportam, ou as especificidades que as sociedades camponesas possuem, principalmente nas relações que estabelecem e nas organizações que desenvolvem. Para Cefai (2009) os sujeitos não são passivos aos enquadramentos e para esse autor os enquadramentos geralmente são ligados às políticas públicas. Uma forma de dizer que é o público que a política servirá.

Considerarei que o termo agricultor familiar não conseguiria responder à diversidade que os sujeitos de Maçaranduba representam. Distante de um enquadramento político, os camponeses de Maçaranduba expressam e estabelecem relações que vão além das políticas que acessam ou que recusam.

3.2 REFLEXÃO SOBRE (IN)VISIBILIZAÇÃO CAMPONESA NOS ESCRITOS SOBRE RESISTÊNCIA

No caso da expansão do monocultivo do dendezeiro, subsidiado por políticas públicas, as formas cotidianas de resistências podem ser tomadas como expressão possível de resistência e recusa, já que não constatei a mobilização de movimentos sociais pautados sobre a resistência ao projeto de cultivo de dendezeiro realizado através da integração de agricultores à agroindústria. Segundo Menezes e Malagodi (2009) há a tendência nos estudos sobre campesinato de pensar as ações de resistência de forma externa, num sentido macro, retirando-as dos processos locais, organizados pelos indivíduos, o que acarreta em uma vitimização dos camponeses, transformando-os em sujeitos passivos, apáticos diante das transformações políticas, históricas, sociais e culturais que ocorrem nos contextos em que vivem.

Para Menezes e Malagodi (2009, p. 4):

Essa visão coloca-os como indivíduos subordinados em uma situação de dominação econômica, política e cultural. Deste modo, eles acabam sendo colocados em uma posição de fragilidade ou até mesmo determinados por uma impossibilidade de agir sobre suas próprias vidas.

Essa fragilidade nos estudos, que retira os indivíduos da ação e os coloca como sujeitos inertes, sem capacidade de agir e direcionar suas vidas¹⁴, é considerada pelos autores

¹⁴ O mesmo ocorre em Gramsci quando supõe que os camponeses são incapazes de produzir intelectuais orgânicos e mesmo de atrair intelectuais tradicionais para a sua causa. Ver GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura** 3ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1979. (Tradução de Nelson Pereira Coutinho).

como um problema metodológico. Cabe aos autores se questionar: como essa categoria social, considerada dominada e completamente subordinada às forças capitalistas, fadada ao desaparecimento, persiste até o século XXI? Lógico que a indagação feita por Menezes e Malagodi não é a indagação que orienta nossa pesquisa, porém é plausível pensar nas formas de resistência que permitem a esta categoria social permanecer no contexto de expansão dos cultivos de dendezeiro, mesmo que de forma parcialmente subordinada, já que o universo social não lhes possibilita serem totalmente autônomos.

Nesse sentido, Ploeg (2008, p. 3) argumenta que há a necessidade de incorporar nos estudos sobre campesinato a análise a partir dos atores, fato este que não é visto em muitas teorias, que acabam renegando ao camponês um papel secundário, submisso às formas dominantes de poder, sejam elas do Estado ou de empresas privadas. A análise da realidade a partir das práticas cotidianas dos camponeses, permite uma maior aproximação com o que é real.

Essa é também a perspectiva proposta por Thompson (1998, p. 182), cuja principal crítica se centra na sonegação da participação dos sujeitos nos estudos de classe, retirando-os do protagonismo histórico do qual fazem parte e dando-lhes um papel secundário, *como se fossem um mero resultado das determinações estruturais*. A proposta metodológica de Thompson (1998) é tomar homens e mulheres reais como centro da historicidade, para que assim os processos sociais sejam compreendidos, ou seja, uma análise a partir da realidade, dando-lhes o papel de “*sujeitos ativos*”, atuantes na construção de seus contextos sociais.

Enquanto Ploeg (2008) propõe o termo “*ator*”, Thompson (1998) fala em “*sujeitos ativos*”, mas a proposta metodológica de análise da realidade são complementares, já que tomam sujeitos reais, homens, mulheres, camponeses, ou qualquer outro sujeito, como atores em seus contextos, capazes de agir e transformar suas realidades.

Perceber os camponeses como atores sociais, retirando-os do segundo plano histórico, dando-lhes vozes e capacidade de ação nos estudos que tratam das realidades nas quais se inserem é também a proposta metodológica assegurada por James C. Scott (2002). Para o antropólogo e cientista social americano¹⁵, a afirmação dos camponeses enquanto atores sociais está diretamente relacionada às noções de autonomia e resistência.

¹⁵ Para mais informação sobre a vida e obra de Scott, ver o artigo de Monsma, K., “James C. Scott e resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica”. In: BIB, Nº 49, Rio de Janeiro, 1º semestre de 2000, pp. 95-121 e o

Para Scott (2002, p.2), o grande desafio para a análise da resistência de grupos camponeses é ir além das formas tradicionais de resistência, que são as rebeliões, revoltas públicas e revoluções. Não que essas formas de organizações e reivindicações sejam menosprezadas, mas quando elas são tomadas como única expressão de resistência dos grupos dominados, ocorre um descompasso com a realidade, uma vez que para muitos grupos as formas cotidianas, aquelas invisíveis aos olhos dos dominadores, são as únicas formas possíveis de reivindicação e de sobrevivência dentro das sociedades nas quais são o extrato mais fragilizado.

Baseado em Scott (2002) e Thompson (1998), observa-se como os camponeses figuram na história não como ameaçadores da ordem pública, ou como influenciadores do Estado, mas são relacionados a uma estatística populacional, a números, do que como um grupo capaz de promover mudanças na estrutura social. Isso porque numa análise macro, os camponeses pouco possuem visibilidade, já que sua posição nas sociedades não lhes garantia, à época desses analistas, a relevância para mudanças nas estruturas sociais. Para estes analistas as rebeliões e revoluções são raras entre os camponeses, cabendo aos mesmos como principal ferramenta de expressão de resistência as formas cotidianas. Não se pode dizer o mesmo após os movimentos camponeses terem entrado nas análises acadêmicas (MARTINS, 1986¹⁶) e na mídia (COSTA, 1999¹⁷), com uma força que exigiu das classes dominantes estratégias de detratção que os colocasse na invisibilidade ou, pelo menos inferiorizados na disputa por uma representação positiva. Para isso, podem ser citadas as manifestações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, no Brasil, e da Via Campesina na América Latina (NIEMEYER, 2007, p. 59-70), apenas para citar alguns casos.

Para Scott (2002, p. 11), as revoltas provocadas por camponeses são quase sempre esmagadas e destruídas pelo aparato do Estado ou de qualquer outro grupo dominante¹⁸. Para o autor, uma história que focaliza apenas as formas tradicionais de resistência, encontra-se distorcida da realidade.

de Menezes, M. A., “O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott”, Raízes.

¹⁶ MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político 3ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

¹⁷ COSTA, Luciana Miranda. **Discurso e conflito. Dez anos de disputa pela terra em Eldorado dos Carajás**. Belém, NAEA/UFPA, 1999. (2º. Prêmio NAEA de Dissertação de Mestrado).

¹⁸ Marcamos aqui a chacina de Eldorado dos Carajás, que foi orquestrada pelo Estado e resultou no assassinato de 19 Sem-Terras e em impunidade, servindo apenas do que Scott (2013, p. 19) chama de “celebração dos mártires”, que é a utilização desses eventos como fundo motivacional.

Embora possam ser importantes e sintomáticos, esses eventos nos dizem pouco sobre a arena mais durável dos conflitos de classes e da resistência: a luta mais vital/cotidiana levada na fábrica pela jornada de trabalho, pelo direito ao lazer, pelo salário, pela autonomia, por direitos e por respeito. Para trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível. (SCOTT, 2002, p. 11)

A luta mais vital, essa é a indicação do autor, permite aos sujeitos viverem de acordo com suas possibilidades de reprodução e permanência como famílias camponesas. James Scott (2002, p. 11), caracteriza a resistência cotidiana como uma “*luta prosaica e constante*”, entre os grupos espoliados e os espoliadores, que tentam retirar deles quaisquer benefícios.

As resistências cotidianas propostas por Scott (*Op Cit*) são aquelas práticas rotineiras que se produzem difusa e desarticuladamente. Elas são a ferramenta primordial para se conhecer como os camponeses fazem da resistência um instrumento de luta social. As formas como a resistência cotidiana são manifestadas não aparecem na mídia, nem ganham destaque publicamente, pois ocorrem nas entrelinhas do dia a dia, a saber:

...fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. (SCOTT, 2002, p.12).

O grande desafio metodológico é perceber essas manifestações prosaicas da resistência cotidiana, já que elas ocorrem no interior dos grupos e das famílias, e são camufladas por interpretações indistintas. Concluímos que o mais acertado seria um estudo etnográfico, mas devido ao tempo, preferimos dar vozes aos sujeitos de carne e osso, tomar deles o significado da resistência que por eles foi realizada para não se integrarem ao projeto de cultivo de dendezeiro sob orientação das empresas. Para Menezes (2002, p.38), dado o caráter fragmentado e difuso das formas de resistência cotidiana, a questão que se coloca é como identificá-las e que metodologia utilizar para estudá-las. Consideramos o mais plausível, a verificação dos discursos dos camponeses, ir até eles e perceber como eles desenvolvem a resistência através das palavras, capturar os discursos latentes.

De acordo com Scott (2013):

Todos os grupos subordinados criam, a partir de suas experiências de sofrimento, um discurso oculto, que representa uma crítica ao poder, expressa nas costas dos dominadores (2013, p.19).

Os discursos ocultos existem em todos os grupos, sejam entre os subordinados ou entre os dominadores. Para os dominadores, “*os discursos ocultos são onde eles expressam a veracidade do discurso, aquilo que os dominados não podem ficar sabendo*” (2013, p. 19). Compreende-se os discursos ocultos como aquilo que é feito longe dos olhos de quem se

deseja ludibriar. Conforme Scott (2013, p. 19), entende-se por discursos ocultos os falatórios, as histórias tradicionais, as canções, os gestos (como dar banana com os braços, pelas costas), as anedotas e o teatro ensaiado pelos oprimidos para camuflar seus descontentamentos, como formas de crítica ao poder.

Concebendo os discursos públicos como forma de expressão teatralizada, daquilo que os grupos desejam de fato exprimir, depreende-se que:

Qualquer análise feita exclusivamente com base no discurso público tenderá a concluir que os grupos subordinados aceitam os termos da sua subordinação, e que são parceiros voluntários, senão mesmo entusiásticos, dessa relação de forças (2013, p. 31)

Adentrar nos grupos e ganhar a confiança é o principal instrumento para conhecer essas manifestações, mas o silêncio das ações, a auto-proteção dos indivíduos é a arma dos camponeses para manterem seus discursos no anonimato, como um meio de se protegerem dos perigos que a exposição pessoal poderia lhes trazer, tais como intimidações e perseguições. Para os camponeses que se encontram em desvantagem estrutural e financeira diante de estruturas de poder como o Estado ou as empresas privadas, o anonimato das ações e do discurso é uma ferramenta de permanência.

Para chegar à noção de formas cotidianas de resistência camponesa, Scott realizou uma pesquisa antropológica em uma pequena comunidade, localizada na planície de Muda, no Estado de Kedah, na região Nordeste da Malásia. A planície de Muda era uma das principais produtoras de arroz do país. A região, dedicada economicamente ao cultivo de arroz, possuía uma população, no período da pesquisa, majoritariamente pobre, com renda abaixo da linha da miséria.

Os estudos de James Scott (2002, p. 15), se deram no período de transição da colheita manual para a introdução de máquinas colheitadeiras, no auge da revolução verde¹⁹. As famílias pobres da comunidade se ocupavam do plantio, colheita e limpeza dos arrozais, além de se beneficiarem com as sobras da colheita para a alimentação das famílias. Com a chegada das máquinas houve o desemprego de grande parte da mão de obra ocupada e conseqüente desestruturação da distribuição da renda no campo. Para as famílias coube apenas o serviço de

¹⁹ Segundo Shiva (2003), a Revolução Verde surgiu sob a perspectiva de aumentar o estoque de alimentos, permitiu uma produção intensa de produtos com o uso de máquinas, insumos e sementes selecionadas, trazendo consigo a instabilização dos ecossistemas com o uso em grande escala de agrotóxicos, insumos agrícolas, maquinários, a prática da monocultura com simplificação dos sistemas, degradação dos solos antes agricultáveis.

transplântio, mas isso não supriria a necessidade das famílias, já que era um trabalho ínfimo perto do que representava a colheita do arroz para os camponeses.

Scott (2002, p.16) diz que diante dos problemas causados a partir da utilização das máquinas no lugar de homens e mulheres de todas as idades, não houve manifestações explícitas de luta de classe, o que poderia ser entendido como submissão ou apatia. Para Scott o que ocorreu fora uma luta silenciosa, nas condições adversas que enfrentavam, pois uma luta aberta seria rapidamente desestruturada e geraria mais prejuízos para as famílias.

A análise da resistência que se seguiu não é costumeira nos debates sociológicos sobre resistência, porem o fato é mais comum do que se imagina. Se desenvolve na escuridão, “assim, se a resistência é aberta, raramente é coletiva. Se são coletivas, raramente são abertas” (SCOTT, 2002, p.16).

O anonimato das ações e dos discursos são as armaduras da resistência silenciosa, uma resistência protegida entre os indivíduos, comum entre grupos subordinados, mas difícil de ser percebida, já que se sugere que para alcançá-la o pesquisador faça parte do grupo, alcance a confiança dos que resistem. A linguagem dos dominados é oculta. Preservar a identidade dos que atuam é proteger-se de qualquer perigo que abale suas estruturas sociais, econômicas e culturais. Dentro da linguagem oculta, consideramos as fofocas como a linguagem coletiva oculta, que demonstra a insatisfação dos dominados.

Ao vislumbrar o cotidiano como resistência, Scott (*Op. Cit*) não reduz a importância das resistências articuladas publicamente, mas busca dar luz aos sujeitos. Scott (2013) diz que é precipitado pensar os sujeitos, imersos em qualquer situação de dominação ou em relações desiguais entre classes, como passivos, que concordam com o que estão vivendo por aparentarem comodismo. Não é objetivo dos que resistem diariamente o confronto direto, que pode ocorrer em alguns casos, mas o objetivo maior dos que resistem é:

... tipicamente satisfazer as necessidades prementes como segurança física, ou renda, e fazê-lo em relativa segurança (SCOTT, 2013, p. 225).

Por trás do repertório que motiva os indivíduos a praticarem atos ou discursos resistentes, está a racionalidade, que não pode ser unicamente explicada pela lógica capitalista, mas está circunscrita dentro de uma lógica mais ampla. Nesse sentido, Thompson (1998) criou uma noção denominada de “*economia moral*” para explicar uma economia que vai além da acumulação monetária. Para embasar o conceito, Thompson realizou o estudo

sobre uma sociedade específica, do século XVIII, que passava por um momento de escassez de alimentos.

O objeto de análise de Thompson (1998, p. 205) foi a cultura política, as expectativas, as tradições e até as superstições dos trabalhadores que com mais frequência se envolviam nas relações comerciais. Ou seja, relações impensadas quando assuntos econômicos se restringiam às ações monetárias e financeiras. Para Thompson, as relações que promovem o desejo de ações resistentes onde há dominação, não se alicerçam, exclusivamente, em benefícios econômicos que os indivíduos possam alcançar, e estão mais ligadas a valores imensuráveis, que não podem ser expressos em números.

Para tanto, Thompson (1998) utiliza o termo “*resistência rabugenta*”, praticada pelos indivíduos, como um esforço para mostrar que há uma cultura rebelde nas populações. Essa resistência parte da ideia de anonimato. Os indivíduos estudados por Thompson, se baseavam em costumes e leis do passado, mas para este debate julga-se delicado falar em costume, já que trata-se de uma pesquisa realizada em uma comunidade historicamente recente, se comparada com as comunidades estudadas por Thompson. Portanto, toma-se dos estudos de Thompson, a racionalidade que motiva os indivíduos e os fazem contestar quaisquer formas de dominação que firam seus direitos costumeiros, diante de novas regras ou a modernização e especialização produtiva, forçadamente.

Não é o homem econômico que promove a resistência, mas o homem inserido em um panorama social, regido por referências morais. Essa noção de economia moral é restrita e Thompson (1998) diz não ser aplicável a outros contextos, já que fora elaborado para um caso específico. James Scott (2011), a partir de estudos em comunidades asiáticas, atualiza o conceito e propõe uma economia moral com um sentido mais amplo, levando em consideração a ética de subsistência e um senso de justiça que permeia as relações de reciprocidade nas comunidades camponesas.

Segundo Schenato (2015) que faz uma análise do conceito de economia moral, de E.P. Thompson, e resistência cotidiana, de J. C. Scott, o conhecimento profundo da economia moral local permite que os camponeses criem habilmente estratégias de resistência que são testadas no cotidiano das relações de poder em que estão envolvidos. Seria, então, a economia moral a responsável por explicar a racionalidade que transforma os sujeitos simples em sujeitos ativos.

Seguindo um pensamento baseando-se na ideia de Scott, pode-se dizer que a economia moral é composta por um conjunto de práticas recorrentes, praticadas pelos sujeitos individualmente ou coletivamente, sem que haja para isso a organização formal do grupo e que são consideradas como resistência cotidiada.

Para Menezes e Malagodi (2009, p. 21), as práticas que se inserem no contexto das formas cotidianas de resistência, não são pensadas como reações ou oposição às formas de dominação. Talvez haja contestação, mas a finalidade das práticas são dar garantia daquilo que os grupos dominados compreendem como autonomia e dignidade, face às relações de dominação e exploração em que se encontram, podendo ser configuradas tanto no âmbito da adaptação e da acomodação às relações impostas, ou como formas explícitas de contestação. Garantir e manter a autonomia e a dignidade, essa é a intenção, segundo Menezes e Malagodi (2009), das práticas que se encontram no conjunto que dá forma à resistência cotidiana. Essa é também a proposição de Ploeg (2008, p. 287), em seu livro “Camponeses e Impérios Alimentares”, quando assevera que a resistência cotidiana é a luta pela manutenção da autonomia camponesa.

Nenhuma dessas atividades coloca uma ameaça fundamental à base da estrutura de desigualdades, quer seja material ou simbolicamente. O que elas representam, porém, é “*um constante processo de teste e renegociação das relações de produção*” (SCOTT, 2013, p.12).

Nesse mesmo sentido, Ploeg (2008, p.289) diz que:

“a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas de uma nova forma para confrontar o Império como principal modo de ordenamento”.

Respostas que podem ser dadas tanto abertamente, quanto através de ações anônimas, mas com o objetivo de garantir a autonomia e a permanência enquanto camponês²⁰.

Segundo Mendras, a autonomia é relativa. Não é possível aos camponeses, imersos em uma sociedade global regida por valores capitalistas, a coexistência de um mundo paralelo, sem relações externas. Essa autonomia é tida por Henri Mendras como traço principal das sociedades camponesas, apesar de ser limitada.

²⁰ Toda condição camponesa, aqui considerada, se alicerça sobre essa autonomia – capacidade de gerir a terra, a família, as atividades produtivas com o mínimo de interferências de domínio externo que puderem conseguir. Mendras (1976) assinala cinco traços característicos das sociedades camponesas, a saber: [...] uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos; um sistema econômico de autarcia relativa; uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

Tratando da capacidade de manter sua autonomia e sobrevivência, Eric Wolf (1976) assegura que essa capacidade está diretamente ligada ao controle que os camponeses exercem sobre a terra e a possibilidade de cultivá-la a seu modo, e que quanto maior a dependência de agentes externos, maior a dificuldade de sobrevivência. Pensamos que as resistências ao projeto de integração tiveram essa conformação, o medo do que lhes acarretaria a integração. Na mesma linha, Garcia Jr. (1983, p.60) diz que qualquer interferência na autonomia repercute na relação existente dentro da lógica da família.

Scott (1976, p.27 *apud* Menezes e Malagodi, 2009, p. 12-13), fala em uma lógica camponesa regida pelo risco mínimo. Para o autor americano o princípio camponês é o de manter-se sempre com o máximo de segurança possível, *safety-first* (segurança em primeiro lugar) ou *risk-avoidance* (evitar o risco, ou procurar risco mínimo) são os termos criados por Scott, para explicar as decisões tomadas pelos camponeses. As decisões não são tomadas pura e simplesmente por impulso, são pensadas de acordo com os riscos que implicariam se forem feitas.

Segundo Abramoway (1989), os camponeses preferem evitar o fracasso, que pode arruiná-los, a buscar o sucesso em uma atividade arriscada, Digamos que é melhor a garantia da renda, apesar de mínima, com a qual está habituado, do que objetivar altos ganhos, se isso põe em risco sua vida e a garantia de sustento para sua família. Abramoway (1989) analisa que os camponeses só abrem concessões ao risco, de ingressar em uma nova atividade se não trouxer riscos à permanência das atividades já desenvolvidas por eles.

A negação ao risco, e o princípio da segurança em primeiro lugar, ou seja, manter a autonomia com a qual estão acostumados, a qual faz parte de sua essência, não quer dizer que aos camponeses cabe se manterem estáticos, sem mudanças nos seus meios de produção, nos cultivos ou implementação de novos equipamentos que lhes ajudem na renda e na produção. Scott nos diz que:

O princípio de ‘segurança em primeiro lugar’ não implica que os camponeses sejam criaturas de costumes tradicionais que nunca tomem riscos que poderiam ser evitados. Quando a inovação do tipo de introduzir culturas da estação seca, novas sementes, técnicas de plantio, ou produção para o mercado, oferece ganhos claros e substanciais a um risco pequeno ou nenhum risco à segurança de subsistência, é possível que os camponeses a implementem. O que a ‘segurança em primeiro lugar’ realmente implica é que existe um perímetro defensivo em torno destas rotinas de subsistência a partir das quais os riscos são evitados como potencialmente catastróficos, mas fora dele é possível que um cálculo capitalista de lucro possa prevalecer (SCOTT, 1976, p. 24, *apud* MENEZES e MALAGODI, 2009, p. 14-15)

Corroborando o princípio da “segurança em primeiro lugar”, Fabrini (2006, p. 81) diz que os camponeses recusam participar de certos projetos ou políticas por entenderem que a partir da participação haverá mudanças na estrutura decisória, que direciona os projetos e a

tomada de decisão a partir da família, o que acarreta prejuízos diretos para a autonomia da família. Para Fabrini (*Op. Cit.*) o vínculo que os camponeses mantêm com a terra é um forte elemento de resistência.

Baseados em Scott (1976, *apud* Menezes e Malagodi, 2009, p. 16) dizemos que a manutenção da segurança na tomada de decisões, não está vinculada apenas a fatores objetivos. A principal motivação dos camponeses está circunscrita à racionalidade, na lógica que foge a valores puramente mensuráveis. Para Abramoway (1989), cabe aos pesquisadores considerar, em primeiro lugar, a percepção que os camponeses, a partir de suas visões, tem de suas situações. Nesse sentido, Menezes e Malagodi (2009) nos dizem que a ideia de Scott deve oferecer suporte metodológico, já que, na mesma posição de Thompson (1998), propõe uma pesquisa a partir da visão dos camponeses, nas suas experiências, como pensam e o que fazem para permanecerem, mesmo envolvidos em uma sociedade que, *a priori*, não é a sua ou onde não é a categoria dominante.

3.3 DA RESISTÊNCIA INVISÍVEL À RESISTÊNCIA ORGANIZADA

Seria simples se tivéssemos nos detido a expor apenas a resistência cotidiana, que parte dos indivíduos. Para o leitor poderia parecer que apenas esta é importante. Cabe a este tópico uma análise, ainda que de forma simplificada. Não é nosso objetivo uma análise exaustiva, das organizações coletivas, das ações públicas de resistência. O que tentaremos é aproximar o debate sobre a escolha de onde partimos (resistências invisíveis) para alcançar os resultados da pesquisa.

Segundo Cefai (2009, p. 119), é importante marcar como uma organização coletiva se constitui. Para o autor as organizações são marcadas por eventos, que atingem as pessoas de diferentes formas, e pode refletir em outras pessoas e, dessa forma, acaba afetando um coletivo:

Levando-os a formar uma experiência comum, a se indignarem em conjunto e a se mobilizarem em público (p. 119).

Para nossa análise, seguindo o que propõe Scott (2002; 2013), e tomando o argumento de Cefai (2009), as organizações coletivas possuem como principal distinção das ações cotidianas de resistência o fato de serem voltadas para o público, de se legitimarem ao serem vistas, percebidas como uma indignação coletiva. Não é relevante para uma organização coletiva se manter oculta, despercebida de quem ou daquilo a que está se indignando. O discurso coletivo, proferido e articulado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu

e na igreja católica local, são exemplos de ações coletivas que interferem na construção das opiniões e concepções individuais. Extrato retirado da entrevista com a representante demonstra o posicionamento do grupo enquanto organização coletiva:

... nós participamos, nós mergulhamos nisso. A gente enfrentou muita dificuldade porque nós fizemos 75 reuniões eles (as empresas) convidaram a gente, e eles iam na frente, eles falavam da maneira deles, pregavam da maneira deles que ia dar tudo certo, ia ser mil maravilhas e que todo mundo agora ia ficar podre de rico e não sei o quê, Tomé-Açu ia acabar a pobreza. Aí quando eles terminavam de falar eu entrava né, conscientizando os trabalhadores dizendo que tinha que pensar melhor, nunca fui contra eu simplesmente dizia pra eles que eles tinham que pensar melhor, porque naquele momento eles tavam vendo aquelas pessoas, daqui a 6 meses 1 ano ninguém via mais aquelas pessoas, já eram outras pessoas e a gente sabia muito bem do problema que poderia causar futuramente. Primeiro da questão do pensar a mão de obra barata, porque é uma maneira deles não pagarem direitos trabalhistas, não pagarem aluguel de terras, não comprarem a terra a gente sabia muito bem que era um jogo e depois a gente saber que a família todinha se envolvia naquilo e que ia diminuir tempo pra cuidar da agricultura familiar, então a gente colocava isso pra eles! (P. Liderança sindical, 55 anos)²¹.

Pensar de forma coletiva, expondo os argumentos públicamente ao grupo reflete nas escolhas individuais, de forma que o coletivo influencia na elaboração dos discursos cotidianos de resistência. O coletivo garante segurança, ao contrário das formas cotidianas de resistência, cujos atos resistentes são protegidos para garantir aos “dominados” a segurança da integridade física e psicológica.

Quando falamos em resistência organizada, não estamos induzindo à definição de resistências cotidianas como se fossem completamente desorganizadas mas consideramos que elas se organizam a partir dos atos individuais e são eles que dão formato à resistência. Nessa mesma lógica, Cefai (2009) diz que para compreendermos a lógica das organizações coletivas precisamos entender que há um fundo sensível, que “os indivíduos ao mesmo tempo que possuem uma racionalidade estratégica, também possuem uma racionalidade emocional, sensitiva”, que lhes permitem se indignarem com situações que nem sempre são suas, mas que lhes afetam e sendo impossível explicar racionalmente.

Apesar de constatar as duas diferenças acima citadas entre as organizações públicas de resistência e as formas invisíveis, há, ainda, nas organizações coletivas o que Bourdieu (1989) chama de “delegação de poder”. Nas formas coletivas de organização, nos movimentos sociais, publicamente e comumente conhecidos como responsáveis por organizações de resistência, é comum percebermos que há alguém que fala pelo grupo. Para Bourdieu (1989) a representação do grupo é complexa: “a representação não é para dentro, é para fora, é a representação que identifica o grupo”. Nesse mesmo sentido, Offerlé (1998), ao

²¹ Entrevista concedida na tarde do dia 12/01/2016.

falar sobre grupos de interesse também expõe sobre a noção de porta-vozes, responsáveis por falar pelo grupo, mas que só agem como tal porque possuem a legitimação dada pelo coletivo.

Para Bourdieu (1989) os grupos só são reconhecidos quando possuem uma representação, alguém que fale por todos, que empreste sua voz ao grupo. Segundo o autor, é comum o apossamento do poder, uma perpetuação da liderança ao longo de vários períodos consecutivos na representação do grupo, principalmente quando analisamos os grupos de organização e representação camponesa. A permanência da representação é baseada na legitimidade. Para o grupo que legitima, a representação só permanece porque não é vista como manipuladora, ou promotora de seus interesses particulares, se sobrepõe aos interesses de todos em favor dos seus, acaba saindo do plano daquilo que o autor chama de “poder simbólico”.

3.3.1 Dos grupos organizados no Brasil

No Brasil os primeiros movimentos legítimos de organização de trabalhadores rurais ocorreram sob a orientação do Partido Comunista do Brasil – PCB, denominados Ligas Camponesas. Segundo Morais (2012, p. 22), as Ligas surgiram, a partir de 1946 em um processo de reorganização das lutas rurais, baseadas em associações civis legitimadas pelo Código Civil. Com o golpe militar de 1964 elas foram desarticuladas, seus líderes perseguidos e mortos e as organizações desfeitas (TARGINO, 2002, p. 152). Depois de desfeitas houve “tentativas de organização dos trabalhadores rurais, via instalação de alguns focos de guerrilha rural” (TARGINO, 2002, p. 154), mas todas destruídas pelo aparato governamental de repressão.

Em sentido histórico, ao falarmos das organizações que subsidiaram as lutas por direitos dos camponeses após a repressão e destruição dos movimentos do campo, é imprescindível citar a Comissão Pastoral da Terra - CPT, uma organização religiosa responsável por dar luz a muitos movimentos atuais. A CPT surge baseada na indignação frente aos atos arbitrários cometidos por grandes proprietários rurais e o Estado, aos camponeses, sob a intenção da formulação da reforma agrária. Para Targino (2002, p. 154):

Face ao contexto político da época, essas experiências localizadas passam a sofrer uma forte repressão, seja por parte do Estado, seja por parte dos grupos privados, particularmente, nas regiões amazônica e nordestina. Surge, então, a necessidade de dar organicidade aos trabalhos que estavam sendo realizados isoladamente, inclusive como mecanismo de enfrentar a repressão estatal e privada.

De um contexto de experiências vivenciadas em diferentes regiões brasileiras, tendo como motivadores lideranças religiosas, é que surgiu a CPT em 1975. Segundo Martins (1997, p. 70)

A CPT nasce num dos momentos mais cruéis da história dos trabalhadores rurais deste País. Ela nasce no momento em que a expansão territorial do grande capital em direção à Amazônia se faz a custa do genocídio das populações indígenas e à custa do massacre das populações camponesas; se faz através de expulsões e despejos violentos efetuados por particulares, através dos assassinatos indiscriminados e não punidos, através de todo o tipo de patifaria que se possa imaginar, contra a dignidade humana.

A CPT fez para muitos grupos o que Bourdieu (1989) chamou de “empréstimo de capital”, em que o extrato dominado de um campo pode emprestar capital de outro grupo de dominados. Seria mais simples dizer que o fundo que motivou a criação da CPT, mobilizado pela Teologia da libertação²², possibilitou a formação de muitos “porta-vozes”, atuando no empréstimo de capital para o movimento sindical e para o Movimento dos Sem Terra – MST, o que foi fundamental para a consolidação desses grupos.

Tomando essa atuação na formação de lideranças, Targino (2002, p. 155) nos diz que a CPT transformou-se em uma grande organização de mobilização camponesa diante da força do capital na agricultura. Nesse contexto de organização dos trabalhadores rurais na afirmação de seus direitos e tendo como bandeira de luta a reforma agrária, que traria estabilidade aos camponeses atingidos pelo poder do capital, privado e Estatal, surgiu o MST. Segundo Stédile (1997, p. 104) o MST surgiu, formalmente em janeiro de 1984, amparado em três forças de mobilização social:

...o trabalho pastoral realizado pela CPT; a segunda, o movimento de oposição sindical; a terceira, a ação de lutadores sociais que viam na luta pela reforma agrária uma forma de luta contra o regime militar.

Com o objetivo de conseguir a reforma agrária, o MST ganhou destaque através das ações promovidas para alcançar os objetivos do movimento. É comum vermos noticiados, principalmente na mídia televisiva, eventos referentes a passeatas, manifestações e organizações públicas de contestação e reivindicação de direitos. Segundo Scott (2013), esse é o repertório das formas públicas de resistência, é o discurso público, diferente do discurso oculto. As ações são pensadas para o público, devem ser vistas, quanto maior a visibilidade dos atos, mais validade adquirem.

Para Champagne (1996) a mídia possui um papel fundamental na constituição da força política dos grupos organizados, uma arma simbólica, um grande espaço de disputa política.

²² Movimento religioso criado na América Latina cujo fundamento era a construção do reino de Deus a partir da vida material. Tem como líder no Brasil o Frei Leonardo Boff, autor de *Igreja, Carisma e poder*, seu mais famoso livro.

A mídia dá visibilidade aos eventos, não é desejo dos grupos e movimentos que organizam um evento mantê-lo invisível, contudo a mídia só é benéfica para os grupos se demonstram o que o movimento quer repassar com as manifestações que organiza, o que no caso do MST acaba sendo, por vezes, alterado pela mídia.

A exposição sobre as ligas camponesas, a CPT e o MST, servem apenas de indicação das diferenças que existem entre grupos formalmente organizados na reivindicação de direitos e indivíduos que possuem em seu cotidiano, em suas lutas prosaicas uma arma de resistência.

Considerando todas as ideias levantadas e tendo como base a resistência cotidiana, na dissertação vamos analisar a pertinência dos mecanismos de resistência utilizados pelos camponeses de Maçaranduba para não se integrarem à agroindústria, para o cultivo da palma, e a validade das elaborações de Thompson e Scott nesse contexto.

4. DO CONTEXTO: CONTRA O QUE SE FAZ A RESISTÊNCIA?

Ao nos debruçarmos sobre o estudo da resistência cotidiana julgamos necessário marcar ao quê os camponeses resistem. Consideramos que toda resistência vivida pelos camponeses em Maçaranduba somente aconteceu em virtude da elaboração de políticas públicas que justificam a expansão dos cultivos de dendezeiro. Por isso, este capítulo foi elaborado em virtude da necessidade de explicar quais as políticas que fomentaram o avanço das áreas agroindustriais sobre o território do Nordeste Paraense, sejam áreas próprias das empresas ou cultivadas em áreas da agricultura familiar.

4.1 PALMA DE ÓLEO E DENDÊ: OPÇÃO CARREGADA DE SENTIDO

O termo palma de óleo vem sendo amplamente utilizado no mercado para onde o óleo, produzido a partir do beneficiamento do fruto da palmeira popularmente conhecido como dendezeiro, é destinado. Considerei fundamental levantar essa discussão devido às conformações que o termo sugere.

Palma de óleo é como o dendezeiro é conhecido no mercado de *commodities*, e tem sentido puramente comercial. Segundo Alves (2011, p. 11), os maiores compradores de óleo de palma do mundo são certificados pela instituição Roundtable Sustainable Palm Oil (RSPO), responsável por certificar que os produtores sigam critérios ambientais, sociais e econômicos durante a produção do óleo. O óleo de palma está presente na fabricação dos mais diversos produtos, desde a composição dos sorvetes aos lubrificantes de automóveis. É o óleo

de origem vegetal mais utilizado no mundo (ALVES, 2011, p. 23). Popularmente o termo palma de óleo, referindo-se à palmeira, é desconhecido entre os camponeses.

Enquanto a utilização da expressão palma de óleo se limita ao uso econômico que se sugere, o termo dendê traz consigo valores culturais e de resistência. A origem da palmeira é em si emblemática. Natural do continente africano, mudas do dendezeiro foram trazidas para o Brasil no século XVI (ALVES, 2011, p. 22), pela parcela da população africana que foi traficada para se transformar em escravos.

As mudas de dendezeiro, assim como os escravizados, vieram nos porões dos navios. O óleo de dendê fazia, e faz, parte da tradição religiosa e culinária. No Brasil, as mudas foram plantadas em solo baiano e ganharam contornos naturais. Não obstante, o óleo de dendê virou tradição, utilizado na fabricação do acarajé, prato símbolo da Bahia. Mas para além, o dendê também tem contornos religioso, fazendo parte de religiões de origem africana, tais como o candomblé e a umbanda. Segundo as religiões de origem africana:

A palmeira de dendê é uma árvore Sagrada, seu óleo é muito utilizado nas Comidas de Orixás e o coquinho é usado em um dos Oráculos de Ifá. Na Umbanda representa a sabedoria ancestral trazida pelos negros da África. Representa força, energia, vida, sabor e feitiço. O azeite de dendê tem a característica de “erva quente”, ou seja, tem energia agressiva, ativa e quando aquecido torna-se mais agitado, portanto precisa ser usado com critério. O óleo de dendê é utilizado nas oferendas, principalmente para a Esquerda, com a função de desagregar qualquer tipo de carga ou energia negativa. Com os coquinhos de dendê pode-se fazer guias que, após serem imantadas e consagradas pelos baianos, boiadeiros e até pelos caboclos, se tornarão fantásticos instrumentos de trabalho e de proteção, pois são símbolos da sabedoria trazida dos negros africanos. (MINHA UMBANDA, 2016)

Para este texto assumi que, apesar do cultivo de dendê fomentado pelas políticas governamentais ter caráter puramente comercial, é fundamental conservar a simbologia por detrás do termo dendê e dendezeiro. Destarte mantereí o termo dendê, também por ser este o termo conhecido pelos camponeses de Maçaranduba.

4.2 GERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS?

Os debates em torno dos combustíveis fósseis, utilizados em todo o planeta, giram em torno do esgotamento das fontes que não são renováveis e dos danos ambientais que o uso descontrolado vem causando, tais como o lançamento de gases que aceleram o aquecimento do planeta²³. Nem sempre o meio ambiente foi tido como necessário à sobrevivência dos seres vivos e do planeta, foi a partir do levantamento de questões ambientais por grupos

²³ O lançamento excessivo de gases de efeito estufa (GEEs) - sobretudo o dióxido de carbono (CO₂) - na atmosfera formam uma espécie de cobertor cada dia mais espesso que torna o planeta cada vez mais quente e não permite a saída de radiação solar. Esse fenômeno é mundialmente conhecido como aquecimento global ou mudanças climáticas (PEREIRA, 2014, p. 19)

ambientalistas preocupados com os rumos que o consumo desenfreado dos recursos naturais estava seguindo, que surgiram discussões em torno do equilíbrio ambiental.

Segundo Pereira (2014) houve muitos debates e fóruns sobre o tema das implicações que o uso insaciável dos recursos naturais, principalmente os não-renováveis, causam ao planeta, mas foi a partir de 1972 com a realização da Conferência de Estocolmo que noções ligadas ao meio ambiente passaram a integrar a agenda de vários países. De acordo com Pereira, não houve a realização de um tratado entre países que limitasse certas atividades, mas foi extremamente importante por ter conseguido alcançar mudanças sobre o que se entendia sobre meio ambiente, que passou a ser visto como necessário à humanidade.

Outro marco nos debates ambientais foi a realização de uma conferência, em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, nomeada de Eco-92. Foi a partir dela que o conceito de desenvolvimento sustentável²⁴ foi incorporado como um princípio. A Eco-92 foi um divisor na formação de agendas de ações visando o bem-estar humano e o desenvolvimento sustentável, com responsabilidades para os Estados, ressaltando direitos e deveres que cabiam aos países. Esses marcos sobre questões ambientais foram levantados para indicar alguns dos eventos que deram luz às discussões em torno da necessidade de obtenção de combustíveis provindos de fontes renováveis como alternativas aos combustíveis fósseis.

No Brasil a primeira ação governamental visando a obtenção de combustíveis renováveis nada tinha a ver com questões ambientais. “A questão ambiental, ..., não aparecia ainda como central para a agenda nacional” (DELGADO, 2010, p. 23). A criação do PróÁlcool, ou Programa Nacional do Álcool sob Decreto nº 76.593, de 14 de Novembro de 1975, correspondeu a uma alternativa ao uso do petróleo como combustível, reduzindo a dependência externa, uma vez que o Brasil não possuía fontes capazes de suprir a necessidade interna de combustíveis. O PróÁlcool tinha como objetivo:

A produção do álcool oriundo da cana-de-açúcar, da mandioca ou de qualquer outro insumo ... através da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produção agrícola, da modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas, e de unidades armazenadoras (BRASIL, 1975).

As ações do PróÁlcool foram subsidiadas por investimentos governamentais: aos interessados em instalar usinas para a produção de álcool combustível (etanol) eram destinados recursos bancários e fácil acesso a esses investimentos. A partir de uma análise sobre o papel do meio rural no desenvolvimento do Brasil, Delgado (2010), assevera que a

²⁴ O conceito de desenvolvimento sustentável parte do princípio do consumo consciente, permitindo que a população atual tenham suas necessidades atendidas, mas que as gerações futuras tenham o direito, a garantia de que suas necessidades, de vida, sejam mantidas (SHIVA, 2003)

política econômica brasileira aplicada desde meados da década de 50 até o final da década de 70, foi alicerçada sobre a égide da modernização conservadora da agricultura. O que se viu foi a mão do Estado em todas as decisões e o conservadorismo nas ações “*no sentido que não representou qualquer rompimento com as elites agrárias*” (DELGADO, 2010, p. 20).

Não havia no decreto que regulamentou o PróÁlcool nenhuma referência às questões ambientais. O etanol seria apenas uma alternativa ao uso da gasolina e do diesel como combustíveis automobilísticos, e que permitiria menor dependência externa do país em relação aos exportadores de petróleo. Delgado (2010) nos faz refletir a direção das políticas formuladas naquele período, que aumentavam ainda mais as disparidades econômicas entre as elites agrárias e camponeses. O PróÁlcool foi a primeira política brasileira para a geração de combustíveis automobilísticos, sem viés ambiental, baseado na expansão da *plantation* de cana-de-açúcar e no fortalecimento do setor usineiro.

Durante a gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), já no ano de 2003, ocorreram os primeiros debates sobre a necessidade da criação de uma política que promovesse a produção de combustíveis produzidos a partir de matéria prima vegetal e animal, o Biodiesel²⁵. Por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), o Governo Federal organizou a cadeia produtiva, definiu as linhas de financiamento, estruturou a base tecnológica e editou o marco regulatório do novo combustível (MME, 2015).

O PNPB, ao contrário do PróÁlcool, foi alicerçado sob a premissa do desenvolvimento sustentável (Figura 8), com viés social, uma vez que promoveria a distribuição da renda no campo, com a inclusão da agricultura familiar, além de permitir a igualdade regional, já que todas as regiões do país teriam condições de cultivar a matéria prima para o biodiesel.

²⁵ O biodiesel é um combustível biodegradável derivado de fontes renováveis como óleos vegetais e gorduras animais. Estimulados por um catalisador, eles reagem quimicamente com álcool (MME, 2005).

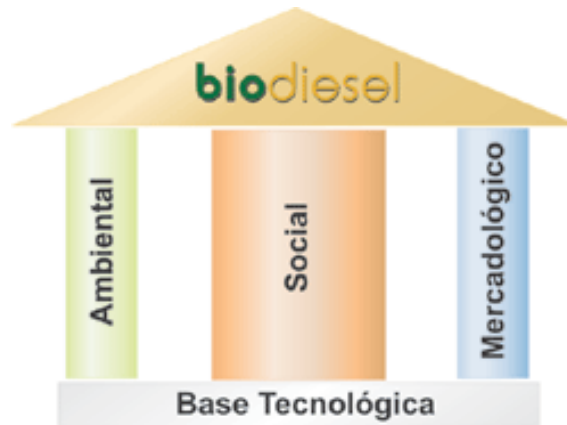


Figura 8 Alicerce que fundamenta a elaboração do PNPB

Fonte: MME, 2014.

A figura 8 ilustra bem o peso que o direcionamento social possuiu na divulgação do programa, retratado como o pilar central. Segundo Abramoway e Magalhães (2007, p. 4), foi a primeira vez que o Estado organizou uma política em que houvesse, já na estrutura do programa, a criação de condições para a inclusão da camada economicamente menos desfavorecida do campo, uma vez que parte da matéria prima para as indústrias responsáveis pela fabricação deveriam ser oriundas da produção familiar.

Para que os agricultores familiares fossem incluídos na cadeia do cultivo da matéria prima para o biodiesel, o Governo criou em 05 de Julho de 2005, através da instrução normativa nº 01, um incentivo às agroindústrias: O Selo Combustível Social (SCS), uma certificação dada pelo governo federal às agroindústrias, com a exigência de que parte da matéria prima usada na fabricação do biodiesel provenha da agricultura familiar. O SCS inclui uma série de garantias, quais sejam:

... permite acesso a melhores condições de financiamento junto ao BNDES e outras instituições financeiras, além de dar direito de concorrência em leilões de compra de biodiesel. As indústrias produtoras também terão direito a desoneração de alguns tributos, mas deverão garantir a compra da matéria-prima, a preços pré-estabelecidos, oferecendo segurança aos agricultores familiares (MME, 2014).

Para os agricultores familiares houve a criação de vantagens, menos pretenciosas que as destinadas às agroindústrias. Segundo o MME (2014) a principal diz respeito a uma modificação na resolução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, que limitava aos agricultores o acesso a apenas uma linha de crédito. Com o PNPB, os interessados em cultivar oleaginosas têm à disposição uma linha de crédito adicional. Para Diniz e Favareto (2012, p. 140), apesar do desenho institucional do PNPB ser significativo, há dúvidas se o arranjo produtivo garante estabilidade ambiental e se existem benefícios

concretos para a fração mais pobre incluída na cadeia. Ao ter uma política organizada que tenta conciliar cultivos agrícolas praticados pelos camponeses e a introdução de um cultivo destinado à uma agroindústria, surgem os questionamentos levantados pelos autores sobre as vantagens reais do programa, ou se persistiria o caráter desigual, onde haveriam vantagens explícitas à fração econômica mais abastada.

Segundo Bruno e Sevá (2010, p. 73), a incorporação de temas ligados à preservação ambiental e inclusão social não é uma preocupação dos agentes do capital: são tomadas como imposição aos seus negócios e só são aceitas por que lhes garantem vantagens. Bruno diz que “essas questões não fazem parte das preocupações dos grupos patronais rurais e do agronegócio, mas são pressões decorrentes da dinâmica da globalização e da sociedade” (BRUNO; SEVÁ, 2010, p. 73). Não há bondade nas ações, o que existe é uma flexibilização das formas utilizadas pelos “agentes do capital” para alcançarem benefícios que lhes permitam a manutenção de suas estruturas de poder, o que para Bruno e Sevá (2010, p. 72) é realizado com o único objetivo da “defesa intransigente do monopólio da terra”.

Na estrutura normativa, o PNPB indica que haveria a ampliação do parque industrial em todo país “possibilitando o surgimento e a evolução de novas empresas no setor e de diversas soluções inovadoras com padrão de qualidade elevado e tecnologia de ponta”(MME, 2014). Consideramos esta perspectiva uma rememoração do que indicou Delgado (2010, p. 23), quando falou das políticas desenvolvidas para o campo desde a década de 50 do século XX, em que “para os atores governamentais e empresariais, rural era sinônimo de agrícola e desenvolvimento agrícola era identificado como modernização da agricultura” (DELGADO, Op. Cit), e as “soluções” não estavam nas atividades que os sujeitos locais desenvolvem, mas no que vem de “fora”.

Com todo apoio governamental à ampliação do parque industrial cabe indicar que as agroindústrias fomentadas pelo PNPB são especializadas. As principais espécies oleaginosas utilizadas no Brasil são a mamona (*Ricinus comunis*, L) canola (*Brassica napus* L.), girassol (*Helianthus annuus*, L.), amendoim (*Arachis hipogea*, L.), soja (*Glicine max*, (L.)), algodão (*Gossipi hisurtum*, L.) e o dendezeiro (*Elaeis guineensis*, Jacq.) (MME, 2014). Reservaremos o próximo tópico para falar sobre a “palma”, popularmente conhecida como dendê.

4.3 O DENDEZEIRO NA AMAZÔNIA: CULTIVOS PARA PRODUZIR BIODIESEL?

As primeiras mudas de dendezeiro (*Elaeis guineensis*, Jacq.), chegaram ao Brasil no século XVI vinda da África de onde a espécie é natural (ALVES, 2011), trazidas pelo contingente populacional escravizado e sequestrados em navios negreiros. Trata-se, portanto,

de uma espécie exótica, que foi introduzida a partir da necessidade alimentar e cultural da população que a trouxe, mas que aqui, e mundialmente²⁶, ganhou contornos e direcionamento econômico para o mercado, transformando-se numa *commoditie*.

A Bahia foi o primeiro estado brasileiro a abrigar cultivos dessa espécie. Lá o dendezeiro se adaptou e ocorreu o aparecimento de cultivos subespontâneos²⁷, originando a “costa do dendê” (SILVA et al, 2016, p. 2). Essa vegetação passou a ser explorada livremente pelas populações que ali viviam, ganha contornos culturais e faz parte da alimentação da população, e na década de 60 do século XX iniciaram os primeiros cultivos em escala industrial (ALVES, 2011, p. 22).

No Pará, as primeiras mudas, trazidas da Bahia, foram plantadas em 1942 em um campo experimental do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Segundo Alves (2011), na década de 60 ocorreram os primeiros experimentos para o cultivo em escala agroindustrial, promovidos pelo Instituto Agrônomo do Norte (IAN) que posteriormente, em 1972 tornou-se a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental (EMBRAPA), em parceira com o *Institut de Recherche pour les Huiles et Oléagineux* (IRHO) da França. Nesse período, Homma (2001), afirma que o dendezeiro ganhou o *status* de “cultivo para o desenvolvimento econômico da Região”. A implantação do primeiro cultivo agroindustrial²⁸ ocorreu na década de 70, com a Dendê do Pará/SA (DENPASA), empresa de caráter público, que posteriormente foi adquirida pelo Grupo Agropalma em 1990, sob forte aporte financeiro do estado, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (CRUZ, 2006).

As datas da implantação dos cultivos em escala industrial (décadas de 60 – 70, do século XX), tanto no Pará quanto na Bahia, remetem ao contexto político vivido naquele momento. O Governo, presidido pelos militares através de um golpe de Estado, tinha como direcionamento político para o campo a criação de políticas desenvolvimentistas. “O objetivo

²⁶ Indonésia e Malásia são os maiores produtores de óleo de dendê. Juntos somam cerca de 90% de toda a produção mundial, o Brasil representa cerca de 0,5% da produção total, contudo Indonésia e Malásia já esgotaram a quantidade de áreas agricultáveis aptas ao dendezeiro, mas no Brasil ainda pode suportar a expansão dos cultivos (ALVES, 2011, p. 11).

²⁷ Designativo do vegetal que, não sendo de uma região, para aí foi levado e se aclimou (DICIONÁRIO AURÉLIO ONLINE, 2016).

²⁸ A agroindústria é caracterizada como uma “atividade constituída da junção dos processos produtivos agrícolas e industriais no âmbito do mesmo capital social” (SANDRONI, 1999, p. 18). Para Wilkinson (1996, p. 82) a agroindústria é regida pela dinâmica entre a natureza do processo produtivo e o progresso técnico. Nesse mesmo sentido Teubal (2008), ao falar de agronegócio, deixa claro que é um “sistema econômico” muito parecido com a agroindústria, já que ambos são alicerçados na exploração de determinada *commoditie* cujo destino é o mercado externo (prioritariamente).

era transformar a agricultura brasileira em uma grande empresa capitalista” (DELGADO, 2010, p. 22). A modernização da agricultura passava pela ideia de especialização dos cultivos e, no Pará, o dendezeiro foi considerado apto aos objetivos propostos para a agricultura.

No sentido de Wilkinson (1996) no século XX a década de 70, foi o período em que o Governo aportou grande soma financeira para propiciar a instalação de agroindústria, inclusive as de capital internacional, em território brasileiro. A intenção era retirar o país do atraso econômico e atingir grandes mercados. “A década de 70 assistiu, portanto, a uma rápida consolidação de um complexo agroindustrial constituindo uma fração nova e decisiva do capital” (WILKINSON, *Op. Cit.*). Ressalta-se que o objetivo governamental de modernização do campo não era um movimento isolado, mas tratava-se de um movimento mundial, instigado pela Revolução Verde. O protagonismo das ações e os subsídios eram destinados a quem teria condições de responder aos objetivos da política modernizante. Sobre isso Delgado (2010, p. 23) diz que as populações de baixa renda foram excluídas do processo de modernização dirigido ao campo restando-lhes como única forma de acesso às políticas públicas, os projetos de desenvolvimento rural integrado, difundidos pelo Banco Mundial por toda América Latina.

Para a Região amazônica os projetos foram desenvolvidos desconsiderando a população que aqui vivia. No senso comum a região era um espaço vazio que precisava ser ocupado pelo capital. Cabia à Região a execução de grandes programas agropecuários, exploração mineral, através da estimulação da entrada de empresas de capital nacional e multinacionais na região. A ideia central era a ocupação das “regiões de fronteira” (DELGADO, 2010, p.23). Mas a entrada das empresas gerou pressão sobre o território e ocasionou conflitos fundiários pela posse e uso das terras. Na microrregião de Tomé-Açu os conflitos ocasionaram a expulsão de camponeses e tiveram desfechos trágicos e emblemáticos, com o assassinato de Benezinho, em Tomé-Açu, e Virgílio em Moju, lideranças sindicais que discutiam a forma como empresas capitalistas se instalaram na região (SACRAMENTO, 2007, p. 145). As mortes das duas lideranças servem para ilustrar o teor dos conflitos em áreas de implantação de dendezais e a forma como o Governo impunha as políticas.

Com o fim do governo militar em 1985, o país se redemocratizou, mas o formato das políticas planejadas para o campo e o significativo destaque do patronato²⁹ nas ações para o

²⁹ Nesse contexto, faço uma leitura sobre patronato a partir de Bruno e Sevá (2010), que observam os grupos patronais rurais, agroindústrias e agronegócio como representações similares cujo pilar se alicerça sobre a “defesa do monopólio e da concentração de terras” (BRUNO e SEVÁ, 2010, p. 86).

desenvolvimento rural prosseguem. Sobre a reorganização política que o país viveu, Delgado (2010, p. 26) deixa claro que o rumo das políticas elaboradas não se desviaram do previsto, mesmo com a chegada de um ex operário à presidência da república em 2003. A criação do PNPB, do SCS e posteriormente do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP) em 2010 (MDA, 2014), são exemplos disso.

Segundo Homma e Vieira (2012, p. 81):

O lançamento do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) no município paraense de Tomé-Açu, no dia 06/05/2010, trouxe mais um desafio importante à produção agroenergética brasileira. Com a previsão do plantio de 350.000 ha de dendezeiros, surgiu a perspectiva de um novo ciclo econômico na Amazônia (p.81).

Apesar de serem projetos pautados sobre a ideia de sustentabilidade, cultivar “palma” na Amazônia, levanta questionamentos sobre a real sustentabilidade, justificados sobre as necessidades que um monocultivo requer, cujas conformações remontam ao que era utilizado na revolução verde, que acaba gerando impactos diretos sobre rios, animais, floresta, solo e conseqüentemente às sociedades camponesas que se encontram próximas a esses cultivos. Nos cultivos de dendezeiro é utilizado relevante quantidade de agrotóxicos, especialmente nos estádios iniciais da planta, mas durante toda a vida econômica da planta (cerca de 25 anos) seguem sendo utilizados. O que foi constatado por Chaves (2016, p. 50), em uma comunidade rural cujos camponeses são integrados ao projeto de cultivo de dendezeiro, a utilização de agrotóxicos passou a fazer parte do cotidiano das famílias a partir da adesão ao monocultivo.

Para Clemente e Silva Jr. (2012, p. 510) o viés social dos programas também é questionável, já que o modelo contratual entre um agente do capital (agroindústria) e camponeses, gera uma “relação assimétrica”, em que a agroindústria acaba tendo informações privilegiadas e ao lado mais fraco cabe cumprir as regras acordadas, o que reduz a autonomia das famílias que são integradas. Em uma região ocupada por famílias camponesas, o reflexo da expansão dos cultivos de dendê são sentidos mesmo para aqueles que resistiram à integração.

Em Tomé-Açu, palco do lançamento do PSOP, ocorreu a instalação de duas agroindústrias, a Belém Bioenergia Brasil – BBB, um empreendimento pertencente à Petrobrás Biocombustível, “uma *holding* criada em parceria com a Galp Energia, com previsão de plantio de 50 mil hectares, em quatro pólos, incluindo Tomé-Açu” (SILVA, 2015, p. 94). Os 50 mil hectares estão divididos entre os cultivos mediante contrato com a agricultura familiar e com médios e grandes produtores, e por meio de arrendamento de áreas entre 300 hectares e 1.000 hectares.

A BBB não comprou terras e usou como estratégia contratos de integração ou de arrendamento. A outra empresa é a Biopalma, empresa subsidiária do grupo Vale, que segundo Silva (Op. Cit.), foi instalada com a perspectiva de ocupar 80 mil hectares, sendo 60 mil hectares oriundos de áreas adquiridas pela empresa e 20 mil hectares através de contratos com a agricultura familiar, fora as áreas de reserva legal. A Biopalma detém o controle de 238 propriedades, registradas legalmente em nome da empresa e totalizando 240.690,22 hectares (SILVA, 2015, p. 94), o que demonstra o poder da empresa sobre o território.

Segundo o técnico X³⁰ (informação oral) “a Biopalma se preocupa com o lado social da população mais pobre que vive no campo, não é apenas o lado da produção”. Segundo o mesmo técnico os agricultores integrados são “parceiros da empresa”. Mas o que percebemos é que as empresas utilizam as “parcerias” como mecanismo de expansão dos cultivos, sem ônus com a compra de novas áreas, no sentido do que Almeida e Marin (2010) chamam de “agroestratégias”, que são os instrumentos utilizados pelo agronegócio para a apropriação de novas áreas para seus empreendimentos.

Em uma análise macro, consideramos que as “parcerias” são realizadas para a manutenção de um dos “*habitus* constitutivos do patronato rural no Brasil, que se constitui no desejo da centralidade da propriedade da terra recorrentemente atualizada e ressignificada” (BRUNO; SEVÁ, 2010, p. 72) através de contratos.

4.4 A ENTRADA DO DENDEZEIRO EM TOMÉ-AÇU E O APELO À INTEGRAÇÃO

Para as empresas se instalarem em Tomé-Açu houve primeiro uma sondagem, segundo Michinori Konagano³¹ (informação oral), secretário de agricultura do município durante dez anos. A Secretária de Agricultura do município foi procurada por empresários interessados em formar parceria com a prefeitura para a compra de terras para o cultivo de grãos. No mesmo período houve o lançamento do PSOP no município e a indicação do Governo foi de total apoio à expansão do cultivo de dendezeiro. Para Konagano, cultivar grãos seria mais danoso ao meio ambiente, já que se trata de um cultivo anual, requerendo preparo do solo com máquinas e fertilizantes anualmente, enquanto que o dendê, um cultivo perene, requer apenas um preparo do solo para a implantação.

A especulação por terras na Amazônia, ora para a implantação de pastagens, ora para o cultivo de grãos, ora para a expansão do dendezeiro (entre outros projetos com caráter

³⁰ Agrônomo, 28 anos, integrante da equipe de desenvolvimento social da empresa Biopalma. Informação cedida na manhã do dia 07/01/2015, na comunidade Anoerá, Tomé-Açu.

³¹ Atual presidente da CAMTA, ex secretário de agricultura e produtor rural, 57 anos, imigrante japonês, chegou ao Pará com 2 anos de idade. Informação concedida na noite do dia 27/11/2015, em Quatro Bocas.

desenvolvimentista) se deram através do alinhamento de políticas públicas elaboradas para o desenvolvimento regional. No caso do dendezeiro o Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro (ZAED), elaborado pela Embrapa e lançado em 2010, funcionou como uma demarcação de áreas que poderiam ser ocupadas com cultivos de “palma”. No ZAED foram levantadas as áreas degradadas com pastagens, exploradas com cultivos anuais, capoeiras, entre outros, e que o dendezeiro funcionaria como um “reflorestamento”, cobrindo o solo e gerando renda. Segundo Silva (2015, p. 95), os principais argumentos sociotécnicos utilizados pelo Governo para incentivar a expansão do monocultivo do dendezeiro, se sustentam sobre o ZAED, a recuperação de áreas degradadas e a integração da agricultura familiar à cadeia agroindustrial.

A integração de camponeses a empreendimentos capitalistas não é recente no Brasil, nem tampouco se restringe à cadeia do dendê. Ela está inscrita em um conjunto de medidas que fortalecem as atividades agroindustriais e o processo de integração entre agricultores familiares e a agroindústria. Para Farina (1997 *apud* Mengel e Aquino, 2011, p. 2) a integração entre indústria e agricultores consiste em uma alternativa utilizada por várias empresas agroindustriais, com o objetivo de garantir uma parcela da matéria-prima necessária para manter o processo produtivo em funcionamento.

Payés (1993) *apud* Mengel e Aquino (2001, p. 2) assevera que:

A ideia de integração compreende um vasto leque de situações. Todavia, de modo geral, este termo refere-se à exclusividade da garantia de compra da produção de determinados agricultores por parte de uma indústria. Às vezes, este compromisso de compra e venda é estabelecido por meio de contratos, em outras não.

Com as vantagens que a integração de agricultores familiares oferece aos empreendimentos agroindustriais, as agroindústrias organizaram um plano de “captação” de agricultores, que somassem 20 mil hectares, correspondentes à perspectiva inicial do projeto. Segundo o representante³² da empresa Biopalma, o período de captação ocorreu nos anos de 2011 e 2012. Ele nos contou que por ter estado secretário de agricultura no ano de 2009 e morar em Tomé-Açú há 30 anos, trabalhando no meio rural, “foi fácil conhecer e saber quem era que estava legalizado”. Segundo ele, os funcionários da empresa iam de casa em casa “motivando os agricultores para o projeto”. As idas às casas ocorriam após as reuniões em que participavam funcionários da empresa, representante do STTR, representante da prefeitura e associados, mas para ocorrer integração as associações deveriam estar com

³² Conversa informal realizada na manhã do dia 27/11/2015, em Quatro Bocas/ Tomé-Açú.

documentos legalizados e atualizados. Segundo a representante do STTR³³, o sindicato foi convidado a participar de 75 reuniões, em diferentes localidades dentro do município de Tomé-Açu: “O plano deles (empresa) era implantar em Tomé-Açu duas mil e quinhentas famílias no primeiro ano, no segundo ano, segundo eles, parece que era pra 3 mil e o último era 10 mil, no projeto deles (empresa)” (P. Liderança sindical, 55 anos).

A ousadia na elaboração das metas geraram procura por interessados em estabelecer “parceria” com a empresa. Foi assim que os camponeses de Maçaranduba passaram a ser constantemente procurados pelas duas empresas atuantes em território toméaçuense. A política, elaborada em esfera federal e comungada pelo estado e município, propiciou a procura de “parceiros”, mas nem todos os camponeses procurados pelas empresas firmaram contratos de parceria. Reservamos a pesquisa e, especialmente, o próximo tópico para analisar um extrato social camponês que, desviando da integração ao projeto vinculado a agroindústria, rejeitou a proposta das empresas e do poder público.

5. A RESISTÊNCIA EM MAÇARANDUBA

Nos capítulos anteriores fiz a análise conceitual sobre resistência cotidiana, depois trouxe o debate sobre a política que instigou a corrida das agroindústrias à procura de camponeses para alcançarem a meta produtiva e assim obterem as vantagens oportunizadas pelas políticas.

Neste capítulo, como já dito no primeiro sobre o percurso metodológico eleito como ideal à realização da pesquisa, tomarei os indivíduos como sujeitos ativos que são, capazes de refletir sobre suas decisões e escolhas, e que elaboram para as suas ações as mais diversas justificativas. Foram os sujeitos, através das informações partilhadas, que deram luz à pesquisa. Suas escolhas permitiram que eles permanecessem com suas estratégias de produção e reprodução. Analisá-los como sujeitos ativos que resistiram à integração produtiva à agroindústria não quer dizer que eles não sintam o reflexo da expansão da dendeicultura, mas que suas decisões são baseadas em reflexões elaboradas a partir de justificativas próprias e projetadas de acordo com suas estratégias e planos.

³³ 55 anos, sindicalizada desde 1992, faz parte da direção do STTR desde 2003, por dois mandatos como presidente, possui um lote em que planta pimenta do reino, açaí, cacau, coco, cupuaçu, cria aves e caprinos. Entrevista concedida na tarde do dia 12/01/2016.

5.1 OS CAMPONESES DE MAÇARANDUBA: RESISTÊNCIA NA HISTÓRIA

A formação da Colônia Maçaranduba, segundo os moradores mais antigos, teve início no final da década de 1960 e início da década de 1970. Vindos de cidades paraenses, tais como Santa Luzia e Cametá, e do interior do Ceará e Maranhão, os primeiros moradores foram atraídos para Tomé-Açu pela promessa de terras e emprego nos pimentais de propriedade dos japoneses, reflexo da política instituída em âmbito nacional, que estimulava a ideia de terras desocupadas e possibilidades de monetarização.

Maçaranduba era um latifúndio de cerca de 2.000 hectares, pertencente a um japonês chamado Iobó, que não morava na área,

“ Essa área, o nome dela era Saboruchiba, por que ele invadiu, **o japonês, ele foi o invasor**, titulou, chamou o INCRA, o pessoal lá de fora. Ele tinha dinheiro, então eles vieram e fizeram uma gleba grande, quando o pessoal descobriu (sic!), depois de muito tempo, aí o pessoal [disse] ‘vamos invadir!’ ” (E.R. 46 anos, cearense, há 32 anos em Maçaranduba)

Segundo E.R. a área que corresponde ao que é hoje a colônia Maçaranduba não era uma área improdutiva. “Ele [o japonês conhecido por Iobó] botou serviço”, o “serviço” corresponde à roça. O cultivo era de pimenta do reino, o período de fracasso e abandono da área pelo japonês e a posterior ocupação da área pelos camponeses corresponde ao momento de declínio dos pimentais, acometidos pelo *Fusarium*, fungo causador da fusariose, doença que quase extinguiu os cultivos de pimentais em Tomé-Açu no ano de 1969. Tratou-se de uma ocupação pacífica. “Ele [o japonês Iobó] foi o invasor”, os camponeses ocuparam com o intuito de trabalhar. Há uma distinção para os camponeses entre invadir e ocupar para trabalhar.

“Ele [o japonês Iobó] botou na justiça, mas perdeu! Com os agricultores ele perdeu! A área já estava improdutiva e era muito grande, não mantinha nenhum produto, aí perdeu! Ainda aconteceu conflito com ele, mas foi com os primeiros! Mas não teve morte. Foi um conflito simples, a justiça entrevistou e deu direito, que naquela época a invasão era bem diferente, os invasores invadiam com o intuito de trabalhar, não era na intenção da madeira e se beneficiar do que tinha lá dentro, rocinha pequena só pro cultivo, coisa pequena mesmo! Daí que foi surgindo, entrando gente...”(E.R. 46 anos, cearense, há 32 anos em Maçaranduba)

Já na ocupação da área há conformação de uma resistência pacífica, sem organização ou liderança visível. As pessoas foram chegando, tomando conhecimento através de parentes, conhecidos, que relatavam a fartura de terras. “Aí a gente ficou aqui, do nada. Não tinha onde morar! Morava aqui agregado! Aí a minha prima tinha um marido que já não é vivo também. Aí invadiram essa área aqui” (L.S., 60 anos, paraense, há 28 anos em Maçaranduba). Ficar em

uma área sem estrutura, sem estradas, sem vizinhos, sem escolas, requereu persistência dos moradores, o que desperta o sentido de resistência já na formação da colônia, não uma resistência no sentido de rejeitar ou se opor a algo, mas de resistir em um ambiente inóspito, por não ter para onde ir, se submeter às adversidades para ter um estabelecimento familiar que seja seu.

Para os camponeses o direito à terra está atrelado à produção, “ele [o japonês Iobó] perdeu porque era muito grande e não mantinha nenhum produto”, os camponeses já estavam cultivando, a terra simbolicamente já lhes pertencia, já haviam estabelecido laços com ela. Além de ser uma área muito grande, que não condiz com a realidade dos camponeses, já que em Maçaranduba os estabelecimentos possuem em média vinte hectares, é possível encontrar alguns com um pouco mais de área, cerca de quarenta hectares, mas não muito mais que isso. Destarte, o que se comenceu foi uma entrada pacífica, sem estranhamentos entre as partes, das famílias entrevistadas apenas duas se disseram posseiras, mas foi possível perceber um desconforto da parte dos entrevistados ao serem questionados sobre a forma que acessaram seus lotes.

Após a chegada dos primeiros moradores, foram chegando outros, motivados por familiares e conhecidos. Alguns ocupantes venderam suas áreas, em transações de compra e venda. Como as áreas não eram tituladas, os compradores recebiam apenas um recibo, constando o valor pago. Apesar de não possuírem títulos, a justiça deu direito de posse aos camponeses. Passados os anos os camponeses de Maçaranduba sentiram necessidade de acessar créditos junto aos bancos, mas havia como impedimento a falta de documentação. Foi então que eles organizaram a Associação dos Produtores Familiares de Maçaranduba – APROFAM, em 2008, com a perspectiva de acessar projetos pelo PRONAF e conseguir assistência técnica pela Prefeitura de Tomé-Açu.

A partir da regularização da APROFAM os camponeses de Maçaranduba passaram a ganhar visibilidade, através da possibilidade de acesso a créditos e direitos garantidos por estarem legalmente documentados. A falta de documentação ainda é vista com receio entre os camponeses, já que lhes sentimento de fragilidade diante da sociedade totalizante. Com a visibilidade dada por estarem associados, eles conseguiram acessar crédito para cultivos perenes como o cacau, cupuaçu, açaí e pimenta do reino. A partir de 2010, intermediados pela Secretaria de Agricultura do município, receberam o projeto de viveiro de mudas. O projeto era denominado Projeto de Apoio à Agricultura Familiar e foi financiado pela Fundação

Verde do Japão, através da Wildlife Research Society – WRS. Para a fundação japonesa desenvolver o projeto, que foi realizado em diversas colônias de Tomé-Açu, houve a comunicação com a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé Açu (CAMTA).

Segundo Michinori Konagano³⁴ (informação oral), a WRS é uma Organização Não Governamental-ONG japonesa, que desenvolve trabalhos relacionados à preservação ambiental em diferentes regiões do mundo. O trabalho da ONG é direcionado à preservação de espécies animais, mas em Tomé-Açu a estimulação à fruticultura teve como objetivo promover o aumento da renda das famílias e diminuir a participação de carne de animais silvestres na dieta alimentar dos camponeses. Para Sabourin (1999, p. 42) é comum que a “relação ao o outro”, ou seja, o relacionamento interpessoal, permita às “comunidades de agricultores modificar suas práticas integrando novas normas” (SABOURIN, 1999, p. 42).

Com a construção do viveiro comunitário, as famílias receberam capacitações e mudas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Amazonia Oriental - EMBRAPA e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC. Foi a partir desses eventos que as famílias redirecionaram suas atividades. Anteriormente a cultura mais cultivada em Maçaranduba era a mandioca, o preparo da área era manual e ocorria todos os anos. Segundo E.L. (31 anos, paraense, há 11 anos em Maçaranduba) o trabalho com a mandioca era difícil. Tinham que “preparar a área”³⁵, plantar, capinar, colher, limpar e fazer a farinha, o que demandava esforço elevado e que ao final não era recompensado pelo preço de venda.

Após estabelecerem relações com Prefeitura, WRS, EMBRAPA, CEPLAC, os camponeses, por estarem associados e a documentação da APROFAM regularizada, foram procurados para fazerem “parceria”, através de contratos com as empresas, que estabelecia o cultivo do dendezeiro e a venda exclusiva para a empresa ao qual estaria atrelado. É sobre a tentativa de aproximação e a resistência em Maçaranduba que se estrutura o próximo tópico.

5.2 A RESISTÊNCIA NAS ENTRELINHAS DO DISCURSO

Ao longo deste item apresentamos como os camponeses falam sobre a percepção que tiveram das reuniões promovidas pelas empresas com a finalidade, daquilo que o técnico X

³⁴ Atual presidente da CAMTA, ex secretário de agricultura e produtor rural, 57 anos, imigrante japonês, chegou ao Pará com 2 anos de idade. Informação concedida na noite do dia 27/11/2015, em Quatro Bocas.

³⁵ Preparar a área é o termo utilizado pelos camponeses para os trabalhos de limpeza (pode ser com a técnica de corte e queima, ou com a utilização de máquinas para cortar e limpar a área) e preparação do solo (podendo utilizar adubação, calagem para a correção da acidez do solo, gradeamento e aração para nivelamento do solo), da área em que será implantado algum cultivo.

³⁶chamou, de “captar” agricultores, que seria o trabalho realizado por uma equipe para atrair camponeses para o projeto para com isso alcançarem a meta produtiva deliberada pela empresa, que no caso da Biopalma seria vinte mil hectares de dendezeiro a partir da integração com agricultores familiares. Vemos como eles elaboram suas justificativas para não terem se integrado e como tecem uma rede invisível de informações que lhes dão segurança para resistirem às investidas do capital.

5.2.1 As reuniões não convenceram

Para a realização de contratos entre empresas e agricultores, segundo as normas do PNPB, deve haver necessariamente a mediação dos sindicatos, cooperativas ou qualquer outra instituição que represente os agricultores. “São (ou pelo menos deveriam [ser]) eles que negociam e fiscalizam os contratos realizados entre as empresas e os agricultores” (DINIZ, FAVARETO, 2012, p. 144). O STTR de Tomé-Açu foi convidado a enviar um representante para todas as reuniões que ocorreram entre empresas e agricultores. O período de investida das empresas ocorreu entre 2010 e 2011. As empresas necessitavam de um mediador que estivesse familiarizado com os camponeses e entre os quais houvesse confiança.

Nós participamos, nós mergulhamos nisso, inclusive eu mergulhei e a gente enfrentou muita dificuldade, porque nós fizemos 75 reuniões. Eles convidaram a gente, e eles iam na frente! Eles falavam da maneira deles, pregavam da maneira deles: “que ia dar tudo certo, ia ser mil maravilhas e que todo mundo agora ia ficar podre de rico e não sei o quê, Tomé-Açu ia acabar a pobreza”. Aí quando eles terminavam de falar eu entrava, conscientizando os trabalhadores dizendo que tinha que pensar melhor. Nunca fui contra, eu simplesmente dizia pra eles que eles tinham que pensar melhor, porque naquele momento eles tavam vendo aquelas pessoas, mas daqui a 6 meses, 1 ano ninguém via mais aquelas pessoas, já eram outras pessoas. (P. 55 anos, sindicalista e agricultora).

Participar das reuniões não era sinônimo de aceitação das propostas defendidas pelas empresas. Na fala de P., seu posicionamento ao dizer que “ quando eles terminavam de falar eu entrava”, marca a relação díspare que ela possui com o discurso dos agentes da agroindústria. “Naquele momento eles tavam vendo aquelas pessoas”, mas depois eles não mais veriam, esse discurso indica a necessidade dos camponeses em estabelecer relações que não puramente econômicas, como confiar em um projeto em que os laços entre as pessoas não são duráveis? Para P. essa desconfiança, tipicamente Scottiana, inviabiliza a integração.

³⁶ Agrônomo, 28 anos, integrante da equipe de desenvolvimento social da empresa Biopalma, informação cedida na manhã do dia 07/01/2015, na comunidade Anoerá, Tomé-Açu.

Segundo Paulilo (1990, p. 23) é comum que entre os movimentos sociais que a integração seja vista como um mecanismo de expropriação dos direitos dos camponeses, principalmente em se tratando do direito sobre o uso da terra. Na fala da sindicalista P., apesar de dizer que “nunca fui contra”, há indícios de discordância entre os argumentos das empresas e a opinião do grupo sindical. Não seria possível a criação de laços de confiança entre os camponeses e os representantes das empresas. Para os camponeses é imprescindível que, para realizar quaisquer acordo implica dispor de confiança, mas se há uma frequente troca de funcionários, comum em empreendimentos capitalistas, então não seria possível construir laços que gerassem confiança no projeto.

Em Maçaranduba as reuniões ocorreram nos anos de 2010 a 2012, quando os moradores se reuniam em um sala da escola localizada na colônia. Na época a escola ainda estava em funcionamento. “Eu ouvia falar das reuniões, mas eu nem vou. Porque não adianta, porque não é pra mim! Já chega o tanto de terra que tá empatado com dendê” (J.C. 52 anos, camponês, natural do ES, há 10 anos em Maçaranduba). Saber que as reuniões iriam ocorrer, mas não ir foi um posicionamento comum entre os camponeses em Maçaranduba, ir às reuniões seria perder tempo escutando propostas que não seriam aceitas. As reuniões ocorriam após o convite que era feito à associação. Naquele período a Associação dos Produtores Familiares de Maçaranduba estava ativa e o seu objetivo era organizar os agricultores para que, através da associação, fosse possível acessar créditos do PRONAF.

A dificuldade dos camponeses estava na falta de documentação dos lotes, e a associação lhes permitia acessar recursos. A associação estava regularizada e para a equipe formada por funcionários da empresa, representante sindical e representante do poder público, não foi difícil conhecer os locais onde havia associações e camponeses aptos a integrar o projeto de cultivo de “palma”.

...Mas nunca no mundo fui afim de plantar, não. Nunca achei vantagem no que eles diziam! Eu sempre gostei de plantar mesmo, e o que eles querem é pegar a terra. (J.R. 58 anos, cearense, há 20 anos em Maçaranduba).

Conforme o depoimento de J.R. havia um receio de perda da posse da terra, o que os fazia recuar ou manter distância do engajamento proposto pela empresa. Para os camponeses, apesar dos argumentos dos agentes da agroindústria, não haveria vantagens para eles:

A reunião influiu muito pra plantar o dendê, mas a área era pouca. Eles diziam que interessava muito para os agricultores, mas na hora interessava era pra eles. (L.L. 48 anos, cearense, 11 anos em Maçaranduba).

O conflito de interesses estava devidamente explicitado. A linguagem da agroindústria é semelhante ao que Scott chama de discurso público dos dominantes, o que despertou nos camponeses um sentimento de desconfiança e de forte rejeição às propostas oferecidas.

Segundo outro relato, o de A.P (34 anos, agricultor e liderança comunitária na época), as empresas funcionam com uma lógica comercial que foge aos padrões e estilo camponês.

... a empresa é tipo como qualquer comércio faz a propaganda e a garantia. Geralmente o comércio te dá a garantia de 30, 90 dias até 1 ano né, e a empresa geralmente era isso aí: ela te dava alguma garantia pequena, mas não te dava o necessário que no caso... amostrava o... como é que se diz? A bondade do dendê e não mostrava o lado ruim! Só mostrava o lado da facilidade, o lado contra nunca mostrou. Inclusive uma reunião, a gente teve uma reunião e ali mostrou o benefício do dendê e a gente, quando ele acabou, concluiu tudinho. A gente pediu pro rapaz que tava dirigindo a reunião, falar do lado ruim do dendê. Aí ele disse que não era autorizado a falar o lado ruim do dendê. Desde esse tempo eu sou contra! Eu sempre fui contra na questão da agricultura porque... familiar né, pequenos agricultor, que tem pequena terra, fazer isso aí e eu nunca fui a favor.” A.P (34 anos, agricultor e liderança).

Aos camponeses era dito apenas os benefícios que o cultivo do dendezeiro traria, esse é o discurso público transmitido pela agroindústria. Os prejuízos³⁷, ou “lado ruim” como A.P. diz, não eram expostos. A percepção das contradições era evidenciada pelos camponeses traduzindo-se em uma recusa explicitada com todas as letras nas entrevistas que realizamos, e interpretada como resistência. Segundo Scott (2011, p. 19) não são apenas os dominados que elaboram discursos ocultos. A relação agroindústria x camponeses pode ser caracterizada como uma relação assimétrica: a empresa detém as informações sobre o projeto e só transmite aos camponeses aquilo que lhe possibilita acumular vantagens, revelando apenas o que lhe convém. “Na reunião só faltava dar uma caminhonete pro cara. Nunca vi dizer que ninguém dava nada pra ninguém. A reunião era muito bem organizada, tinha muita gente grande que passava pro lado deles pra mentir pra gente” (E. 39 anos, paraense, em Maçaranduba desde o 3 anos de idade). Em um contexto social, historicamente construído, em que os camponeses são tidos como sujeitos desmobilizados, a desconfiança se mostrou uma estratégia de resistência. Como poderiam lhes oferecer tantas vantagens? Se para eles nunca escutaram “dizer que ninguém dava nada pra ninguém”. A ironia ao dizer que “só faltava dar uma

³⁷ Nas reuniões não havia um momento de balanço entre vantagens e desvantagens. O projeto estava pronto, não era uma pauta a ser elaborada em conjunto. Na prática, os camponeses que participam de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Sindicatos, estão habituados a uma metodologia avaliativa nos eventos religiosos e sindicais em que são confrontados os pontos positivos e negativos das ações. A negação das agroindústrias em apresentar as diferentes vertentes do projeto aos camponeses gerou desconfiança e resistência.

caminhonete pro cara”, demonstra o posicionamento crítico dos camponeses frente ao discurso das agroindústrias, as vantagens atribuídas ao projeto geraram desconfiança.

Perguntados sobre o teor do que era repassado nas reuniões, as respostas foram as seguintes:

Primeiro exigem que devem plantar 10 hectares. A área é pouca. Eles chegavam comentando sobre o programa de desenvolvimento sustentável. Eles queriam pegar os agricultores pra ter uma porcentagem governamental, melhor para eles conseguirem estabilidade com o Governo. (H.L. 72 anos, baiano, há 21 anos em Maçaranduba, se identificou como colonio, braçal).

O nível de informação dos agricultores sobre o incentivo e apoio governamental suscitava desconfiança, tanto quanto a oferta de vantagens aparentemente muito fáceis para um público que estava acostumado à dificuldade de acesso e à discriminação nas instituições.

A conversa da empresa era bem tentadora! Diziam que ia melhorar, se plantasse teria melhoras, questão das estradas, poderia trazer benefícios para a comunidade. Mas a comunidade foi que, ninguém aceitou, achou que era uma sujeição, que era um compromisso sério, ninguém viu vantagem. (J.L. 42 anos, paraense, há 16 anos em Maçaranduba).

O aceno com a melhoria de problemas concretos materializava as propostas em algo muito sentido pelos agricultores como a precariedade das estradas. O caráter de troca, de mercantilização, ou de compensação que estaria sendo dada com benefícios historicamente negados acendia um alerta nas mentes dos camponeses, servindo como elemento de prevenção e reticência.

A conversa era, [quando] eles chegaram aqui na época. A primeira vez era 60 mil que dava, que chamava-se agricultura familiar né. Aí pro pessoal plantar dendê, aí o pessoal não aceitaram que era pouco. Aí depois veio, eu não sei chamar, veio a ‘PROBRAS’ também, aí já aumentou pra 80. Mas ninguém quis! (L.S., 60 anos, paraense, há 28 anos em Maçaranduba).

É perceptível na fala dos interlocutores que apesar de participarem das reuniões havia o desconhecimento das regras implícitas no contrato. Segundo Fabrini (2006, p. 81), apesar de aparentar vantagens, as decisões dos camponeses não são tomadas apenas pela via do aumento da renda, como o é para as empresas. Mais do que isso, o valor proposto, considerado de pequena monta, sugeria uma entrega, uma subordinação que se dava pela moeda. A “sujeição” representa o que Scott (2013, p. 19) denomina a linguagem oculta dos dominados, que é elaborada a partir das experiências de sofrimento dos camponeses.

O que foi exposto ao longo das conversas, remeteu à interpretação dos camponeses do que seria a integração produtiva à agroindústria. Paulilo (1990), baseada em uma rica revisão

sobre a utilização desse conceito por diferentes autores, chamou de “proprietários formais” a interpretação de integração que é concebida pelos autores que ela pesquisou. Nessa interpretação de integração a posse da terra, embora concebida como formal, não é real, porque “o agricultor, tendo que seguir à risca as instruções da empresa, teria perdido qualquer poder de decisão sobre seus meios de produção” (PAULILO, 1990p. 28). Cabe esclarecer que para Paulilo (1990), a integração é concebida como uma atividade puramente comercial, mas que sua realização implica prejuízos para os camponeses, já que na relação com a agroindústria eles se encontram em desvantagem econômica. Perder o domínios das decisões que são tomadas dentro do estabelecimento e passar a receber instruções sobre como fazer, aparece em relatos, demonstrando ser este um ponto crucial de desenlace do camponês com um dos elementos constitutivos de sua natureza de classe, a posse da terra.

“A conversa da empresa era assim: a pessoa tinha que doar a terra, mas terra que tava de 6 anos, fosse ‘zuquira’³⁸, mata, não tinha direito de derrubar. Aí eles vinham, traziam a muda, aí tinha alguém pra orientar, pra ensinar né, como é que fazia. (L.S., 60 anos, paraense, há 28 anos em Maçaranduba).

A entrega da terra significava a obediência total a um processo tecnológico que se dava com a implantação do cultivo dentro de padrões determinados pela empresa. Não determinar o “como fazer”, ou fazer pela lógica da empresa é, nitidamente, perder o domínio, “doar a terra”, na linguagem do camponês entrevistado acima, justificando a sua resistência. Esse gesto de doação é dramatizado com o exemplo da terra que estava em pousio, sem beneficiamento aparente, e portanto mais frágil de apropriação pela empresa.

Teve essas reuniões, mas eu nunca fui, mas pelo dizer dos outros é assim: ‘você faz aquele projeto, você não vai ficar com a terra’ (H.L. 72 anos, baiano, há 21 anos em Maçaranduba, se identificou como colonio, braçal).

O termo projeto, comum ao campo dos técnicos, reforça a idéia de desconhecimento das regras que passariam a desenvolver caso os camponeses passassem a integrar o cultivo do dendezeiro, e estranhamento quanto à lógica da empresa, traduzida imediatamente como a entrega da terra: “não vai ficar com a terra!”.

No final ele fica sendo um empregado e a terra tá ocupada. Quem tem uma terra pequena não pode ficar ocupando com isso. (H.L. 72 anos, baiano, há 21 anos em Maçaranduba, se identificou como colonio, braçal).

A explicitação da subordinação se torna clara com a condição de “empregado” que se revela como a perda da condição de autonomia e distanciamento da terra que está ocupada

³⁸ Zuquira: corruptela de juquira, terra em pousio, vegetação secundária.

para outro fim, sob outro domínio, ou sob o domínio de outro, no caso, a empresa. Essa clareza e consciencia de classe alterada pela perda do domínio do bem de produção é a evidencia da negação e da resistencia à integração.

Ninguém come dendê, ao invés de plantar um feijão...pra quem tem dinheiro serve, mas pro pobre. (L.M. 46 anos, cearense, há 13 anos em Maçaranduba).

Outro elemento fundamental do estilo de vida camponês se expressa no raciocínio acima, que distingue a diversidade de funções da produção em um caso e outro. Embora se coma dendê, aquele produzido pela empresa não é visto com tal destinação. Aquele dendê vai ser industrializado e vai para não se sabe onde, ou não vai para saciar a fome imediata para o que o feijão, o arroz, a mandioca, o milho ou os cultivos comuns à produção familiar se destinam. Aquele dendê produzido pela indústria vira mercadoria, e apenas mercadoria, para ser vendido no mercado externo. Ele não é visualizado como produto para o consumo da família, ou da comunidade, podendo ser o excedente vendido para quem demonstre interesse.

Além de receberem incentivos para a integração, houve também propostas de compras de alguns lotes.

Ouvi proposta de comprador que veio aqui várias vezes pra comprar essa terra. Por enquanto, não, depois se der vontade de vender eu vendo! Mas não tenho vontade de vender aqui agora, não! Nós temos um bocado de coisa plantado já e esses 'plantivos' aí vai servir pra nós se alimentar e, sobretudo o açaí, que já tem pra lá. Aqui a gente tá começando, aqui nós plantamos essa beira todinha, essa frente aí. (S.L., 67 anos, paraense, 67 anos, há 37 anos em Maçaranduba).

A partir do relato acima, percebemos que a venda e a integração não são opções para a reprodução social das famílias em Maçaranduba. Na contraposição de argumentos, a integração à agroindústria seria praticamente um desvio de função, ou de destinação do que estava previsto como retaguarda alimentar, o que justifica a negação.

Outra consideração feita pelos camponeses, ao que era exposto nas reuniões em que se propunham culturas intercalares, é que não seria possível realizar o plantio de dendezeiro consorciado com os cultivos com os quais já estão familiarizados:

...Eu acredito, na minha opinião, que o dendê junto com a agricultura não presta, porque é o seguinte: vai plantar 5, 6 mil, 10 milheiro de dendê, aí a gente não vai comer só isso, tem que comer frutas, tem que comer bastante açaí, essas tudo e se não plantar não come! E agora vamos plantar o dendê dentro da nossa agricultura e aí o quê que nós vamos fazer? (S.L., paraense, 67 anos, há 37 anos em Maçaranduba).

Para os camponeses, mais importante que entrar em um projeto que lhes garanta a perspectiva de renda, por 25 anos, melhoria de estradas, benefícios citados pelas empresas nas reuniões, é produzir alimento para a família. Essa é uma condição *sine qua non* para qualquer um dos argumentos apresentados. Abrir mão da soberania alimentar ou da autonomia da produção se colocou como o principal motivo de oposição à agroindústria na localidade estudada.

Os trechos destacados indicam as principais e mais recorrentes justificativas e os argumentos utilizados pelos camponeses para a resistência. A partir do momento que as informações passavam a ser repetidas, julguei que não era mais necessário repetir argumentos com o mesmo teor.

5.2.2 A reunião após a reunião

Após as reuniões com os representantes das empresas, os camponeses faziam, o que Scott (2013, p. 19) chama de discurso oculto dos oprimidos, que foram materializados através das conversas entre o grupo, organizado em associação, e os boatos entre os indivíduos. Parar no meio da estrada e transmitir suas opiniões aos outros, conversas no interior das famílias, foram a desmobilização do que era dito durante as reuniões. Segundo o relato de A.P.: “A gente conversava, geralmente a gente conversava, aqueles que entendiam, inclusive o pessoal do..., eles até desistiram através de conversa de grupo, depois que acabava a reunião”.

As reuniões entre os camponeses ocorriam através da APROFAM, mas nem todos os que participavam eram associados. Segundo Comerford (1999, p. 49), as reuniões entre os participantes do grupo “dominado”, se tornam:

...um momento fundamental de **participação**, de **democracia** e de **organização**, uma oportunidade para que **todos falem abertamente o que pensam**, um espaço para **tomar decisões** coletivamente, pelo consenso ou pelo voto, um espaço para tornar públicos os problemas e dilemas da organização ou de seus membros, e ainda um espaço para **aprendizado** e para **conscientização** através da discussão participativa, reflexiva e livre [grifos do autor] (COMERFORD, 1999, p.49)

A importância das reuniões para a elucidação dos questionamentos que surgiam sobre o projeto de cultivo do dendezeiro está presente em outro relato. E.R. explica que a associação fazia reuniões mensais, em que eram discutidos os projetos, com seus aspectos negativos e positivos para os camponeses, “e nisso a gente nunca tirou proveito, assim de dizer, não, eu me entusiasmei pra plantar o dendê”. Deste modo, segundo o agricultor, a reunião funcionava como um espaço democrático, onde era possível expor as dúvidas:

...então a gente conversava tudo isso. ‘Como é que eles chegam contando uma coisa, mas não mostram a realidade?’ Pra eles, eles queriam pegar a terra, queriam porque é 25 anos o contrato. Quando eu ficasse velho que eu não conseguisse mais, o que que ia acontecer? Ia passar pro meu filho, porque eu tenho certeza que o cara não pagaria a conta, era essa a nossa conversa. Quando chegar pros 25 anos nós vamos ter que contratar, porque já tá um contrato assinado, nós vamos ter que refazer o contrato pro nosso filho, nós vamos ficar devendo a vida inteira nesse cultivo do dendê, vamos ficar trabalhando pro governo aí numa coisa que não é a cultura nossa, entendeu?. Era essa a nossa conversa. (E.R. 46 anos, cearense, há 32 anos em Maçaranduba).

O entrevistado tem uma opinião semelhante aos demais agricultores, por isso considerei pertinente expor apenas um relato que fosse condizente com a opinião da maioria: a resistência ao que era desconhecido por eles, uma atividade produtiva que não fazia parte de suas agriculturas. E que não lhes era permitido experimentar, experienciar, fazer do cultivo algo inerente aos seus universos produtivos, antes de formalizar o cultivo de uma espécie externa ao cotidiano das famílias através de contratos tão longos. Na compreensão dos camponeses a integração lhes retiraria o controle da propriedade, deixaria dívidas para os filhos, já que o prazo do contrato não seria suficiente para sanar as despesas e os transformariam em subservientes para as empresas e para o governo.

Merece reflexão o caráter de temporalidade analisado pelos agricultores como algo que praticamente determina a mudança do seu estilo de vida em mais de uma geração, senão a inviabilização de uma reversão pela extensão temporal do contrato.

O mais importante do depoimento de E.R., entretanto, é que demonstra um nível de tratamento e elaboração coletiva dos argumentos para justificar a resistência. Não se trata de uma elaboração individual, mas de um grupo que, após ouvir os argumentos dos representantes da agroindústria, se reúnem, refletem, esmiuçam a lógica da empresa, comparam com a sua própria lógica de produção e reprodução social, e a partir da consolidação desses argumentos, se posicionam. Trata-se, portanto, de uma resistência construída, consciente, estruturada e que proporciona uma coesão ao grupo.

5.2.3 A penosidade do trabalho com o dendê

Presente em diversos relatos, a penosidade do trabalho nos cultivos de dendezeiro foi uma das justificativas para a resistência à integração produtiva. Distanciando as decisões tomadas pelos camponeses como simplistas, elas são tomadas analisando as condições dos membros da família e tamanho do estabelecimento.

“Pensando no modo do serviço, eles vieram pra gente plantar. Eu pensei no serviço, só pra carregar a sacola [sobre o peso da muda que é de cerca de 30kg]. Eu tô começando agora, pra eu plantar pra essas empresas, eu tenho pouca área e minha condição é pouca.” (E.L. 38 anos, paraense, há 12 anos em Maçaranduba).

Segundo Chayanov (1981, p. 133-163) a economia camponesa não é regida pela lógica da acumulação de capital. Destarte, iniciar um novo projeto requer um equilíbrio entre a necessidade da família e a penosidade do trabalho. Para os camponeses de Maçaranduba os trabalhos com o cultivo de dendezeiro não se justificariam, desde o preparo manual da área, o peso das mudas que é de cerca de trinta quilos, a falta de máquinas para carregar os frutos após a colheita, indica que se trata de um trabalho penoso, comparando com as atividades que estão habituados a desenvolver.

Além da penosidade, as justificativas se deram em relação ao medo de se transformarem em assalariados da agroindústria, tendo suas identidades enquanto camponês autônomo modificadas a partir da relação com as empresas, transformando-os no que Wanderley (1985, p. 14) chamou de trabalhadores para o capital. Na dramatização do discurso, é menos do que o assalariamento, é “trabalhar de graça”, o que poderia ser traduzido por eles como a perda da liberdade, ou uma completa subordinação, o que é completamente rejeitado, considerando a autonomia que possuem.

A maior coisa que eles queria pra cá, que eles chamam de índio, é conseguir gente pra trabalhar de graça pra eles. (E. 39 anos, paraense, em Maçaranduba desde os 3 anos de idade)

A relação com a empresa através de um contrato formal, foi entendida como a destituição da autonomia: o trabalho seria penoso e controlado por um “patrão”. Outro relato informa como eles veem o projeto:

Eu ouvia as vez[es] meu vizinho falar: ‘Rapaz, eu não vou ocupar minha terra com o dendê. Quem planta isso fica sendo um empregado, recebendo um salário’. Eu vi um cara lá no Banco da Amazônia chorando, dizendo: ‘Rapaz, eu tô arrependido, não dá não’. Eu vi o Deco Pantoja, ele tava falando que tá arrependido. Ele não pode plantar um pé de pimenta que não tem espaço. Ele tava falando que teve a reunião, explicaram tudo bem, e ele fez o dendê, e agora tá arrependido. Aí acabou a terra, não tem onde ele plantar mais nada! (H.L. 72 anos, baiano, há 21 anos em Maçaranduba, se identificou como colonio, braçal).

Ser transformado em um empregado é entendido como perder a liberdade, sair de sua condição e se tornar dependente de um salário e do tempo, no sentido das horas destinada ao trabalho com o cultivo do dendezeiro, que restringiria o tempo para outras atividades,

enquanto que a lógica da família é regida pela realização de atividades cujas delimitações são tomadas em conjunto. Um elemento que ressalta no discurso é a perda do espaço e da condição de ter a possibilidade de plantar um mínimo que seja como uma pimenteira que lhe permita um condimento para a alimentação.

5.3 A LIBERDADE DA ESCOLHA PARA QUEM SE VENDE E PARA ONDE VENDE: A AUTONOMIA POSSÍVEL

A autonomia (ainda que relativa) é tida por Henri Mendras (1978) como a característica principal que rege toda a condição camponesa. A autonomia está diretamente ligada à posse e ao uso da terra, apesar de condicionado pelo mercado, o camponês faz escolhas produtivas e simbólicas que garantam a manutenção da autonomia com que estão habituados. Para os camponeses de Maçaranduba a maior justificativa para a resistência diz respeito à escolha do mercado para vender o que produzem.

A primeira coisa: o contrato é de 25 anos. O segundo: só uma empresa que compra, eu não posso tirar pra vender pra ali, pra ali, se ele quiser comprar por não sei quanto eu tenho que vender. (E.L 39 anos, paraense, em Maçaranduba desde os 3 anos de idade).

De acordo com o relato exposto acima, limitar a venda para uma única empresa sugere sujeitar-se ao que a agroindústria propõe, retirando a capacidade de negociação com a qual estão acostumados. Quando perguntado sobre sua profissão, E. L. respondeu “é aqui na agricultura mesmo”. O estabelecimento que E.L. trabalha pertence ao pai, e é compartilhado entre dois filhos e o pai. Os dois filhos possuem famílias. Ao todo são doze pessoas trabalhando dentro do mesmo estabelecimento, mas os cultivos são divididos por família. E.L. relatou que o irmão “ficou balançado pra querer fazer o projeto”, mas a possibilidade de cultivo de dendezeiro dentro do lote comunal foi rejeitada pelos outros membros do grupo, segundo E.L. “O dendê ia **imundiçar** a área toda”. Depois de várias discussões, “a gente conversava é? A gente quase saía era pro murro” o irmão desistiu de se integrar ao projeto. Para E.L. a entrada do dendê no estabelecimento agrícola da família evoca um sentido de sujeira, “**imundiçar**” corresponde a sujar, uma percepção simbólica do que poderia ocorrer com a área e com a família, caso o irmão aderisse ao projeto de cultivo da “palma”, uma atividade que não condiz com a lógica produtiva dos camponeses de Maçaranduba.

Para o pai, não é possível conciliar outros cultivos com o dendezeiro: “Não pode misturar o dendê com a agricultura! Não tem como! Mas nem pensar! O meu filho teve aqui com toda essa ‘junqueira’: “Pai, o senhor vai render isso aqui pra mim”. “Meu filho, volte e

vá plantar no seu, que eu não quero! Isso é minha proposta!”. (S.L., paraense, 67 anos, há 37 anos em Maçaranduba).

A opção pela agricultura diversificada se estrutura sob a lógica da autonomia e da alimentação das famílias, o que foi garantido, a basear nos depoimentos, pela experiência e consciência dos mais experientes, contrariando e assumindo o controle do conflito familiar pelos que se sentiam tentados por assumir uma nova condição subordinada, atraída pela lógica do assalariamento ou da regularidade de um pagamento mensal ou anual.

Para Z.L., a redução da opção de venda não condiz com a realidade que vivem. No estabelecimento de Z.L., onde é realizado cultivo em forma de sistemas agroflorestais -SAF, com culturas perenes, tais como cupuaçu, cacau, açaí e pimenta do reino, além da criação de aves. Os produtos são vendidos para a CAMTA, na feira e para outros compradores que ofereçam melhores preços pelos produtos. De acordo com o relato de Z.L.:

Nós ficamos com medo de chegar na colheita e não ter pra onde vender. Teria que vender só pra empresa. Se a gente planta outra coisa, dá pra vender pra outros lugares. (Z.L. 43 anos, cearense, há 23 anos em Maçaranduba).

Dendê ninguém come! Dendê tem muito! A gente ia ser obrigado a vender pelo preço que eles quiserem! (Z.L. 43 anos, cearense, há 23 anos em Maçaranduba).

No dia que conversamos, Z.L. estava preparando açaí, tirado de seu cultivo. Aquilo foi nosso jantar. Essa é uma das explicações para os camponeses marcarem o dendê como não alimento que “*ninguém come*”. Se não faz parte da dieta alimentar da sociedade camponesa com a qual estamos dialogando, a venda também será limitada, o que reduziria a autonomia da família. “Se o dendê da empresa estragou, imagina o dos agricultores! Uma coisa que a gente não pode levar pra vender na feira...” (E.L. 32 anos, paraense, há 6 anos em Maçaranduba).

A feira é o ambiente de comercialização de produtos com o qual os camponeses estão mais familiarizados. Para eles é lá que seus produtos encontram maior facilidade de venda, já que são eles que negociam os produtos e lidam diretamente com o comprador, podendo negociar o valor. De maneira muito pragmática, o que é produzido com a dupla função de consumo da família e do mercado local, está ao alcance dos produtores, diferentemente do que é produzido apenas para o mercado externo, mediado por uma empresa que organiza desde o processo produtivo até a entrega do produto finalizado, sem chance de outro arranjo

fora do estabelecido. É evidente a diferença de opções entre uma autonomia, ainda que relativa, e um processo controlado a partir de fora do estabelecimento familiar.

5.3.1 “A pimenta [do reino] eu também não como, mas a pimenta eu vendo pra quem eu quiser”

Em Maçaranduba todas as famílias entrevistadas e com as quais foram aplicados os questionários vivem do que plantam e dos animais que criam. Cinquenta por cento dos entrevistados recebem auxílio social do governo. Mas o cultivo principal é de pimenta do reino (*Piper nigrum*, L). Quando perguntados sobre a principal atividade que desenvolvem é comum de imediato citarem a pimenta, cujo cultivo é desenvolvido da seguinte forma:

Primeiro realizam a limpeza da área: algumas famílias mecanizam o trabalho, outras pagam diárias para trabalhadores de outras colônias e outros utilizam apenas a mão de obra familiar. A máquina utilizada é o trator de esteira. É comum os camponeses pagarem máquinas para arar, gradear e após aplicarem calcário, mecanismo utilizado para corrigir a acidez do solo antes de efetivar o plantio da pimenta.

No primeiro ano realizam uma capina e fazem a amarração das mudas aos tutores. Plantam, também, o açaí, cupuaçu e cacau. No terceiro ano plantam as espécies florestais, entre as quais é comum o plantio de mogno, ipê e cedro, mas também é possível encontrar uma variedade de espécies da floresta amazônica, como andiroba, castanha do pará e bacuri.

A pimenta começa a produzir no segundo ano, quando ocorre o que os camponeses denominam de “catinha”, que é uma colheita rala, cerca de um quilo por pé. O cultivo da pimenta do reino tem um período produtivo de cerca de cinco anos. Após esse período as estacas são arrancadas e ficam no que eles chamam de “monte”. Um local específico em que as estacas ficam guardadas para se recuperarem de possíveis doenças que possam ser transmitidas para um novo cultivo. “Quando a pimenta morre a gente já está produzindo o cupuaçu. O açaí produz no próximo ano” (E.L. 31 anos, paraense, há 11 anos em Maçaranduba).

A gente planta o arroz, tem gente que chama de roça, o milho, aquela cultura do SAF. O agricultor pequeno, ele trabalha no SAFS, sem mesmo saber, muitas vezes ele não sabe nem o que é, mas ele tá trabalhando no SAF. Então muitas vezes ele inicia a roça com aquela lavoura pequena. Primeiramente, ele vai plantando a roça, o arroz, o milho, o feijão. Depois que ele tira aquela cultura, que é uma cultura rápida, o mais demorado é a mandioca que sai com um ano, 8 meses, um ano e meio. Então na área ele mete o cacau, o cupuaçu, a pimenta. Hoje tem muitos que não começam com

a roça, o arroz e o feijão. Já direto ele vai na pimenta, ele já faz o SAF, porque ele tá aproveitando uma terra, dentro da pimenta logo no primeiro ano ele já põe o açaí, o cacau, o cupú e aí ele vai tocando, refloresta também, faz manejo. Então ali dentro. É dali que a gente tira o nosso sustento, porque você tira um e logo vem outro, e vem vindo, vem vindo, tem uns que demora, mas vai dando certo. (E.R. 46 anos, cearense, há 32 anos em Maçaranduba).

Essa foi a opção produtiva que os camponeses encontraram para terem produção o ano inteiro³⁹. Para comercializar a produção os camponeses se dirigem à feira da agricultura familiar. Em Quatro Bocas, há ainda a venda para atravessadores, que passam com frequência na colônia e negociam diretamente com os agricultores. Sobre os atravessadores, os camponeses são cientes que eles compram seus produtos a preços menores do que se levassem para vender na feira, mas há alegação da comodidade, já que eles “passam na porta”.

Há camponeses cooperados na CAMTA. Quando a cooperativa está pagando um preço mais alto, é comum os que não são cooperados juntar a produção com quem é, e entregar juntamente. Estar cooperado não condiciona que a venda seja feita apenas à cooperativa. Segundo os camponeses, se houver um lugar que pague melhor que a CAMTA, eles podem e vendem pra lá.

Outros camponeses citam uns compradores com o nome de “patrão”. Segundo relato o patrão:

São muitos, quando o patrão é bom ele empresta numa porcentagem, tem outros que valoriza valor em quilos. Se por exemplo eu tivesse dez sacas de farinha pra vender no mês que vem e eu não tô podendo fazer agora, então eu tenho uma venda garantida, então eu vou lá e digo: me arranja dinheiro de dez sacas de farinha! E aí o cara me dá esse dinheiro, só que ele me dá esse dinheiro no preço de hoje e eu tenho que entregar a farinha. Se ela tiver com o preço alto daqui a um mês eu perco dinheiro! Essa é a história e a pimenta é a mesma coisa. Não é bom pegar, não é aconselhável, porque se você pega o dinheiro no mês de fevereiro ou de março, eles não vão pagar nem o preço que tá naquela época, porque é um dinheiro que eles estão dando pra você negociar e já tira. Por exemplo, hoje a pimenta tá 28 reais. Se eu vou pegar dinheiro de 500 kg de pimenta, ele vai dizer assim: ‘Rapaz, a pimenta tá 28 hoje, mas você só vai me dá a pimenta daqui a 4 meses, eu só posso te pagar a pimenta’, eles chamam na folha, eu” só vou te pagar 15 reais, porque é os juros’. Já mais que juros, mas você fez um acordo e ele coloca na planilha dele. Então quando der na época você

³⁹ Esse itinerário técnico é desenvolvido pela maioria dos camponeses devido a capacitação recebida por eles enquanto associados, e pela experiência que possuem pela ligação com os japoneses.

vai, por mais que ela esteja 50 reais, mas você vai pagar o preço que você combinou! Eu não pego assim! Sou mais antes a porcentagem, porque assim, se eu já vendo toda a minha produção pra um patrão, eu brigo muito com o meu patrão! Ele tá ganhando em cima! Tem vez que ele nem cobra a porcentagem minha. Eu falei: rapaz nós tamos te enricando. (E.R. 46 anos, cearense, há 32 anos em Maçaranduba).

O “patrão” compra a pimenta antes da colheita, “na folha”, funcionando como um empréstimo. O valor pago é inferior ao valor real do produto no período da colheita. Os camponeses tem perdas significativas com essa transação, mas a realizam por necessidade. Eles são cientes das perdas, mas essa prática é comum em outras áreas do Estado do Pará⁴⁰.

Perguntado se, com todos esses problemas com os “patrões”, não seria mais fácil a integração à agroindústria do dendê, recebi a seguinte resposta:

Não quisemos porque nós somos liberal! Nós vende pra qualquer um. Nós tem acordo com esses patrão, mas na hora que ele disse: ‘nós não tem dinheiro’, nós passa pra outro. E eles são doído, o comércio é bom! Nós não tem dificuldade! Não tem dificuldade! [...] É essa a bondade que eu vejo, entendeu? E se nós vai pro dendê? Nós ia ficar só com um camarada pra vender! Nós não ia poder reivindicar preço porque vem de lá. Nós aqui, não! O carro passa aqui, carro da Concórdia, carro de Castanhal! Se nós quiser exportar pra fora nós leva! Não tem, o comércio é livre, por isso é que a gente não quis! Eu gosto de mandar no que eu tenho! Então você ia morrer de trabalhar sem uma certeza, então nós dissemos: não vamos aceitar! (E.R. 46 anos, cearense, há 32 anos em Maçaranduba)

Apesar das perdas com a venda da produção para os “patrões”, a resistência ao dendê se deu porque eles são “liberais”, ou seja, podem mudar o destino das vendas de acordo com suas decisões e oportunidades, apesar de se ligarem aos patrões por uma ou duas safras, decorrido o período para o pagamento da dívida eles tem a liberdade de trocar de comprador, ou ainda vender o excesso da produção para outros, além da pimenta fazer parte de suas atividades, estando os camponeses familiarizados com o cultivo.

Com o dendê as possibilidades de comercialização se reduziriam a apenas um comprador, cujo preço da produção não seria discutido, já estaria estabelecido, conforme a característica do mercado oligopsônio (SANDRONI, 2001, p. 431). A opção pela pimenta lhes dá autonomia, por mais que relativa. Outra característica que reforça a decisão dos camponeses de Maçaranduba, é a situação geográfica da colônia, que oferece condições para que os produtos sejam escoados com facilidade. Se “o carro passa” na porta das casas, quais

⁴⁰ Sobre esse assunto ver: GUERRA, G. A. D. ; WAMBERGUE, Emanuel . Operacao teste de comercializacao da castanha. agricultures paysannes et developpement: caraibe-ameriaue tropicale, v. I, p. 263-296, 1991. PEREIRA, José de Lima. O mercado de grãos (arroz, feijão e milho) no Município de Santarém, Estado do Pará: 1990-2000. Dissertação (Mestrado em Economia) - UNIVERSIDADE DA AMAZONIA. 2003.

justificativas levariam os camponeses à integração? Para eles o conjunto de possibilidades orquestradas pela opção produtiva e reprodutiva que acessam, lhes dá a garantia para se manterem fora do alcance da subordinação que a integração à agroindústria pode representar.

5.4 O QUE PENSAM DOS QUE SE INTEGRARAM?

Apesar de não terem se integrado, os camponeses de Maçaranduba formulam discursos sobre a percepção que possuem de quem firmou a “parceria” com as agroindústrias. Eles estabelecem opiniões a partir de uma rede de informações, que é construída a partir da relação entre indivíduos inseridos num determinado contexto. Perguntados se conheciam alguém que assinou o contrato, eles responderam: “Conheço dois! Dizem que estão arrependidos! A gente conhece, passa por eles e pergunta: e aí, como deu? Como tá?” (L.L. 48 anos, cearense, 11 anos em Maçaranduba).

Passar e perguntar, ou passar e deixar sua opinião é um mecanismo utilizado pelos camponeses para conhecer fatos que estejam ocorrendo, o que pode ser compreendido seguindo o que sugere Scott (2002, p. 12), como uma fofoca, umas das armas dos “fracos”. O mecanismo de acompanhamento do que acontece com os vizinhos ou conhecidos sugerem um comportamento de cautela, alerta, ou de resistência, baseado em fatos ou em construções de que a atividade de produtor integrado é temerária e não merece crédito.

Outros relatam que:

“Tem um parente que tá se maldizendo muito. Diz ele que o lucro que ele tem com uma tonelada é de 20 reais[reduzido]. Não tem futuro.” (L.M. 46 anos, cearense, há 13 anos em Maçaranduba).

“Eu, pra mim é uma loucura isso! Um agricultor que não tem condição de plantar e enche o lote dele com **isso!**” (J.C. 52 anos, camponês, capixaba, há 10 anos em Maçaranduba).

“A minha opinião é que eles [os integrados] tão tudo se reclamando que não dá certo. Com um pouquinho de terra, como é que vai mexer com isso? Não tem dinheiro nem pra adubar” (J.A. 54 anos, paraense, há 35 anos em Maçaranduba).

“Não tem futuro”. A indicação do futuro incerto ou fracassado como justificativa de resistência, serve para marcar as escolhas como decisões que visam a possibilidade de reprodução do grupo doméstico. O “lucro” de vinte reais por uma tonelada, indica que o trabalho não é recompensado se comparado às atividades agrícolas que eles desenvolvem. Mesmo quando os camponeses sugerem não possuir opiniões eles findam demonstrando o que os fez resistir, enquanto outros se integraram:

Cada qual pensa com seu cada qual, mas eu penso que pro agricultor não tem lógica. (E.L. 38 anos, paraense, há 12 anos em Maçaranduba).

Não sei nada sobre isso aí! Se eles tivessem plantado açaí e cupuaçu, eles [os integrados] teriam mais lucro do que **isso** aí! (Z.L. 43 anos, cearense, há 23 anos em Maçaranduba)

Rapaz, eu não tenho quase opinião, porque um que fez diz que tá bom, mas pra mim eu não acho que é bom! (J.R. 58 anos, cearense, há 20 anos em Maçaranduba).

Em algumas das narrativas acima o distanciamento que os camponeses manifestam à agroindústria e ao cultivo de dendezeiro, é percebido através do não pronunciamento do termo exato (dendê, dendezeiro) que fica reduzido à expressão “isso”. O que representa estranhamento, como se pronunciar a palavra fosse algo que lhes traria prejuízos.

A escolha é realizada por indivíduo ou família de acordo com o que eles compreendem como possibilidade de aumento da renda ou estabilidade para o grupo familiar, principalmente no que se refere ao sustento possibilitado pelas atividades familiares nos lotes. Segundo Paulilo (1990, p. 23), é preciso compreender que mesmo os indivíduos que se integram [no caso de Paulilo, o estudo sobre integração se deu no Sul de Santa Catarina, com camponeses integrados à agroindústria de suínos e fumo] possuem suas lógicas para que isso ocorra. Para a autora é preciso levar em consideração as justificativas dos integrados, o que é uma das lacunas desta pesquisa. Para os indivíduos de Maçaranduba, a resistência ganhou mais sentido do que a integração.

A opção mais rentável para eles foi permanecer com os cultivos com os quais já possuem experiência, o que vem no argumento de que “*se tivessem plantado açaí e cupuaçu*”, os integrados teriam maior renda. Os relatos expostos acima, servem para evidenciar que os camponeses tomam suas decisões levando em consideração a análise que fazem das experiências tomadas por indivíduos com os quais se relacionam.

5.5 REFLEXOS DA DENDEICULTURA NO COTIDIANO DAS FAMÍLIAS

Conforme a figura 9 Maçaranduba está circunscrita na região de expansão da dendeicultura. Por todos os lados é possível visualizar os cultivos, desde a estrada que leva até a colônia, até os limites de alguns dos estabelecimentos familiares. Para os camponeses, apesar de não terem assinado os contratos, o dendê está presente no cotidiano, e mesmo algumas práticas realizadas pelas famílias são pensadas a partir das atividades realizadas nos cultivos de dendezeiro que estão localizados próximos aos seus ambientes de trabalho.

O maior reflexo sentido pelos camponeses faz referência ao uso de agrotóxico nos dendezaís:

Um dendê desses, eles jogam veneno a fole, aí. Eles jogaram veneno, eu tava colhendo pimenta, eu passei foi ruim. Eles não estão nem ligando, jogam a qualquer hora. E ainda tá matando o [i]garapé! (D.M. 43 anos, paraense, há 8 anos em Maçaranduba).

Tem que jogar veneno! Esse veneno, minha senhora, é o que acaba! Dizem que o do dendê ele suga muito a água, e aí perto de um igarapé onde você faz um plantio de dendê, a água não serve nem pra você beber mais, por causa do veneno que é jogado e aí contamina a água. Tem vários igarapés pra cá, onde é a firma, que tá proibido de beber a água. Fica contaminada que é muito veneno. A gente escuta, em reunião o pessoal fala tudo: ‘não beba água do igarapé onde tem o dendê perto, porque o veneno que eles jogam contamina a água!’ É assim! (L.S., 60 anos, paraense, há 28 anos em Maçaranduba)

Em outro relato é possível ver a mesma referência atribuída ao uso de “veneno”, capaz de afetar o modo de viver dos camponeses de Maçaranduba:

Nos igarapés, por causa do agrotóxico que eles jogavam, negócio de veneno, essas coisas lá, eu notei que o peixe desapareceu. Na época eles abriram as valas. Na época, vou te falar, aconteceu muita coisa: o igarapé ficou da cor de leite, por causa que eles mexeram! Então chovia e agua ia pra onde? Pros igarapés! Então a gente ia banhar e não tinha como! Aí depois, com uns dois anos, que vai compactando a terra de nova, mas deu esse impacto: muitas áreas aterraram o igarapé! (E.R. 46 anos, cearense, há 32 anos em Maçaranduba).

Os camponeses percebem o reflexo da dendeicultura nas atividades que fazem parte do seu modo de viver. O estabelecimento de D.M faz limite com o cultivo da Empresa Rio Negro⁴¹. Não se trata de uma multinacional, mas um cultivo empresarial de menor porte. Na indicação dos moradores o proprietário é paulista e comprou muitas áreas em Maçaranduba. A escolha do dia em que se vai trabalhar na colheita de pimenta do reino passou a ser, também, influenciado pela aplicação de agrotóxico nos cultivos de dendezeiro que fica do lado do pimental da família. Se estão aplicando o “veneno” a família não vai trabalhar na área, já que o agrotóxico se espalha no ar e acaba sendo inalado por eles. A área da Empresa Rio Negro faz limite com diversos estabelecimentos familiares.

⁴¹ A empresa Rio Negro detém cerca de 1.600 ha, em Maçaranduba e Ubim. Os cultivos foram iniciados em 2008. A produção começou a ser colhida em 2010! A empresa não é uma agroindústria e a matéria prima produzida é vendida para a Biopalma. São cerca de 60 funcionários trabalhando, mas o fluxo de mão de obra varia de acordo com o período do ano (colheita, capina, aplicação de agrotóxico) (Fonte: Técnico da empresa Rio Negro, data da conversa: 10/01/2016).

Quando a empresa se instalou na região, o proprietário comprou lotes de alguns camponeses. A preferência eram áreas em que houvessem pastagens, o que facilita ao preparo do terreno e a mecanização, mas em uma das áreas havia madeira, então houve a necessidade de limpeza da área. Os cultivos de dendezeiro requerem que sejam abertas estradas no meio das linhas de dendezeiro e, para isso, são realizadas a limpeza da área com trator de esteira. A movimentação de terra com o enleiramento, aração, gradagem e retirada da camada vegetal de cobertura do solo favorece a alagamentos e assoreamento, como demonstra a narrativa a seguir:

Eles metem o trator, aquilo fica ‘ar lera’[as leiras, as linhas para o plantio] pra um lado e outro fica aí. Quando a chuva bateu, minha pimenta eu tava em dias de... no ano que eu ía tirar, tava com 2 anos, dando os 3, era no ano que eu ia tirar pra pagar o banco, que eu fiz empréstimo pro banco, foi 5 mil pé de pimenta, 3 meu, e [dois] mil dos meu menino, aí onde pegou essa coisa tudinho a água levou tudo. (M.B. 60 anos, maranhense, há 35 anos em Maçaranduba).

O relato de M. B. se dá em decorrência da expansão da dendeicultura, todos os lotes, que ladeiam o seu, foram vendidos. O seu se tornou uma ilha, diretamente influenciado pelos tratamentos culturais destinados ao cultivo prioritário para seu vizinho. Com a chegada do inverno, a direção da água da chuva foi desviada e seu cultivo que ficava ao lado foi alagado, “a água levou tudo”. Ocorreu que com o revolvimento do solo, ao invés da água escorrer no sentido habitual, houve o deslocamento do sentido da água da chuva que foi em direção ao cultivo de M.B. que ficava ao lado da área onde foi implantado o cultivo de dendezeiro. M.B. havia realizado um financiamento bancário para cultivar pimenta do reino, a colheita seria para pagar o empréstimo, mas com a perda do cultivo M.B. relatou que até 2015 ainda não havia realizado o pagamento. Segundo M.B.:

Aí nunca tinha alagado, nós fazia os plantio lá tudo pra lá, porque não alagava, porque era mata de um lado e mata do outro, mas quando eles abriram a abertura ‘alimpou’ tudo. ‘A vez’ deles ter feito como eles fizeram, ‘ar levada’ assim, não fizeram assim pra cair pra estrada, até o igarapé aqui coisou tudo, o igarapé tá bem rasiinho porque a água escorre tudo, né, vai descendo aquela areia todinha pra beira do igarapé. (M.B. 60 anos, maranhense, há 35 anos em Maçaranduba).

O igarapé não é apenas a fonte natural de água, ele está presente nas falas de M.B., D.M. e E.R., como o lugar onde a expansão da dendeicultura mais se reflete. Os entrevistados relataram que a contaminação por agrotóxicos, o assoreamento pelo preparo mecanizado da área, não era algo perceptível a eles antes da implantação dos cultivos de dendezeiro.

Sobre o igarapé, das trinta famílias com as quais houve a aplicação de questionários, vinte e sete os utilizam como espaço de lazer. A partir dessa aferição é possível constatar que a percepção da dendeicultura em seus cotidianos está diretamente ligada à influência que o cultivo exerce em seu modo de viver. O igarapé não se resume à fonte de água, mas está ligado a fatores imensuráveis como alimentação e lazer. Segundo Sousa (2016), o igarapé assume diversas funções no cotidiano das famílias camponesas, se transformando em local de asseio de roupas e louças, para pubar⁴² mandioca, pesca. Uma fonte de água com valor simbólico para diversos fins. Perguntado se sentia algum reflexo da dendeicultura, E.R., respondeu de imediato “o meu igarapé secou, não tem mais peixe”.

Desse modo, outros dois camponeses E.L. (33 anos, agricultor, há 5 anos em Maçaranduba) e L.L. (42 anos, agricultora, há 5 anos em Maçaranduba), nascidos em uma colônia próxima a Maçaranduba, , relataram que consideram a expansão dos cultivos de dendê como o marco que permitiu a alteração das nascentes. Segundo eles era comum no inverno a água do rio Mariquita cobrir a ponte. O rio Mariquita corta a estrada de acesso a Maçaranduba e outras localidades próximas. Sobre o rio há uma ponte de cerca de 30 metros. A alteração do fluxo do rio, assoreamento dos igarapés, utilização de agrotóxicos, são associações que os camponeses fazem à expansão do projeto de cultivo de dendezeiro, incorporando um discurso ambientalista, crítico e denunciatório: “Não é sustentável. Sustenta mais é a empresa” (E.L. 32 anos, paraense, há 6 anos em Maçaranduba).

Abaixo é possível visualizar na figura 9 como Maçaranduba pode sentir o reflexo da dendeicultura. É impossível restringir os efeitos da aplicação de agrotóxicos e limitar-los ao cultivo do dendezeiro. O cenário que se consolida pela expansão do monocultivo do dendezeiro traz consigo os sintomas do desenvolvimento, sentido pelos camponeses, especialmente, na natureza.

⁴² Colocar a mandioca para amolecer na água. (DICIONÁRIO AURÉLIO ONLINE, 2016).

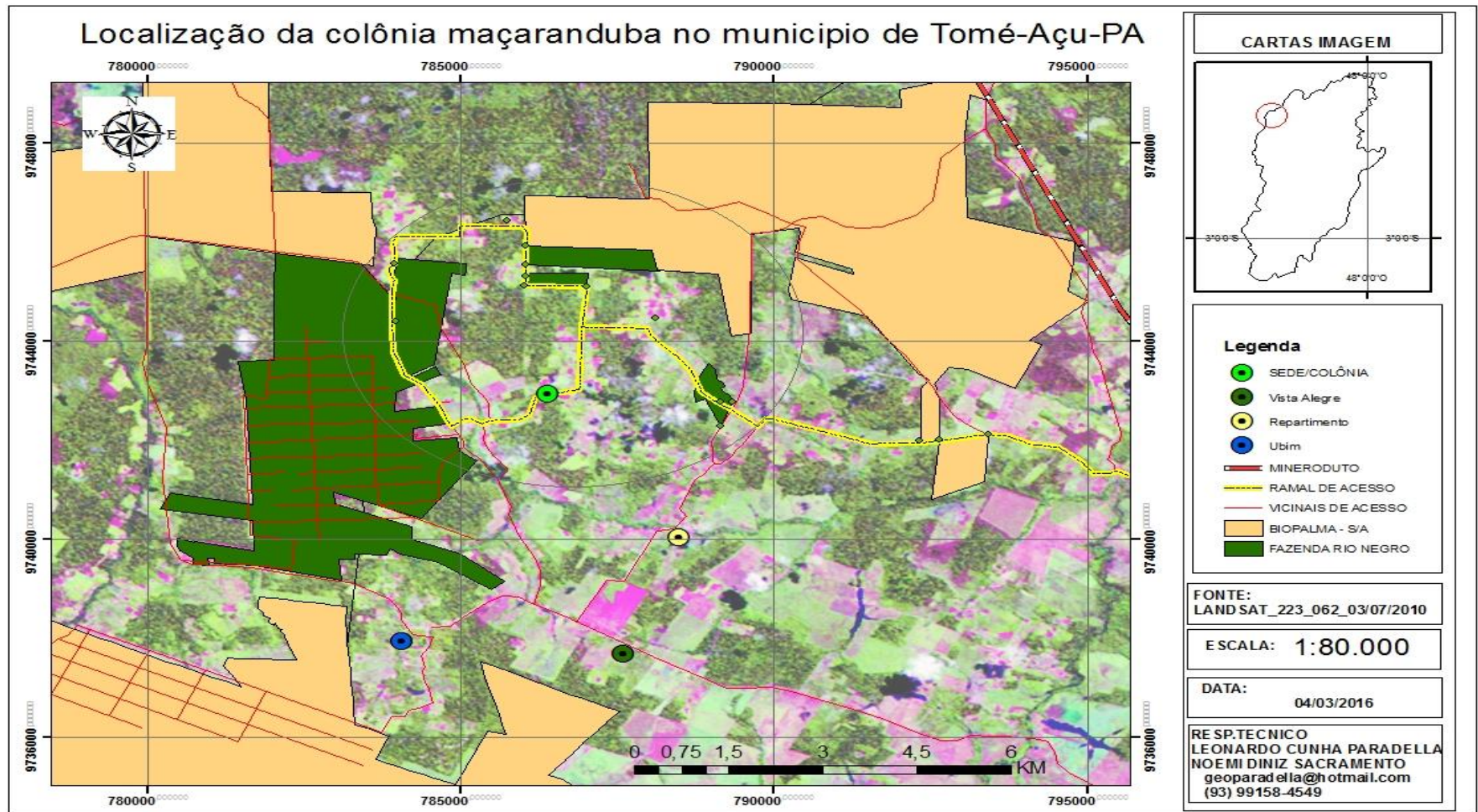


Figura 9 Mapa de influência da dendeicultura no entorno da colônia Maçaranduba

Elaborado por: PARADELLA, 2016.

5.6 RESISTIR PARA CONTINUAR

De acordo com os relatos expostos, é possível observar que a resistência se deu como uma forma de evitar riscos, o que valida a teoria do risco mínimo proposta por Scott (1976, p.27 *apud* Menezes e Malagodi, 2009, p. 12-13). Scott sugere que a lógica camponesa é regida pela necessidade de manter a reprodução da família dentro de um nível de segurança. Como já esplanado no segundo capítulo, Scott cria dois termos para explicar o que rege as decisões tomadas pelos camponeses. O primeiro *safety-first*, para dizer que eles buscam a segurança em primeiro lugar, o segundo *risk-avoidance*, para dizer que eles evitam decisões que possam lhes trazer riscos, ou procuram estratégias com o mínimo de risco possível. O que é exemplificado pelo fato da resistência a projetos preconizados por políticas como possibilidade de lucros, já que o que está em jogo para eles não pode ser puramente mensurado em valores, tais como suas simbologias, suas crenças e a autonomia que tanto estimam. O que não quer dizer que eles se mantenham estáticos, ou com técnicas rudimentares, mas que abrir-se às novidades requer avaliação dos riscos que as decisões podem lhes acarretar.

Essa justificativa é fortalecida pelo argumento de L. S. que tem 60 anos e há vinte e oito anos mora em Maçaranduba. Ela relatou as dificuldades que encontrou no início do povoamento em Maçaranduba. Enquanto conversávamos ela “limpava”⁴³ a pimenta já seca, trabalho realizado no lote do filho, com quem ela fizera um acordo. Fazia a “cata”⁴⁴ da pimenta e a produção alcançada seria dividida ao meio. Para L.S., fazer um contrato de 25 anos com a agroindústria de dendê tinha o seguinte significado:

Não, não porque aí é aquela coisa, né! Pra enfrentar um serviço desse é gente novo, porque é 25 anos que davam. Aí se fizesse e nesses 25 anos eu morrer? Aí o meu filho vai ter que ser responsável? Vai ter que assumir, enquanto não terminar esses 25 anos, tem que ficar alguém pra assumir. E eu não ia fazer um serviço desse, além que a minha condição não dá mais. Eu não ia fazer um serviço desse, deixar uma responsabilidade pros da minha família. Se eu não puder deixar assim uma coisa melhor, que uma coisa mais difícil, né? Que é difícil, a gente acha que não é difícil, mas é, é difícil. Eu não quis, não, e afinal ninguém quis. O meu filho também não quis, que o serviço dele é mais evoluído, também não quis. Então é muito trabalho. Até porque esse dinheiro ele vai sair por parcela, não sai tudo, ne! Aí ninguém quis, mas eles pelejaram bastante! (L.S., 60 anos, paraense, há 28 anos em Maçaranduba).

⁴³ Limpar é o trabalho de retirar restos de folhas ou qualquer outro detrito que limite a pureza da pimenta do reino.

⁴⁴ A “cata” é a colheita da pimenta deixada no pé ou no chão após a colheita principal.

Estabelecer um contrato longo foi analisado como um risco, não só para ela, mas principalmente para os filhos, pois são eles que herdarão a área. A força de trabalho de L.S. é analisada por ela como outro fator duvidoso: o trabalho com o dendê deve ser enfrentado por “gente nova”, com energia suficiente para enfrentar as tarefas técnicas que o cultivo do dendezeiro requer. Apesar da peleja das empresas para conseguir integra-los, a análise dos riscos não foi puramente econômica. Para os camponeses a relação com a empresa, através de um contrato de 25 anos, poderia implicar na reprodução social da família. O que houve foi uma suspeição de que o risco seria maior do que as vantagens para a família. Ao contrário da agroindústria, as estratégias das famílias não foram tomadas visando apenas a acumulação de “lucro”, mas valores sociais, culturais e históricos.

O que é exposto nos argumentos abaixo, reforçam a análise feita:

Minha terra eu **não vendo!** Quando morrer fica pro meu filho. Na cidade não tem nada! Aqui tem galinha, porco, pra se alimentar” (L. S. 52 anos, paraense, há 35 anos em Maçaranduba).

A terra não é mera mercadoria, mas lhes permite, além da referência alimentar, transformá-la em identidade, “na cidade” não há espaço para o modo de viver camponês:

A gente gosta de trabalhar na terra, foi a herança que o meu marido deixou pros filhos! **Se a gente vender**, todos vão trabalhar onde? (M.B. 60 anos, maranhense, há 35 anos em Maçaranduba).

Além de corresponder a uma herança, a terra é o *locus* de trabalho e de vida, em que a família realiza as atividades responsáveis por sanar as necessidades do núcleo familiar. A venda seria o mesmo que perder o meio de sobrevivência da família. Para Heredia (2013, p. 115), o que define o “pequeno produtor” [aqui considerado o camponês] como tal é o trabalho efetuado na terra e:

...em consequência, a perda da mesma implicaria no seu desaparecimento como categoria social. **Ele nasceu ligado à terra** e, por conseguinte, **ela deve ser transmitida aos seus filhos**. É por esse motivo que se diz que a terra é “a morada da vida”. [*grifos meu*](HEREDIA, 2013, p. 115).

Nestas circunstâncias, manifesta-se a própria concepção da família e da necessidade da sua continuidade ligada ao trabalho na terra. No depoimento abaixo, é possível analisar como a relação que estabelecem com a propriedade familiar vai além dos fatores meramente econômicos, como o é para a agroindústria:

O sentimento pela terra é assim: A gente se sente assim confortável! porque é uma morada mais tranquila né, uma morada sossegada e a gente comprou aqui com a intenção de viver pra eternidade, até Deus levar a gente e o que

ficar fica pros filhos. A gente não tem a intenção de vender nunca, fica pros filhos, vai ficando pros outros filhos uma coisa assim abençoada por Deus que a gente não tem: ‘Ah, tu comprou, porque tu vivia com aquela ganância pra pegar alguma coisinha, depois vender, porque não tinha dinheiro!’ Não! Isso aqui é pra gente ter a tranquilidade da gente né, viver o sossego” (F.L., 54 anos, cearense, há 37 anos em Maçaranduba).

A reprodução social no estabelecimento é o que fortalece a decisão de deixar a terra para os filhos, mas sem que eles se responsabilizem por uma decisão tomada pelos pais. O estabelecimento é local de moradia, de trabalho, com simbologias e sentidos que os camponeses conferem às suas terras. No mesmo sentido do que Woortmann (1990), atribuiu ao sentido do que é ser camponês.

O sentimento de pertencimento, não lhes permite pensar em ter a cidade como ambiente que supra as necessidades do grupo. O medo é justificado pelo período de vigência do contrato, 25 anos, o que para os camponeses mais velhos pode não ser tempo suficiente para sanar a dívida, e faz parte do ethos camponês honrar os compromissos estabelecidos por eles, principalmente o pagamento das dívidas, o que inclui deixar para os filhos apenas saldo positivo, rejeitando o risco de se submeterem às dívidas que não poderão pagar e assim delegar aos filhos o saldo negativo das suas escolhas.

O fato da rejeição ao risco⁴⁵ ganha consistência na força que a relação com a terra, com o estabelecimento familiar assume para as famílias, perceptíveis nos relatos abaixo:

Eu gosto demais da terra, porque aqui é onde eu trabalho e arrumo alguma coisa, é aqui. É preciso que o cabra more nela e faça alguma coisa, porque se o cabra não fizer não dá nada!” (J.R. 58 anos, cearense, há 20 anos em maçaranduba)

Simplesmente a gente planta e ela dá muita coisa. É dela que a gente sobrevive, se a gente adubar pouco mesmo assim ela dá. Tudo que vai pra rua vem da terra. (L.M. 46 anos, cearense, há 13 anos em Maçaranduba).

Ela que me dá meu sustento no dia a dia, então se não for forte [o vínculo com a terra], é porque eu não sei agradecer. (E.L. 38 anos, paraense, há 12 anos em Maçaranduba).

⁴⁵ Quando cheguei em Maçaranduba, o primeiro contato com as famílias foi por vezes com desconfiança por parte dos camponeses. Chegando à casa do senhor M.O. (69 anos), me apresentei e falei do que se tratava a conversa, de imediato ele disse: “Não quero! Eu não quero! Eles [funcionários das empresas] já tiveram por aqui um tempo e eu nunca quis, não quero!”. O senhor M.O. compreendeu que eu era uma funcionária da empresa, que estaria lá para persuadi-lo à integração. No mesmo instante a nora do senhor M.O. disse: “O senhor não entendeu! Ela não vai falar para o senhor plantar dendê!”. Conversa similar ocorreu quando me apresentei para a comunidade, após a novena na igreja, em que um dos participantes disse: “Mas você não vai dizer pra gente plantar dendê? Senão nós não vamos falar!”. A desconfiança parte da necessidade de se manterem distante de qualquer risco. Aqui a resistência cotidiana é percebida através da renúncia dos camponeses em exporem suas vidas a estranhos, e escutar algo que não concordam.

Eu não troco meu cultivo por nada. Eu gosto de vários tipos de planta, eu faço enxerto de plantas. Se eu for plantar dendê eu não consigo. Nunca vi falar que alguém enxertou dendê. Eu peguei uma ponteira de bacuri e enxertei, se fosse com dendê eu não conseguiria. (A.L. 43 anos, paraense, há 8 anos em Maçaranduba).

A partir dos depoimentos acima, é possível compreender que a ligação que os camponeses estabelecem com a terra e com as plantas e animais, assume a condição de suas próprias existências: morar, trabalhar, sobreviver dela, não trocar seus cultivos por nada, fazer experimentos, tudo isso pode ser compreendido como afirmações de resistência.

Em outro relato o agricultor expõe a importância da agricultura e do estabelecimento familiar na vida dele e da família:

Quando eu estudei, minha mãe falava com meu pai. Dizia assim ‘estudam pra você ser um advogado, ser um doutor, ser um juiz!’ Hoje eu sou diferente, hoje eu to motivando o meu filho, eu tô dando o que o meu pai não pôde me dar. Hoje eu dô pro meu filho, mas com uma condição, motivando ele pra aprender cada vez mais a mexer com a terra. (A.P. 34 anos, agricultor e liderança)

O relato de A.P. condiz com o posicionamento dos jovens de Maçaranduba. Para eles estudar é uma ferramenta que reforça o trabalho na propriedade, e que propicia a reprodução social do ethos camponês. As famílias entrevistadas, em que haviam jovens em idade escolar relataram que o desejo dos filhos é trabalhar na agricultura, por considerarem uma atividade próspera e que consegue cobrir as despesas, além de indicarem o controle que eles exercem sobre as atividades. Não há, em 2015, nenhum jovem de Maçaranduba assalariado nas empresas produtoras de dendê, o que ressalta a importância da agricultura desenvolvida por eles em seus cotidianos.

5.7 19 DE MAÇARANDUBA

O local conhecido como 19 de Maçaranduba não fazia parte do roteiro da pesquisa. Foi uma surpresa encontrada no campo. A referência à colônia Maçaranduba já no nome é um dos indícios do entrelaçamento de ambas as localidades. Trata-se de uma comunidade que reivindicou direitos como remanescentes de quilombo. Distante cerca de nove quilômetros de Maçaranduba, seis famílias com as quais conversei e apliquei questionário, se dizem pertencentes às duas sociedades, tanto Maçaranduba, quanto 19 de Maçaranduba.

No local onde é o 19 de Maçaranduba, era uma fazenda de cultivo de cana de açúcar, chamada Fazenda Turé, de domínio do português Domingo Martins. Originalmente a área não

era identificada como 19, mas sim como beiradão. O território faz parte do município de Acará, mas a ligação que a população faz é com o município de Tomé-Açu.

Com a expansão dos cultivos de dendezeiros, e a conseqüente especulação de terras, a empresa Biopalma comprou a área em que viviam cerca de 500 famílias. Os camponeses não possuíam títulos: “Tem o filho dele [do japonês Iobó, primeiro a ocupar as áreas que hoje é a colônia Maçaranduba] que é o Silvio Chibata. Já foi vereador e tinha uma área aqui pro 19, que os quilombolas pegaram! Era do filho do velhão que era dono daqui [da área que é Maçaranduba] (E.R.). Segundo a ONG Réporter Brasil (2015, p.7) conflitos envolvendo comunidades tradicionais e empresas, no contexto da expansão dos cultivos de dendezeiro, ocorreram porque territórios pertencentes a comunidades quilombolas não foram incluídas no Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro-ZAED, o que resultou em uma ineficiência, já que a titulação da área quilombola ainda não havia sido realizada. Com a elaboração do ZAED ocorreu a especulação por terras para a implantação de cultivos de dendezeiro, o que pressionou o território ocupado pelos quilombolas de Maçaranduba, já que a área de domínio coletivo não havia sido titulada e não foram incluídas no ZAED.

Para os camponeses, serem reconhecidos como quilombolas lhes possibilita a permanência em seus estabelecimentos, a manutenção do vínculo que possuem com suas terras. Segundo o relato de L. S., há 28 anos no mesmo estabelecimento familiar:

Aí foi que acolá o seu Jorge vendeu pra firma, segundo a informação. Vendeu quase tudo terreno, com nós tudo dentro, segundo informação, né. Aí foi preciso já formarem uma... é deixa eu ver aqui, uma associação dos quilombolas,..., faço parte dessa associação dos quilombolas. (L.S., 60 anos, paraense, há 28 anos em Maçaranduba).

A identidade quilombola não fazia parte do cotidiano das famílias, mas aos camponeses autodesignar-se enquanto quilombolas lhes possibilita o reconhecimento da propriedade e a reprodução social da família. Não seria uma identidade, mas a eles um instrumento legítimo de permanência na terra que lhes pertence. A presença dos quilombolas em Maçaranduba gera controvérsia entre os camponeses- Para alguns camponeses a identidade quilombola não faz parte da sociedade camponesa do Dezenove (ou 19) de Maçaranduba:

Descobriram que lá na beira do rio, a uns 10 km, tinha um pessoal quilombola, né! Aí, tinha vestígio de pessoas que a origem é quilombola, tinha lá uns engenhos, umas coisas antigas, que é dos antigos, né! Aí um senhor por nome de [...] foi e incentivou eles que a área deles era quilombola. Então formaram uma associação entre eles, com isso eles

vieram avançando até chegar no 19, não é que lá tinha quilombolas e tivesse conflito, não! É porque eles vieram de lá, e aí foram tomando terras, né! De pessoas que tinham até fazendas,... Aí depois, com a entrada de muita gente desconhecida lá, tiveram os conflitos, mas é entre eles! Não é entre fazendeiros!(E.R. 46 anos, cearense, há 32 anos em Maçaranduba).

Para E.R., os quilombolas eram os que moravam na “beira do rio”, lá sim havia vestígio de pessoas com origem quilombola. A partir da influência de alguém de “fora”, eles passam a se considerar quilombolas. Mas na interpretação de E.R., o reconhecimento da identidade quilombola é um mecanismo para “tomar terras”. Enquanto para L.S., a organização dos camponeses em forma de associação, e o acesso à identidade quilombola permite a manutenção da posse da propriedade, como um direito já conquistado devido a relação que possuem com a terra.

Assim, observei essa situação de acordo com o trabalho de Pantoja (2008), que realizou um longo e minucioso trabalho etnográfico no estado do Acre, com um grupo de parentesco denominado “os Milton”, cuja ancestralidade tem origem em uma etnia indígena denominada Kuntanawa. A autora relata que, a partir da constituinte de 1988, os Miltons começaram a ter seu território ameaçado com o declínio dos seringais e a forte especulação por terras na Amazônia. Como uma forma de segurança passaram a reivindicar o direito de se assumirem como Kuntanawas, como forma de reivindicação dos direitos territoriais que possuíam.

Ao acessar uma “nova identidade”, que também lhes pertencia, os Kuntanawas e os quilombolas do 19 de Maçaranduba estão assegurando que seus territórios sejam devidamente preservados e que a possibilidade de reprodução social das famílias seja mantida. A reivindicação de uma identidade ancestral, em área conturbada pela expansão do agronegócio pode ser lida e interpretada como mais um gesto de resistência!

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento desta dissertação, concluí que os camponeses desenvolvem estratégias de resistência a partir de experiências pessoais e coletivas. A dimensão coletiva é assumida através dos discursos elaborados no sindicato, na igreja e na associação, e que acabam transformando os indivíduos em sujeitos que constroem suas opiniões, também, através das relações que estabelecem. As experiências pessoais são conquistados ao longo do

tempo, como um repertório capaz de permitir-lhes se manterem enquanto camponeses. Sendo assim, apesar do contexto de expansão e fortalecimento das agroindústrias de dendê, subsidiadas por políticas públicas, que possuem como meta a integração de agricultores para compor o percentual de área produtiva e assim acessar benefícios governamentais, não serão todas as sociedades camponesas que aceitarão, nem tampouco todos os sujeitos que aceitarão a integração.

Se integrar ou não diz respeito aos projetos das famílias, ao que eles compreendem como possibilidade de manutenção e reprodução da família no estabelecimento. Recusar o projeto de cultivo de dendê não significa que os camponeses de Maçaranduba permaneçam estáticos. Ao contrário, eles incorporam tecnologias aos seus empreendimentos, apreendem novas técnicas para otimizar seus cultivos, no entanto suas justificativas permitem compreender que todas as escolhas que realizam se situam no desejo de permanecer em seus ambientes. Apesar de terem resistido, a aproximação com sujeitos que optaram pela integração torna mais legítima a opção que tomaram, pensar seus projetos comparando-os com os dos outros levanta a certeza que acertaram na escolha, sempre indicando que se tivessem se tornado “parceiros” da agroindústria estariam arrependidos. Aliás, é justamente o cultivo de pimenta do reino, amarrado ao cultivo em SAFs, entre outras alternativas produtivas, que justificam a resistência à integração ao dendê.

O “medo” de perder a liberdade da escolha para quem se vende e para onde vende, ou seja, a iminente perda da autonomia fez com que os camponeses de Maçaranduba rejeitassem a proposta das empresas. Muitos justificaram suas escolhas alicerçados na manutenção da família, para eles é preferível manter as atividades que conhecem do que ingressar em um projeto que pode trazer riscos. Além da sujeição aos desígnios da agroindústria que a integração acarretará. A resistência à integração não significa que eles não sintam os impactos do monocultivo do dendezeiro, a expansão afeta as sociedades camponesas próximas.

Apesar das informações levantadas com esta pesquisa, tive limitações metodológicas ao não me aproximar de camponeses que optaram pela integração, o que me enviesou o olhar sobre as justificativas dos que aceitaram as propostas das agroindústrias. Me detive em apenas um lado, o dos resistentes, mas considero que mesmo os integrados possuem justificativas plausíveis para suas escolhas e que sabe até onde desenvolvem estratégias de resistência no interior de suas família e de seus estabelecimento. Contudo, esta limitação não impediu que a pesquisa respondesse ao que se propunha.

As justificativas e opiniões trazidas pelos camponeses de Maçaranduba servem para indicar que existem outras possibilidades de desenvolvimento para a região. O dendê é uma delas, mas não a única, de tal modo que seria possível a realização de políticas pautadas nas especificidades locais. Em Tomé-Açu, o que percebi é a vocação para a pimenta do reino e fruticultura, o que faz com que os camponeses utilizem a expressão “o dendê eu não como”, já que os cultivos que desenvolvem são para a alimentação da família e para comercialização.

Diante de todas as informações levantadas, seria necessário aprofundar os estudos sobre resistência cotidiana fazendo um contraponto entre os que resistiram e os que se integraram à agroindústria do dendê, apontando as estratégias de resistência desenvolvidas ou não por integrados e não integrados, indicando as transformações que as sociedades camponesas desenvolvem a partir da entrada do agronegócio em seus cotidianos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Duas visões do comportamento camponês. **Cad. Dif. Tecnol.** Brasília. 1989.
- ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. **O acesso dos agricultores familiares aos mercados do biodiesel:** parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais. Texto exp. na Conferência da Associação Internacional de Economia Alimentar e Agroindustrial (AIEA2), Londrina/PR, 22 a 27/07/2007.
- ALMEIDA, A. W. B. De. ; MARIN, R. A. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: **Amazônia: região universal e teatro do mundo.** Org. BOLLE, W; CASTRO, E; VEJMEKKA, M. – São Paulo: Globo, 2010.
- ALVES, S.A.O. **Sustentabilidade da agroindústria de palma no Estado do Pará.** Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luís de Queiroz”, 2011.
- BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo:** como produzir e analisar dados etnográficos. Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BECKER, H. S. Observação social e estudos de caso sociais. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Hucitec.1994.
- BOFF, L. **Igreja, carisma e poder.** Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- Bourdieu, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.
- BRASIL. Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=123069>. Acessado em: 08/2015.

BRUMER, A.; ROSENFELD, C. L.; HOLZMAN, L.; SANTOS, T. S. dos. A elaboração de projeto de pesquisa em Ciências Sociais. In: PINTO, C.R.J.; GUAZZELLI, C.A.B. (Orgs.) **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

BRUNO, R.; SEVÁ, J. T. Representação de interesses patronais em tempo de agronegócio. In: MOREIRA, J.R.; R.B. (Org.). **Dimensões rurais de políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2010.

CEFAI, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. In: **Dilemas**. 2009.

CEFAI, D. *et. al.* Introdução. In: CEFAI, D. *et. al.* (orgs.). **Arenas públicas: Por uma etnografia da vida associativa**. Niterói-Rio de Janeiro, Ed:UFF, 2011.

CEPEMAR. Diagnóstico etno-ambiental dos grupos Tembé e áreas indígenas Tembé, Turé-Mariquita e Urumateua de Tomé-Açu (PA). **Relatório Técnico**: Pará Pigmentos S.A. Vitória, ES, 1995.

CHAYANOV, A.V. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas. IN: GRAZIANO DA SILVA, J. F. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.133-163.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião**. Petrópolis, Vozes, 1996.

CHAVES, G.P. **Camponeses, agrotóxicos e agroindústria de dendê**: uma análise a partir de São Vicente no Estado do Pará. 91 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

CLEMENTE, F.; SILVA JR. A.G. Da. Contratos entre produtores de Soja da agricultura familiar e indústria de biodiesel: uma aplicação do modelo Principal-Agente. In: **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 2, 2012.

COMERFORD, J. C. **Fazendo a luta**. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1999.

COSTA, L. M. **Discurso e conflito. Dez anos de disputa pela terra em Eldorado dos Carajás**. Belém, NAEA/UFPA, 1999. (2º. Prêmio NAEA de Dissertação de Mestrado).

CRUZ, B. E. V. da. **Territorialização e organização espacial do Grupo Agropalma**. Dissertação (Mestrado) – PPGeo/UFPA. 2006. Disponível em: www.ufpa.br/ppgeo/arquivos/dissertacoes/2006/Benedito%20Valente.pdf. Acesso em: 06/11/2014.

DELGADO, N.G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao governo Lula. In: MOREIRA, J.R.; R.B. (Org.). **Dimensões rurais de políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2010.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2ed. São Paulo: ATLAS, 1989.

DICIONÁRIO AURÉLIO ONLINE. **Significado de palavras**. Disponível em: www.dicionarioinformal.com.br/dicionario-aurelio-online/. Acessado em: março/2016.

DINIZ, J.F.; FAVARETO, A. Os desafios da inclusão da agricultura familiar no mercado de matéria-prima para o biodiesel no Brasil. In: **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 20, n.1, 2012.

FABRINI, J. E. A escala da luta e a resistência camponesa. In: **GEOSUL**. Florianópolis, v. 21, n. 42, p. 63-91, jul/dez. 2006.

GARCIA Jr., A. R. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara. 1989.

GRAMISCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1979.

GUERRA, G. A. D. ; WAMBERGUE, E. Operacao teste de comercializacao da castanha. **Agricultures paysannes et developpement: caraibe-ameriaue tropicale**, v. I, p. 263-296, 1991.

HEREDIA, B.M.A. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**: Biblioteca virtual. 2013. Disponível em: file:///C:/Users/Noemi%20Sacramento/Downloads/HEREDIA_A_morada_da_vida_FINAL.pdf. Acessado em: 13/04/2016.

HOMMA, A.K.O. O desenvolvimento da agroindústria no estado do Pará. **Saber: Ciências exatas e tecnologias**, v. 3, p. 49-76, 2001.

HOMMA, A.KO; VIEIRA, I.C.G. Colóquio sobre dendezeiro: prioridades de pesquisas econômicas, sociais e ambientais na Amazônia. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v. 8, n. 15, jul./dez. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE cidades 2010**. Disponível em : <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: Jul/2014.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: história e análise de problemas: do período da borracha aos dias atuais. Belém: DistribeL, 2002. 128 p.

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político 3ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

MARTINS, J. de S. O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil. In: **CPT, A luta pela terra**: a comissão pastoral da terra 20 anos depois. São Paulo, Ed. Paulus, 1997.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Biodiesel**. Disponível em: <http://portal.mda.br/portal>. Acessado em: 07//11/2014.

MENEZES, Marilda. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. In: **Raízes**, Vol. 21, no. 01, jan a jun. 2002. (p.32-44). Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_87.pdf. Acessado em: agosto de 2015.

MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgard Afonso . **Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência**. 24 p. Versão preliminar. 2009. Disponível em: http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/ipode_35.doc. Acessado em: Agosto de 2015.

MENGEL, A. A.; AQUINO, S. L. Integração produtiva na agricultura familiar: um debate sobre perspectivas de desenvolvimento. In: **II Conferência do Desenvolvimento** (IPEA), nº I, Anais... Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/chamada2011/pdf/area11/area11-artigo1.pdf>. Acessado em: 25/10/2014.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. (Orgs.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Livraria e Ed. POLIS. 1987.

MINHA UMBANDA. **O dendê nas religiões africanas**. Disponível em: www.minhaumbanda.com.br. Acessado em: março/2016.

MME. **Biodiesel**. Disponível em: www.mme.gov.br/biodiesel. Acessado em: Julho/2014.

MORAIS, C.S. História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). In: STEDILE, J.P. (Orgs.). **A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas no Brasil 1954-1964**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: CALDART, R.S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.788 p.

NIEMEYER, C. B. Via Campesina: Uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. In: **Raízes**. Vol. 26, Nºs 1 e 2, jan.–dez./2007.

OFFERLÉ, M. **Sociologie des groupes d'intérêt**. Paris: Montechrestien, 1998, 2ª. Ed.

OLIVEIRA, R. C. de. **O trabalho do antropólogo**. 2ed. São Paulo: Ed.UNESP.2000. 220p.

PANTOJA, M. C. **Os Milton: cem anos de história nos seringais**. 2. ed. Rio Branco (AC), EDUFAC, 2008.

PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos: o caso de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990.

PEREIRA, J. de L. **O mercado de grãos (arroz, feijão e milho) no Município de Santarém, Estado do Pará: 1990-2000**. Dissertação (Mestrado em Economia) - UNIVERSIDADE DA AMAZONIA. 2003.

PEREIRA, V. De S. **A construção social dos padrões socioambientais para os biocombustíveis: o caso da Roundtable on Sustainable Biomaterials**. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PREFEITURA DE TOMÉ-AÇU. **Tomé-Açu – uma saga de trabalho e amor**. Biblioteca Municipal de Tomé-Açu: Não publicado. Elaborado em: 2013.

RÉPORTER BRASIL. **O dendê na mira da lei.** Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/o_dende_na_mira_da_lei.pdf. Acessado em: nov/2015.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. In: **Raízes**. Vol. 20, Novembro/1999.

SACRAMENTO, E.D. **As almas da terra: a violência no campo mojuense.** Belém: Editora Açáí, 2012.

SAMPAIO, I. C. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no Município de Tomé-Açu (PA):** efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Belém, PA, 2014.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia.** 6ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2001.

SCHENATO, V. C. Economia moral e resistências cotidianas no campesinato: uma leitura a partir de E.P. THOMPSON E JAMES SCOTT. **I Conferência nacional de políticas públicas contra a pobreza e a desigualdade.** Natal, UFRN. Disponível em: www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais . Acessado em: Junho/2015.

SCOTT, J. C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos.** Ed: Letra Livre, Lisboa, 2013.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes**, Vol. 21, no. 01, jan - jun/2002. (p.10-31). Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/volumes.php?Rg=7>. Acessado em: Maio de 2015.

SCOTT, J.C. **Seeing like a State.** New Haven and London: Yale University Press, 1998

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Gaia, 2003. 240 p.

SILVA, E. P. **Agroestratégias e monocultivos de dendê:** a transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense. 241f. Dissertação (Mestrado em Gestão de recursos naturais e desenvolvimento local na Amazônia). Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

STEDILE, J. P. A luta pela reforma agrária e o MST. In: STEDILE, J. P. (org). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis, Editora Vozes, 1997.

SOUSA, R.S. **Captação, tratamento e usos da água em comunidades rurais do município de Igarapé-Açu/PA.** 102 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

TAFNER JR, A.W.; SILVA, F.C.Da. Atuação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA) no mercado promovendo o cooperativismo e a sustentabilidade na Amazônia. Artigo apresentado no VI Encontro Nacional da ANPPAS – NAEA/UFPA, 2012.

TARGINO, I. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. In: **Raízes**. Vol. 21, Nº 01, jan.–jun./2002.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In.: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. 2008.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.150-304.

WANDERLEY, M.B. O camponês: um trabalhador para o capital. Cad. Dif. Tecnol., Brasília, 2(1): 13-78, jan./abr. 1985.

WILKINSON, J. Sociologia econômica e agroindústria. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA: UFRRJ, n. 06, julho de 1996.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Trad. SILVA, O.C.C. da. Rio de Janeiro: Ed. ZAHAR, 1970.

WOORTMANN, K. **Com parentes não se negocia**: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico/87**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.